



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

CARLA GORETH ARAÚJO DA SILVA FARIAS

**ESTRATÉGIAS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
ESTRANGEIROS DIRETOS PARA O BRASIL 2003 - 2013**

Orientador: Professor Dr. Filipe Reis Melo

JOÃO PESSOA – PB

2015

CARLA GORETH ARAÚJO DA SILVA FARIAS

**ESTRATÉGIAS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
ESTRANGEIROS DIRETOS PARA O BRASIL 2003 - 2013**

Dissertação de Mestrado elaborada como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em Relações Internacionais do Programa de Pós-graduação da Universidade da Estadual da Paraíba.

Orientador: Professor Dr. Filipe Reis Melo

**JOÃO PESSOA-PB
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F224e Farias, Carla Goreth Araújo da Silva
Estratégias de atração de investimentos estrangeiros diretos para o Brasil 2003 - 2013 [manuscrito] / Carla Goreth Araújo da Silva Farias. - 2015.
105 p. : il. color.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2015.
"Orientação: Prof. Dr. Filipe Reis Melo, Departamento de Relações Internacionais".

1. IED. 2. RENAI. 3. APEX-Brasil. 4. DPR. 5. Sala de Investimento. I. Título.

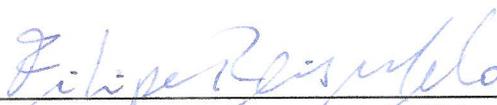
21. ed. CDD 382.0981

CARLA GORETH ARAÚJO DA SILVA FARIAS

**ESTRATÉGIAS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS
ESTRANGEIROS DIRETOS PARA O BRASIL 2003 - 2013**

Dissertação de Mestrado elaborada como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em Relações Internacionais do Programa de Pós-graduação da Universidade da Estadual da Paraíba.

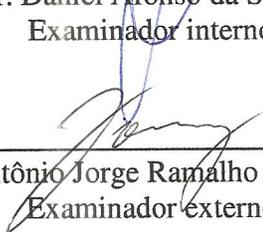
Aprovada em: 05/02/2015.



Prof. Dr. Filipe Reis Melo/UEPB
Orientador



Prof. Dr. Daniel Afonso da Silva/UEPB
Examinador interno



Prof. Dr. Antônio Jorge Ramalho da Rocha/UNB
Examinador externo

Ao mestre, Jesus Cristo.

AGRADECIMENTOS

À Deus, o todo poderoso.

À minha família, especialmente a minha vovó Terezinha da Silva e a minha Mãe Josenilda Araújo.

Ao meu pai José Carlos Araújo, que enquanto viveu me proporcionou momentos inesquecíveis, pelo amor a mim dedicado.

Ao meu esposo Rodrigo Pereira Farias e ao meu filho Carlos Guilherme Araújo Pereira Farias, pelo apoio irrestrito.

Aos meus irmãos: Caroline Araújo, Camila Araújo, José Carlos Araújo e Carlos Magno Araújo.

Aos meus sobrinhos André Filho e Julio César e ao meu padrasto Jeová da Silva.

A minha sogra Maria José Pereira, minha cunhada Luzia Maria Pereira e ao senhor Severino Félix, pelo apoio concedido.

A Universidade Estadual da Paraíba, na pessoa do professor Dr. Filipe Reis Melo que humildemente aceitou a minha proposta de pesquisa e incentivou a elaboração do presente trabalho.

Aos componentes da banca de defesa.

A CAPES pelo apoio financeiro concedido que contribuiu fortemente para realização da pesquisa.

Aos colegas da turma de 2013 do mestrado em Relações Internacionais da UEPB, pela solidariedade e amizade.

*Que os vossos esforços desafiem as impossibilidades
lembrai-vos de que as grandes coisas do homem
foram conquistadas do que parecia impossível.*

Charles Chaplin

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar as estratégias brasileiras que contribuem para atração dos Investimentos Estrangeiros Diretos para o Brasil no período 2003-2013. Para tanto, foi realizado uma contextualização dos fluxos mundiais de investimento, destacando a participação brasileira, enfatizando a evolução desses fluxos para o Brasil. Em seguida, fez-se uma análise acerca do destino setorial desses investimentos, ressaltando os efeitos sobre a economia brasileira. Posteriormente, foram estudadas as estratégias de atração de investimentos, com análise dos efeitos diretos e indiretos que contribuem favoravelmente na atração dos fluxos para o país. A análise foi realizada a partir de levantamento qualitativo, ou seja, análise exploratória dos dados, utilizando-se de consulta bibliográfica e pesquisas aos portais e documentos oficiais disponibilizados pelo governo brasileiro. Ficou constatado que o Governo se manteve empenhado na atração de investimentos estrangeiros, aplicando e inovando na elaboração de estratégias destinadas a atrair os capitais produtivos, tendo em vista principalmente assegurar processos produtivos inovadores para o país. Verificou-se que o Governo Federal no período 2003-2013 pôs em prática ações deliberadas com o objetivo de atrair IED...

PALAVRAS-CHAVE: IED. RENAI. APEX-Brasil. DPR. Sala de Investimento.

A B S T R A C T

The research paper aims to analyze the strategies of Brazil that contribute to the attraction of Foreign Direct Investment to Brazil in the period 2003-2013. As such, a contextualization of worldwide investment flows was made, highlighting the participation of Brazil, and emphasizing the flows designated for Brazil. Subsequently, an analysis of the sectorial destinations of these investments was made, underscoring its effects on the Brazilian economy. Previously, the strategies for attracting investments were studied, with an analysis of the direct and indirect effects that contribute favorably to the attraction of cash flow to the country. The analysis was conducted by a qualitative survey i.e. an exploratory analysis of the data, using bibliographic reference, website researches and official documents provided by the Brazilian Government. It was noted that the Government remained committed to attracting foreign investment, implementing and innovating in the development of strategies to attract productive capital, with a view mainly to ensure innovative production processes for the country. It was found that the Federal Government in the period 2003-2013 demonstrated deliberate actions in order to attract FDI.

KEY WORDS: FDI. RENAI. APEX-Brazil. DPR. Investment Room.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
Capítulo I: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS FLUXOS DE CAPITAIS PRODUTIVOS	20
1.1 Conceito de investimento estrangeiro direto	20
1.2 Características de atuação de uma empresa global.....	23
1.3 Panorama geral acerca dos fluxos de capitais produtivos	24
1.4 Os fluxos mundiais atuais de investimentos estrangeiros diretos.....	32
1.5 Determinantes do IED	37
Capítulo II: OS FLUXOS DE IED PARA O BRASIL	43
2.1 Análise do IED para a economia brasileira	43
2.2 O destino setorial dos IEDs para a economia brasileira	50
Capítulo III: ESTRATÉGIAS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS PARA O BRASIL	59
3.1 A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos.....	61
3.1.1 Serviços desenvolvidos pela Apex-Brasil	63
3.1.2 Estratégias da Apex-Brasil no processo de atração de Investimento Externo Direto	65
3.2 Rede Nacional de Informações sobre o Investimento	71
3.2.1 Do apoio ao investidor.....	73
3.2.2 Dos incentivos federais ao investidor.....	75
3.3 Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados no País (Sala de Investimentos).....	80
3.4 Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR).....	84
3.4.1 Sobre a Divisão de Investimentos (DINV) e Divisão de Programas de Promoção Comercial (DPG).....	85
3.4.1.1 Setores de Promoção Comercial (SECOMs).....	88

3.4.1.2 Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI)	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação das empresas estrangeiras no total das privatizações – Valores Acumulados (%).....	30
Gráfico 2: Fluxos internacionais de IEDs – 1995 a 2012 (bilhões de dólares).....	35
Gráfico 3: Principais destinos de IEDs em 2013.....	36
Gráfico 4: Investimento Estrangeiro Direto no Brasil - Década de 80 – US\$ milhões.....	45
Gráfico 5: Inflação Anual no Brasil – Comparação dos planos de estabilização monetária.....	46
Gráfico 6: Investimento Estrangeiro Direto no Brasil – 1990 a 2003 – US\$ milhões.....	48
Gráfico 7: Evolução dos fluxos de IEDs para o Brasil de 2000 a 2013 –US\$ milhões.....	50
Gráfico 8: Distribuição de IED por setor - US\$ milhões.....	52
Gráfico 9: Grau de concentração dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil por estado (2003-2012).....	55
Gráfico 10: Fluxos de IED para o Brasil por país - acumulados de 2003 a 2014 – US\$ milhões.....	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fluxos de Investimento Estrangeiro Direto para o Brasil, América Latina e Países em desenvolvimento – 1994 a 2003 - US\$ bilhões.....	29
Tabela 2: Participações e taxa de crescimento e quota de entradas líquidas de investimento estrangeiro direto no mundo, por região, 2007-2012.....	34
Tabela 3: Fluxos de investimento estrangeiro direto para o Brasil 2003-2013- US\$ bilhões.....	48
Tabela 4: Distribuição setorial dos IEDs aplicados no Brasil (2003-2013)	53

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Determinantes do IED no País Receptor.....	41
Figura 1: Estrutura da Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados no País (Sala de Investimentos).....	81
Figura 2: Estrutura organizacional do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos.....	85
Figura 3: Redes de SECOMs no mundo.....	88
Figura 4: Pontos focais do SIPRI no Brasil.....	90

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o processo de globalização econômica tem contribuído para a elevação dos fluxos mundiais de Investimento Estrangeiro Direto (IED), ou seja, investimentos voltados diretamente para os setores produtivos nos países, o que intensifica a integração dos processos de produção em nível global e tem ocasionado mudanças contínuas nas políticas dos países em desenvolvimento no processo de inserção no mercado internacional (RIBEIRO; SILVA, 2013).

No início da década de 1970, houve um processo gradativo de liberalização dos fluxos internacionais de capitais, que culminou num movimento desenfreado dos capitais internacionais, frente à desregulamentação das economias domésticas, que resultou na intensificação das inovações financeiras e tecnológicas e, conseqüentemente, na internacionalização dos bancos e das empresas (BATISTA, 1998). Assim, o que se constata é a ampla liberalização dos fluxos de capitais, que tem como consequência direta à formação de um espaço no mercado internacional altamente concorrente, que ocasiona difícil distinção entre os mercados internos e externos (CHESNAIS, 1996).

A elevada liquidez do mercado internacional, o processo de desregulamentação das economias nacionais, assim como as políticas estratégicas adotadas pelas empresas multinacionais (ETNs) têm contribuído ativamente para a expansão dos IEDs nos países, especialmente nas economias em desenvolvimento, a exemplo do Brasil (CHESNAIS, 1996).

As empresas multinacionais assumem papel fundamental no processo de realização desses investimentos. O crescimento dos mercados nos países em desenvolvimento, a melhoria na infraestrutura interna desses países e os bons indicadores sociais, são variáveis importantes observadas pelas empresas, que vêm novas oportunidades para expansão da produtividade, uma vez que estas organizações buscam intensamente elevar as suas vantagens competitivas e, por isso, buscam alianças estratégicas com outras organizações instaladas em vários países.

No Brasil, por exemplo, a década de 1990 foi marcada pela consolidação de estratégias que favoreceram a elevação dos fluxos de capitais produtivos para o país, ou seja, a estabilidade econômica, alcançada pelo controle inflacionário e pela disciplina fiscal, as reformas estruturais de inspiração liberal, como a exemplo a política de liberalização comercial e financeira, desregulamentação, e a busca pela inserção nos mercados

internacionais, que culmina na internacionalização da estrutura produtiva, consistem, de certa forma, em estratégias que sustentam a participação do país em projetos de investimentos provenientes de vários países (CUNHA, 2012).

A liberalização comercial, acompanhada da desregulamentação, teve como consequência direta a liberdade do capital produtivo para escolher seu campo de atuação, em uma fase que as novas tecnologias são desenvolvidas e dispõem de amplas opções de investimento, nunca antes visto em épocas anteriores na história do sistema capitalista de produção (CHESNAIS, 1996).

No caso brasileiro, o país se destaca como um dos principais países receptores de capitais internacionais, consequência do conjunto de estratégias favoráveis aplicadas ao longo do tempo no país. Neste contexto, destaca-se o papel do investimento direto estrangeiro (IDE), que manteve seus fluxos intensificados a partir da segunda metade da década de 1990.

O Brasil tem sido destaque como país receptor de IEDs e, este resultado não está associado unicamente ao tamanho do mercado consumidor interno, mas também à diversidade das bases industriais, à disponibilidade de mão de obra especializada em alguns setores e mão de obra barata em outros, à diversidade cultural, etc.

De acordo com Ribeiro e Silva (2013), a atuação das empresas internacionais em busca da competitividade acontece por meio da construção de cadeias globais de valor, ou seja, as empresas globais investem em novos mercados levando em consideração a abundância dos fatores produtivos somados a aspectos econômicos e institucionais, como exemplo, capital humano, infraestrutura, integração comercial com os mercados internacionais, regulação financeira, etc.

É importante ressaltar que a cooperação internacional pode incentivar o investimento estrangeiro, a partir da colaboração positiva que as empresas possam trazer ao país, isto porque possuem gerenciamento e tecnologias eficientes, ou seja, esta forma de investimento é “cortejada” pelos países em desenvolvimento, pois podem ocasionar progresso social, econômico, político e ambiental. A cooperação entre os países ganha força quando são levadas em consideração as práticas de investimento internacional, devido à capacidade destas empresas de resolver as dificuldades que possam surgir em decorrência das atividades desenvolvidas no interior das firmas, a partir da disponibilidade de um quadro de trabalho equilibrado e das técnicas instrumentais adequadas para resolução dos conflitos empresariais (OCDE, 2003).

Tendo em vista a importância do tema no contexto que envolve o processo de inserção econômica internacional brasileira, torna-se conveniente o estudo do conjunto de estratégias desenvolvidas pelo governo brasileiro que contribuem para entrada de IEDs no país. Muito embora existam controvérsias acerca da atuação das empresas estrangeiras que investem no Brasil, o que se pode observar é que o cenário econômico, político e social tem passado por transformações ao longo do tempo, que exigem uma intensificação das relações entre os países em todas as esferas e, o país que não se adequar à nova ordem mundial está propício a crises e ao subdesenvolvimento econômico e social.

É importante saber que o contexto que envolve este estudo está inserido no próprio sistema capitalista internacionalizado que tem seu início como um processo de “globalização das trocas”, no intercâmbio simples de mercadorias, que culmina na formação de um mercado mundial e intensifica as relações entre os países.

Para a presente pesquisa, é conveniente entender que a “globalização” caracteriza a mais nova etapa de internacionalização do sistema capitalista, como sendo a globalização dos investimentos e do processo de produção. Quando se utiliza a expressão “mundialização do capital”, estamos nos referindo não apenas ao capital produtivo direcionado à indústria e aos serviços, mas também ao concentrado que assume a forma-dinheiro, conservando-se a partir de um processo de valorização (CHESNAIS, 1996).

Porém, o aspecto financeiro da globalização é alimentado pela riqueza gerada pelo investimento, assim como pela mobilização da mão de obra que assume níveis de qualificação diversificados. Este aspecto, isoladamente, nada cria, ou seja, os investimentos são cruciais no processo de valorização do capital, são responsáveis por parte significativa da geração de emprego e renda o que permite ciclos de crescimento econômico fundamentais para a manutenção das economias nacionais (CHESNAIS, 1996).

Os fluxos de capitais internacionais correspondem a um aspecto marcante da globalização econômica e social, uma vez que permite a intensificação das trocas comerciais, assim como das migrações, diante da elevação contínua da busca por oportunidades por parte dos investidores externos. Diante dos impactos advindos desta categoria de investimentos, é pertinente afirmar que se trata de um dos fatores econômicos mais relevantes no mundo contemporâneo e por isso o estudo acerca desse fenômeno é relevante para geração de conhecimento no campo das relações econômicas internacionais (HASTREITER, 2012).

Desta forma, as estratégias direcionadas à atração dos investimentos externos, sejam elas realizadas pela esfera governamental ou pelas empresas privadas asseguram as relações

econômicas de determinado país com o resto do mundo e são fundamentais no processo de inserção desta no mercado global, já que tais estratégias assumem papel relevante à tomada de decisão do investidor internacional. Em suma, é relevante investigar os procedimentos estratégicos para atração desses investidores, uma vez que são eles que contribuem com a “saúde” das relações econômicas exteriores, isto é, ajudam-na na manutenção dessas relações e por isso devem ser tratados com atenção.

Tendo em vista o processo de mundialização do capital com participação significativa dos investimentos estrangeiros diretos, eleva-se a necessidade de investigar os métodos utilizados para atrair tais investimentos e com isso assegurar a inserção crescente no mercado mundial, ou seja, garantir estratégias capazes de elevar o fluxo de investimentos externos para a economia brasileira e com isso permitir que a economia nacional alcance patamares satisfatórios de investimentos.

É neste contexto que a presente pesquisa se torna relevante, à medida que analisa a forma como o Brasil tem atuado no processo de atração de IEDs, de modo a assegurar a participação contínua no mercado internacional. A pesquisa permite compreender a maneira como o país tem assegurado a manutenção das relações econômicas no sistema internacional, de modo a se manter competitivo, através do acesso às novas formas de produção.

É importante ressaltar que o objeto de estudo da presente pesquisa está ligado a elementos que impulsionam o sistema econômico nacional, a partir de mudanças significativas na estrutura produtiva, que têm como consequência impactos sobre o perfil das empresas internas, no grau de relacionamento do mercado nacional com o resto do mundo e na sociedade (GONÇALVES, 2011).

No capítulo 1 do presente trabalho, foi realizada uma breve discussão sobre o comportamento dos fluxos de capitais produtivos mundiais, trazendo algumas definições importantes sobre os IEDs e analisando os países com maior participação nos fluxos mundiais, destacando a participação da América Latina e do Brasil. No capítulo 2, foram contextualizados os fluxos dos IEDs para o Brasil, enfatizando o destino setorial desses investimentos, destacando as variáveis que levam as multinacionais a aplicar os seus capitais em determinado setor. No capítulo 3, fez-se uma análise do conjunto de estratégias brasileiras favoráveis aos ingressos de capitais produtivos, que tem contribuído significativamente para a ascensão dos fluxos a partir da década de 2000e assegurado a participação ativa do Brasil no sistema econômico internacional. O objetivo geral desta pesquisa é analisar as estratégias de

favorecimento a entrada dos IEDs no Brasil, no período compreendido de 2003 a 2013. Com relação aos objetivos específicos temos:

- a) Contextualizar os fluxos de capitais produtivos mundiais, destacando a participação do Brasil
- b) Avaliar os fluxos de IEDs para o Brasil, destacando os destinos setoriais;
- c) Analisar as estratégias brasileiras de atração de IEDs.

Para atingir os objetivos propostos pela presente pesquisa, fez-se inicialmente realizar levantamentos bibliográficos e documentais, ou seja, análise exploratória dos dados e informações no âmbito nacional acerca do tema proposto.

Os dados secundários foram coletados a partir de consultas a documentos oficiais disponibilizados por instituições nacionais e internacionais, como exemplo: Ministérios das Relações Exteriores, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Banco Central do Brasil (BACEN), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas (ONU), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), etc.

Levando-se em consideração os objetivos propostos pela pesquisa, trata-se de pesquisa exploratória, implicando em consultas a portais oficiais, assim como a análise do levantamento da literatura. Trata-se de análise científica qualitativa, tendo em vista que a ênfase maior está na geração de conhecimento e não nas aplicações estatísticas.

Assim, os procedimentos metodológicos adotados foram desenvolvidos a partir de uma revisão de literatura no campo de estudo das empresas internacionais e das estratégias que estimulam o ingresso de investimentos na economia brasileira, sendo necessárias consultas contínuas às fontes importantes envolvendo a temática. Simultaneamente, foram realizadas pesquisas na internet, com o objetivo de focar na atualidade da pesquisa e atentar para o advento da comunicação com os portais oficiais que tratam do tema estudado, assim como a verificação de documentos dessas instituições sobre a temática relativa aos IED.

Capítulo I: CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS FLUXOS DE CAPITAIS PRODUTIVOS

1.1 Conceito de investimento estrangeiro direto

De acordo com o Fundo Monetário Internacional, o investimento externo direto consiste em uma categoria de investimento internacional que reflete o interesse de uma organização em empreendimento fora das fronteiras de determinado país. O FMI destaca que a entidade residente investe diretamente e a empresa investidora é o empreendimento que bem caracteriza o IED. A relação existente entre o investidor residente e a empresa externa consiste numa relação de interesse de longo prazo e a empresa que investe assume intensa influência sobre a organização escolhida no processo de tomada de decisão (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 1998).

O FMI ressalta também que o IED inclui, além da transação preliminar que consolida o relacionamento entre investidor e empreendimento, todas as transações subsequentes entre eles e, entre a organização participante da transação, sendo estes incorporados ou não.

Para a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico o investimento estrangeiro direto:

Tem a finalidade de estabelecer relações econômicas duradouras com quem se empreende por meio de investimentos que dão a possibilidade de exercitar a influência efetiva na administração. No caso do país receptor, quando não-residente realiza investimento por meio de: 1. criação ou extensão de uma empresa com capital próprio, subsidiária ou filial, ou ainda a aquisição total de propriedade de um empreendimento já existente; 2. participação em um empreendimento novo ou existente; 3. um empréstimo por cinco anos ou maior prazo (OCDE, 2012).

Gilpin (2002) explica que as empresas multinacionais assumem várias características. Entre elas, o autor cita que estas empresas, na maioria das vezes, são oligopolísticas e que têm a propriedade, administração, produção e atividades de comercialização estendidas por várias jurisdições nacionais. O autor também destaca que o objetivo destas organizações é assegurar o processo produtivo com o menor custo possível e que esta produção seja destinada aos mercados de todo o mundo. Este objetivo pode ser alcançado, desde que os locais das instalações produtivas sejam eficientes ou que os incentivos tributários sejam uma prática do governo do país hospedeiro.

Deste modo, Gilpin (2002) destaca que o investimento estrangeiro direto diz respeito à estratégia global das empresas inseridas em estruturas de mercados oligopolísticos, ou seja, o IED é consequência do crescimento das organizações e, é determinado pela estratégia competitiva adotada pelas multinacionais, com tendência a concentrar-se em determinados setores, com objetivo de alcançar vantagens competitivas relativas às empresas locais – vantagens que as multinacionais buscam explorar e obter ganhos ascendentes ou de preservá-los.

O Banco Central, por sua vez, classifica também dois outros grupos de empresas nacionais de investimento direto, que são:

a) Com participação estrangeira direta ou indireta, sendo a “participação direta” aquela que compreende a participação das empresas matriz;

b) Empresas controladas por não-residentes (holdings), ou seja, aquelas em que os não-residentes participam com mais de 50% do capital votante. Estas classificações atendem às recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), que adotam uma metodologia seguida pela maioria dos países-membros dessas instituições internacionais (MORAES, 2003).

Vale salientar que os IEDs e os Investimentos em portfólio assumem relações distintas com os mercados financeiros internacionais. As oscilações existentes nas taxas de juros e no câmbio geram impactos diretos e, por isso, orientam os fluxos de investimento de portfólio. Diferentemente ocorre com os fluxos de IEDs, que estão em função da forma como atuam as firmas nos diferentes mercados internacionais, e que não estão relacionados diretamente com os mercados financeiros mundiais, ou seja, com mudanças nas taxas de juros. Uma característica importante que difere as duas categorias de investimento se refere à forma como são alocados estes recursos, que no caso dos IEDs tendem a se concentrar em um pequeno número de países (BARBOSA, 2012).

Os investimentos estrangeiros contemporâneos, assim como os fluxos anteriores, representam uma promessa de crescimento duradouro da economia mundial, tendo em vista que este tipo de investimento propicia a integração econômica mundial com um maior grau de complexidade, mas que interliga os fluxos de bens e serviços, de tecnologia, de rendimentos e, também assegura outras formas de fluxos financeiros, como exemplo: compra de controle acionário, empréstimos intracompanhia, reinvestimento de lucro, etc. É neste sentido que se fundamenta a importância da atuação das empresas no sistema de integração internacional, proporcionando ganhos para a economia mundial (SANCHEZ;AMARAL, 2007).

Em relatório divulgado pela CEPAL, publicado pela Unidade de Investimentos e Estratégias empresariais da Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial da CEPAL, acerca dos impactos dos IEDs sobre a América Latina e o Caribe, destacou-se:

Os possíveis efeitos de elevadas rendas do IED sobre as economias da América Latina e do Caribe não serão passageiros. Embora se possa esperar que as rendas flutuem segundo o crescimento econômico interno e os preços dos produtos de exportação, no médio prazo permanecerão num nível muito mais elevado que o observado há uma década, devido ao acervo de IED acumulado na região. Esta constatação requer uma reflexão sobre o papel do IED como fonte de capital para estas economias e sobre a contribuição ao crescimento e à mudança estrutural na região (CEPAL, 2013).

O relatório também destaca que os IEDs incidem de maneira significativa na consolidação ou diversificação dos perfis produtivos, em particular porque o IED tem uma grande incidência sobre as economias receptoras. Ao longo dos anos, as empresas transnacionais consolidaram sua inserção nos mercados da América Latina e do Caribe, particularmente em setores intensivos em capital, o que possibilitou um acervo considerável de capital nas regiões que proporcionam elevados fluxos de renda. Isto se explica pelo fato de que a dinâmica do IED se retroalimenta na medida em que uma proporção da renda gerada é reinvestida pelas empresas (CEPAL, 2013).

O investimento externo direto assume papel importante nas relações econômicas, uma vez que consiste numa categoria de investimento disputada pelos países no sistema internacional. A explicação está no favorecimento que estes investimentos proporcionam à economia hospedeira, tendo em vista o potencial de gerar empregos e ganhos advindos da especialização da economia, que resulta na elevação da capacidade de atingir uma escala ótima de produção além de assegurar maior competição no mercado interno.

Os países que recebem estes fluxos podem favorecer externalidades positivas, a partir da transferência tecnológica; cisões (*spin-off*)¹ e efeito *spillover*². Deste modo, é importante saber que os possíveis ganhos relativos à recepção dos IEDs estimulam a criação de estratégias para atrair estes investimentos, incentivam o país hospedeiro a elaborar políticas de promoção aos investimento (GILPIN, 2002).

¹Organização nova. Consiste em uma entidade ou empresa formada pela separação de parte dos ativos de uma empresa de maior porte. Sendo assim, as subsidiárias se tornam independentes.

²Trata-se de um processo em que participantes de determinada função da organização se integram a outras funções, o que intensifica os processos de integração das firmas. A lógica deste conceito está em que cada processo de integração funcional desencadeia novos processos de integração, por isso também conhecido como efeito de ramificação.

No entanto, conforme explica Gonçalves (1999), estas políticas enfrentam alguns desafios, a exemplo de como maximizar a entrada de capitais de modo a não comprometer o crescimento da economia interna, ou seja, de não tornar o país vulnerável às eventualidades que possam acontecer no sistema econômico internacional, uma vez que a volatilidade dos fluxos econômicos internacionais tem efeitos significativos sobre os países, principalmente sobre aqueles que mantêm dependência do capital estrangeiro (GONÇALVES, 1999).

Outro ponto importante ressaltado pelo autor diz respeito aos impactos advindos da desnacionalização da economia, consequência da globalização econômica que surge do crescimento nos fluxos de capitais e da crescente integração entre economias nacionais, que pode elevar o grau de vulnerabilidade externa, o que torna a economia volátil às turbulências no cenário internacionais, e, por este motivo, têm repercussões negativas nas esferas econômicas, social, política e institucional. Porém, o capital estrangeiro na forma de IED assume papel estratégico nas economias, até pelo fato de ser uma fonte de financiamento externo, de reestruturação produtiva e, o poder de modernização do aparelho produtivo que esta categoria de investimento possui (GONÇALVES, 1999).

Assim, cabe ao país hospedeiro adotar um padrão político que assegure o controle na atuação dessas empresas internamente, uma vez que a presença desses capitais é importante para o país. É fundamental que o país promova a atração desses investimentos, mas não se abstenha de pôr em prática políticas macroeconômicas de estabilidade econômica, social, ambiental, institucional, ou seja, o país precisa assegurar a estabilidade em todas as esferas, tendo em vista criar um ambiente forte, de modo a se proteger das turbulências advindas do sistema internacional.

1.2 Características de atuação de uma empresa global

Os fluxos de IED estão em função da forma como operam as firmas nos diferentes mercados internacionais. Os recursos tendem a ser alocados em um pequeno número de países, uma vez que consiste na arte da estratégia de atuação das firmas no mercado internacional, tendo em vista adquirir o maior e mais seguro retorno sobre as decisões de investimento. Para Riesenberger *et al* os IEDs consistem:

Numa estratégia de entrada mais avançada e complexa e envolve o estabelecimento de fábricas, subsidiárias de marketing e outras instalações no exterior. Para a empresa o IED exige o uso de recursos substanciais, presença local, operações nos países de destino e eficiência a uma escala global. Além disso, acarreta maior risco

em comparação com os outros modos de entrada (RIESENBERGER et al, 2012, p. 325).A empresa realmente global atua no sistema internacional com estrutura organizacional e estratégia apropriadas de modo a permitir ganhos provenientes dessa atuação. No entanto, essas dimensões não bastam para empresa global que deve levar em consideração também a liderança visionária, cultura organizacional e processos organizacionais.

É importante saber que os gestores procuram assegurar a coordenação e a integração internacional não apenas adotando planos organizacionais específicos, mas buscam também implementar uma variedade ampla de procedimentos compartilhados ou mecanismos de globalização (RIESENBERGER *et al*, 2009).

Para Gregory e Oliveira (2005, p.19) é possível afirmar que:

Existe uma expressiva corrente de opinião no sentido de que o IED é talvez o mais importante canal através do qual a tecnologia avançada pode ser transferida aos países em desenvolvimento, incluindo neste conceito, processos científicos e novas técnicas organizacionais, de marketing e de gerência, e de que o IED gera uma maior produtividade às firmas locais, particularmente no setor industrial. E, ainda, que existem evidências de que o volume de tecnologia transferida é afetado pelas características do país receptor e do setor industrial a que o investimento se dirige. Condições mais competitivas, níveis mais elevados de investimentos locais em ativo fixo, melhor educação e menos restrições impostas às filiais aparentemente incrementam a transferência de tecnologia. Os efeitos do IED nos países em desenvolvimento demonstram que este realmente tem uma positiva contribuição no crescimento da economia, que a magnitude deste efeito depende da capacitação da força de trabalho no país receptor e que o IED exerce também um efeito positivo nos investimentos domésticos.

Para os autores o IED consiste numa fonte de transferência tecnológica que propicia efeitos diretos no crescimento da economia receptora e que tais efeitos estão em função da qualificação da mão de obra interna, uma vez que as reformas estruturais que venham a ocorrer no interior das empresas nacionais precisam ser operacionalizadas da melhor forma, tendo em vista assegurar retorno satisfatório.

Diante do exposto se torna importante o estudo acerca da atuação das multinacionais, tendo em vista que o IED é uma fonte de transferência de conhecimento e tecnologia para as economias nacionais que resulta no incremento das bases estruturais dos negócios locais, uma vez que proporciona fortalecimento do sistema nacional, inovação, capacitação dos recursos humanos o que de certa forma, repercute no desenvolvimento das empresas nacionais.

1.3 Panorama geral acerca dos fluxos de capitais produtivos

Os fluxos de investimentos estrangeiros diretos destinados ao Brasil intensificaram-se a partir da década de 1990, resultado do processo de globalização produtiva que tem como consequência a expansão do comércio internacional e dos fluxos de IEDs. Segundo Gonçalves (2003) a globalização produtiva ocasionou tanto a interdependência das cadeias produtivas de diferentes países, como elevou o grau de competitividade internacional e assegurou a internacionalização produtiva pelas empresas multinacionais.

O comportamento ascendente desses fluxos tem contribuído significativamente nas relações econômicas entre os países, ou seja, nas alianças estratégicas, na formação de blocos econômicos a partir da cooperação comercial, que consiste em ganhos para os investidores, para a sociedade e para os países.

Diante do exposto, é importante analisar o contexto que envolve a intensificação dos fluxos de capitais atuais e compreender de forma geral os motivos que podem explicar a intensificação dos fluxos de IEDs para o Brasil, uma vez que esta categoria de investimento pode ter efeitos significativos no interior dos países em que atuam e contribuem para o surgimento de polos produtivos dinâmicos na economia global.

Conforme explicam Carminati e Fernandes (2013) a internacionalização permite que haja incremento das transações financeiras, especificamente nos fluxos de IEDs e, essa categoria de investimento consiste numa importante fonte de inovação tecnológica que tem como consequência da expansão da capacidade produtiva, a adoção de novas técnicas empresariais e administrativas que podem proporcionar crescimento econômico no país hospedeiro.

Importante destacar que, de fato, o IED pode oferecer uma importante contribuição com relação à transferência de tecnologia e ao uso efetivo desta; contudo é importante saber a diferença existente entre o aprendizado imposto ao uso da tecnologia operacional e a criação de uma tecnologia nova, visto que o investimento direto estrangeiro pode proporcionar a transferência de *know-how*, mas não necessariamente a inovação tecnológica em si, uma vez que essas empresas tendem a transferir inovação, mas isto não implica transferência da capacidade inovadora, ou seja, do conhecimento necessário a criação da inovação (LIMA; BERTELLA, 2005).

As relações econômicas internacionais têm passado por uma série de mudanças importantes nas últimas duas décadas, a partir principalmente da intensificação das relações de mercado entre os países o que têm ocasionado impactos significativos sobre diversas áreas, especialmente na área econômica e financeira internacional, a partir das formas como as

empresas vem atuando no mercado exterior. A realização de investimentos diretos é uma forma estratégica de atuação dessas empresas que tem ocasionado impactos significativos nas relações de mercado entre diferentes países

Também é fundamental destacar que a globalização econômica assegurou abertura ao fluxo de pessoas, bens e serviços, que culminou no surgimento de acordos. Podemos citar como exemplo o sistema Bretton Woods estabelecido em 1944, com a finalidade de gerenciar as atividades econômicas internacionais nas áreas comercial, de investimentos e financeira, fixando regras destinadas às relações comerciais e financeiras aplicadas nos países industrializados. A partir deste sistema foram criadas instituições como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Os países tomadores de empréstimos, por exemplo, frente às instituições mencionadas teriam que tomar algumas medidas antiprotecionistas, a exemplo das privatizações, medidas de desregulamentação, eliminação de barreiras alfandegárias, desvalorização da moeda nacional, etc. Estes fatores contribuíram significativamente para elevar o grau de internacionalização dos países a partir da década de 1970, especialmente a partir da realização de investimentos diretos, provenientes da Revolução Industrial, da Científico-Tecnológica (RCT) que repercutiu em novos paradigmas produtivos no sistema econômico mundial (PECEQUILO, 2012).

Então, com o fim da bipolaridade, estes processos ganharam força diante da inexistência das fronteiras. Deste modo, os mercados da Europa, América e Ásia iniciaram um processo de integração contínua, a partir das zonas de livre comércio, a exemplo da União Europeia, NAFTA, MERCOSUL, APEC entre outros.

Neste contexto, surge em 1995 a Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo objetivo é regular o comércio mundial, fixando normas internacionais e, também, solucionando conflitos advindos das relações no comércio internacional, das políticas de competição dos investimentos internacionais, etc. A OMC adotou políticas sucessivas de desregulamentação e liberalização dos mercados financeiros, que resultou na facilidade de acesso entre os países, a partir da transparência dos preços e da propagação das informações, o que forneceu as bases para a intensificação da globalização.

A internacionalização entre os mercados nacionais nasceu da liberalização dos movimentos de capitais e da desregulamentação. O crescimento das transações, que acompanhou a mundialização, está relacionado tanto com as “inovações financeiras”,

possibilitadas pela eliminação das regulamentações e controles nacionais que antes existiam, quanto com os efeitos da abertura internacional como tal (CHESNAIS, 1996).

Riesenberger *et al* (2010) explica que a globalização dos mercados é resultado da integração econômica somada à interdependência dos países, que ocorre em escala global. Segundo o autor, a internacionalização empresarial consiste numa tendência das próprias organizações em ampliar sistematicamente a dimensão internacional das atividades comerciais. Deste modo, a globalização assume uma macrotendência intensa que tem como consequência direta a elevação no grau de interconectividade econômica entre países.

Para Held *et al* (1999), a globalização consiste em um processo que envolve a ampliação dos elementos de conexão mundial. Esta ampliação pode ser observada em diversos aspectos das atividades, ou seja, é um processo de característica multidimensional, pois acelera as interconexões em várias dimensões, a exemplo: comercial, produtiva, política, militar, financeira, cultural e social. Porém, é importante saber que este processo não acontece de maneira uniforme, uma vez que, segundo o autor, alguns centros teriam uma ligação mais ampla comparados a outros, ou seja, algumas áreas seriam marginalizadas pela intensificação deste processo.

Em se tratando da globalização produtiva, consiste num fenômeno em que os fatores econômicos e de mercado são predominantes, superando as capacidades e legitimidade do Estado. Deste ponto de vista a atenção recai para expansão do comércio e financeira a nível internacional na segunda metade do século XX, e na formação de um único mercado que integraria todos os países. O que constatamos é a formação contínua de redes transnacionais de produção, de intercâmbio e de consumo, que a partir dos avanços tecnológicos nas comunicações, assim como nos transportes e outros fatores logísticos, essas atividades são beneficiadas e tendem a ser facilitadas e ampliadas cada vez mais pelos países (ABDALA, 2007).

A globalização econômica contribuiu para a transformação do contexto ideológico das relações econômicas internacionais. Mello (1999) afirma que há uma perda da capacidade do Estado em conduzir os seus objetivos políticos sem manter parcerias. As relações de mercado se intensificam e vão além das sociedades nacionais.

O Estado, por sua vez, assume uma postura subordinada às exigências advindas da economia que se globaliza, portanto há redefinição no papel do Estado. O critério nas relações econômicas atuais é a capacidade de competição e, considerando esta competitividade, há modificações relevantes entre os arranjos Estado-sociedade. Assim, Mello (1999) explica que:

Há um movimento em direção à desregulamentação, à privatização, à restrição da intervenção pública nos processos econômicos. Temos um Estado competidor que intervém para reestruturar indústrias e promover pesquisa e desenvolvimento. Com isso, os Estados deixam de ser um intermediário entre forças externas e forças internas para se tornarem, de certa forma, agências de adaptação das economias domésticas às exigências da economia global.

As mudanças globais, especialmente nos mercados redefinem a ordem política e econômica no sistema internacional e tem como consequência mudança no papel estatal. Surgem mudanças nos padrões de regulação e de intervenção do Estado, advindas das transformações na ordem internacional, principalmente das relações econômicas internacionais que permitem a criação de um ambiente em que a riqueza e o poder são resultados das transações privadas que se estendem além das fronteiras nacionais mais do que no interior delas, o que de certa forma diminui a ação estatal. O acesso ao capital e à tecnologia, por exemplo, está em função das alianças estratégicas que têm o controle sobre as redes de produção global (MELLO, 1999).

A liberalização econômica e a desnacionalização, a competitividade e a inserção das corporações multinacionais, impulsionam e fortalecem as relações no comércio mundial, na produção de bens e serviços a nível global, e que por isso se tornam as forças propulsoras na intensificação das relações de mercado entre os países, no favorecimento a atuação das multinacionais, especialmente a partir da década de 1990 (ABDALA, 2007).

Levando-se em consideração o aspecto econômico, por exemplo, a globalização produtiva impõe muitos desafios, com destaque para os países em desenvolvimento, devido à capacidade estrutural limitada que leva a emergência de empresas transnacionais e o surgimento de blocos econômicos regionais, tendo em vista assegurarem um melhor desempenho no mercado mundial, mesmo existindo o risco de exclusão involuntária de participação nos mercados globais (GREGORY; OLIVEIRA, 2005).

No caso brasileiro, por exemplo, a partir da segunda metade da década de 1990 houve uma intensa elevação dos fluxos de capitais produtivos, alimentados pela privatização de várias empresas, o que conseqüentemente ocasionou a perda de espaço das empresas nacionais para as empresas estrangeiras, conforme ilustrado no Gráfico 1 e demonstrado na Tabela 1.

É importante destacar que o crescimento observado do capital produtivo estrangeiro no Brasil, mais precisamente no setor industrial a partir da década de 1990, nasceu da necessidade interna em adquirir novos processos de produção, já que a estrutura industrial

nacional não possuía bases para competir diante da superioridade tecnológica dos países estrangeiros. Este processo caracteriza a desnacionalização das empresas brasileiras (BIRCHAL, 2004).

Tabela 1: Fluxos de Investimento Estrangeiro Direto para o Brasil, América Latina e Países em desenvolvimento – 1994 a 2002 - US\$ bilhões

Anos	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Brasil	2,15	4,4	10,79	18,99	28,85	28,58	32,57	22,45	16,59
América Latina	29,00	29,51	46,26	73,38	85,58	104,57	97,82	80,72	58,45
% participação brasileira	7,41	14,91	23,32	25,88	33,71	27,33	33,5	27,81	28,38
Países em desenvolvimento	103,38	116,21	148,99	192,11	189,4	230,71	255,5	216,86	173,28
% participação brasileira	2,08	3,78	7,24	9,88	15,23	12,38	12,82	10,35	9,57

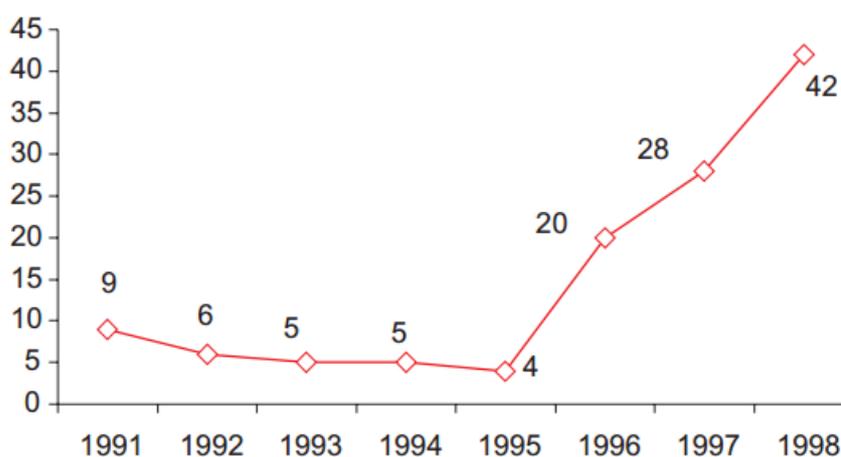
Fonte: UNCTAD, 2013

Observe na tabela que os fluxos para a América Latina passaram de US\$ 29 bilhões em 1994 para US\$ 104,57 bilhões em 1999. De 2001 para 2002 a região apresentou valores inferiores, o que pode ser atribuído às turbulências ocorridas na segurança internacional norte-americana neste período que tem seus efeitos estendidos para a área econômica e financeira, o que de certa forma, gera risco sobre os retornos desses investimentos e a tendência é que haja retrações mundiais nesses montantes. Mesmo assim, o que se observa é que a participação brasileira nesses fluxos passou de 7,4% em 1994 para 27,33% em 1999 e 33,5% em 2000, com pequenos declínios de 2001 a 2002. Os declínios para o Brasil podem ser explicados tanto pela crise na segurança internacional, assim como pela mudança de governo no período mencionado, que também conta como fator para retração dos fluxos, uma vez que a incerteza em torno das políticas econômicas do país neste período era elevada.

Com relação aos países em desenvolvimento, os fluxos passaram de US\$ 103,38 bilhões em 1994 para US\$ 230,71 bilhões em 1999 e US\$ 255,5 bilhões em 2000. A participação brasileira neste contexto passou de 2,08% em 1994 para 12,38% em 1999 e 12,82% em 2000, ou seja, um crescimento significativo, que reflete a elevação dos fluxos para o Brasil, devido principalmente ao processo de privatização ocorrido na época. Ainda considerando os países em desenvolvimento, os fluxos se retraíram um pouco entre 2001 e 2002, passaram de US\$ 216,86 bilhões para US\$ 173,28 bilhões respectivamente, devido principalmente aos fatores mencionados anteriormente. No Gráfico 1 é possível observar como

evoluiu a participação das empresas estrangeiras no total das privatizações no Brasil de 1991 a 1998.

Gráfico 1: Participação das empresas estrangeiras no total das privatizações – Valores Acumulados (%)



Fonte: BNDES, 1999.

Após 1995, houve um intenso crescimento da participação estrangeira no processo de privatização no Brasil, ou seja, passou de 4% em 1995 para 42% em 1998. Este resultado é consequência do conjunto de medidas liberalizantes adotados pelo país a partir da década de 1990, o que culminou no interesse estrangeiro pelas empresas nacionais, ou seja, o que conferiu ao investidor externo uma boa oportunidade para diversificar as suas atividades na economia brasileira.

De acordo com Silva (2006), cinco fatores cruciais tiveram como consequência a queda do IDE mundial no início da década de 1990, que são: a) a recessão econômica nos principais países desenvolvidos; 2) acomodação do processo de fusões e aquisições; 3) queda na rentabilidade das filiais estrangeiras operando nos Estados Unidos; 4) as novas incertezas advindas do processo de unificação europeia; 5) queda das taxas de juros internacionais, que impactaram sobre os investimentos diretos, especificamente no setor de serviços financeiros.

Porém, com relação à retomada do IDE a partir da segunda metade da década de 1990, tomando como exemplo os fluxos recebidos pela economia brasileira, Silva (2006) destaca que esses movimentos foram impulsionados por três fatores específicos: a liberação financeira, a de regulamentação dos investimentos externos no comércio e a da tecnologia em vários países. Somado a estes fatores, tivemos também os programas de alteração estrutural

aplicados em alguns países, que levaram à diminuição do estado e à privatização, disponibilizando ativos em escala mundial, contribuindo para atração de investidores estrangeiros no interior das economias nacionais. A partir da segunda metade da década de 1990, o que se observa é retomada dos planos de investimento, conforme ilustração observada no Gráfico 1.

Cabe ressaltar que os impactos advindos do processo de internacionalização das economias nacionais podem ocasionar impactos positivos e negativos. Os efeitos deste processo estão relacionados às políticas implementadas pelos Estados no interior de cada país, conforme explica Furtado (1996, p. 2):

Na economia que se globaliza, a fonte principal de impulso dinâmico decorre da capacidade de inserção internacional e só subsidiariamente de iniciativas geradas pelo mercado interno. Se uma economia perde competitividade externa, como ocorre por vezes com o Brasil, dificilmente pode alcançar uma taxa de crescimento adequada. O desafio maior que enfrentam as economias industrializadas (o Brasil se inclui entre elas) é encontrar a forma adequada de instalar-se no processo de globalização, vale dizer, preservar a capacidade de se auto-organizar e dar soluções a seus problemas específicos.

Deste modo, o aspecto político é apontado por Furtado como fator chave para o bom desempenho das economias nacionais, ou seja, assegurar participação adequada no mercado internacional de modo a proporcionar ganhos para a economia interna, através de estratégias políticas adotadas pela economia nacional, de modo a proporcionar a resolução de problemas que comprometam o bom desempenho do mercado interno, diante de um sistema de mercado com elevado grau de competitividade.

Conforme explica Gonçalves (1999) a globalização se fundamenta em três processos distintos, que consistem em: expansão dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados internacionais e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais. Tais processos têm efeitos nas dimensões financeira, produtivo-real, comercial e tecnológica das relações econômicas internacionais.

A internacionalização do processo produtivo, conforme destacado anteriormente, ocorre quando residentes de um país têm acesso aos bens e serviços originados em outros países e, este acesso acontece mediante o comércio internacional, IED e através das relações contratuais.

Deste modo, a globalização produtiva acentuada no período pós-guerra foi marcada pela ação das empresas multinacionais através do investimento estrangeiro direto, que

expande a interdependência mundial e possibilita a geração de correntes que favorecem diretamente as relações de comércio entre os países.

Assim, no período mais recente, constata-se a existência de uma ampla integração dos processos produtivos mundiais, a partir da articulação de novas estratégias das grandes corporações internacionais, que tem contribuído para mudanças nas formas como as economias em desenvolvimento se inserem e de como se relacionam com as demais economias no mercado internacional (RIBEIRO; AMARAL, 2013).

A integração produtiva tem sua relevância associada às transformações advindas do comportamento das empresas não financeiras e, mesmo sendo de dimensão subordinada, ante a dimensão da integração financeira, ela representa a nova dimensão do investimento (CARNEIRO, 2008).

Historicamente, as práticas de inserção internacional brasileira têm sido amplas e profundas, ou seja, os padrões adotados pelo país têm passado por transformações ao longo do tempo, resultado das mudanças advindas do quadro interno relativo à política e à economia, assim como das transformações no sistema mundial, que têm efeitos diretos sobre os países em desenvolvimento. O capital estrangeiro também tem ocupado lugar de destaque na história econômico do país, sejam na forma de empréstimos, investimentos em carteira ou investimento estrangeiro direto (GONÇALVES, 1996).

Através da intensificação da globalização produtiva, a atuação das empresas multinacionais nos países em desenvolvimento, especialmente no Brasil, podem contribuir para acumulação de capital e crescimento econômico, devido à ampla inserção internacional do aparelho produtivo do país. Portanto, é pertinente que os países assegurem práticas específicas de inserção internacional, buscando satisfazer as necessidades nacionais, ou seja, em acordo com as peculiaridades de cada país.

1.4 Os fluxos mundiais atuais de investimentos estrangeiros diretos

Conforme salientado anteriormente, as décadas de 1990 e 2000 têm passado por um conjunto de transformações em várias esferas: na comercial, produtiva, tecnológica, financeira, política, etc. As mudanças advindas do campo produtivo e financeiro estão associadas à intensificação da globalização, uma vez que esta elevou a concorrência entre os mercados produtivos e expandiu a produção internacional, assim como possibilitou a desregulamentação financeira, intensificou as relações internacionais de capitais e permitiu maior integração dos sistemas financeiros globais. Além dessas mudanças, houve uma grande

expansão dos fluxos internacionais de investimentos, o que intensificou ainda mais as relações econômicas internacionais entre os países.

Gonçalves (1999) explica que a expansão comercial e os fluxos de IEDs permitiram a elevação da interdependência entre as cadeias produtivas dos países e a consequência disso foi à intensificação da concorrência no mercado internacional.

Chudnovsky (1993) classifica como irreversível a integração econômica por meio de atuação das multinacionais e, assim como Gonçalves (1999), explica que estas empresas asseguram interdependência das economias nacionais e intensificam o grau de relacionamento econômico entre as diferentes economias.

De acordo com Maia (2010), existem três fatores que justificam a realização desta categoria de investimento, que são: a saturação nos mercados em que as empresas atuam, a busca por maior segurança e o aumento da rentabilidade.

Deste modo, fica constatado que os investimentos assumem mudanças significativas com relação às suas formas de aplicação, especialmente com relação aos setores de destino desses investimentos, tendo em vista que as empresas buscam incessantemente elevar o grau de competitividade das suas operações e o retorno sobre o que é aplicado e assim assegurar suas atividades a longo prazo.

Mesmo com os investimentos aplicados com maior intensidade nas economias desenvolvidas, com destaque para os EUA, Europa e Japão, um dado importante é possível observar com relação às economias em desenvolvimento, que conforme destacado anteriormente, estas economias têm assegurado papel importante na atração desses investimentos.

A Tabela 2³ mostra as taxas de crescimentos e as entradas líquidas de IEDs no mundo por região receptora entre 2007 e 2012.

É possível constatar, de acordo com a Tabela 2 que os países da União Europeia apresentaram nesses cinco anos, três anos de redução na recepção de IEDs, ou seja, taxas de decréscimo de -37% em 2008, -34 em 2009 e -25% em 2012. Os Estados Unidos registraram um comportamento um pouco melhor ao longo dos últimos anos, apresentando

³ A tabela 2 compreende o período de 2007 a 2012. No entanto, os dados correspondem àqueles disponíveis no relatório da Cepal atualizado até o momento da finalização do presente trabalho. Cabe ressaltar que a pesquisa está fundamentada em avaliar as estratégias de atração de IEDs de 2003 a 2013 e que este conteúdo será abordado apenas no capítulo 3. Os capítulos 1 e 2 são contextualizações em torno do tema e que por isso pode incluir períodos distintos aos propostos no tema da pesquisa, ou seja, de acordo com os dados disponíveis.

uma participação de -53% em 2009 e -25% em 2012, ou seja, crescimento em três anos e taxas negativas em apenas dois anos.

Tabela 2: Participações e taxa de crescimento e quota de entradas líquidas de investimento estrangeiro direto no mundo, por região, 2007-2012

Región, grupo o país	Corrientes de inversión (en miles de millones de dólares)						Tasa de crecimiento (en porcentajes)					Participación (en porcentajes)				
	2007	2008	2009	2010	2011	2012 ^a	2008	2009	2010	2011	2012 ^a	2008	2009	2010	2011	2012 ^a
Mundo	1 975	1 791	1 198	1 379	1 611	1 395	-9	-33	15	17	-13	100	100	100	100	100
Economías desarrolladas	1 310	1 020	606	675	816	633	-22	-41	11	21	-22	57	51	49	51	45
Unión Europea	854	542	357	358	431	324	-37	-34		20	-25	30	30	26	27	23
Estados Unidos	216	306	144	198	234	175	42	-53	38	18	-25	17	12	14	15	13
Europa sudoriental y Comunidad de Estados Independientes^b	91	121	72	75	94	81	33	-40	4	25	-13	7	6	5	6	6
Economías en desarrollo	574	651	519	629	701	680	13	-20	21	11	-3	36	43	46	44	49
América Latina y el Caribe	116	139	83	124	166	175	19	-40	50	33	6 ^c	8	7	9	10	12
Centros financieros del Caribe ^d	56	71	66	64	51	59	28	-7	-4	-19	16	4	6	5	3	4
África	52	58	53	43	43	46	12	-9	-18		6	3	4	3	3	3
Oriente Medio	78	92	66	59	49	47	18	-28	-11	-18	-3	5	6	4	3	3
Asia y el Pacífico	272	291	251	339	392	352	7	-14	35	16	-10	16	21	25	24	25

Fonte: Extraído do relatório CEPAL (2012).

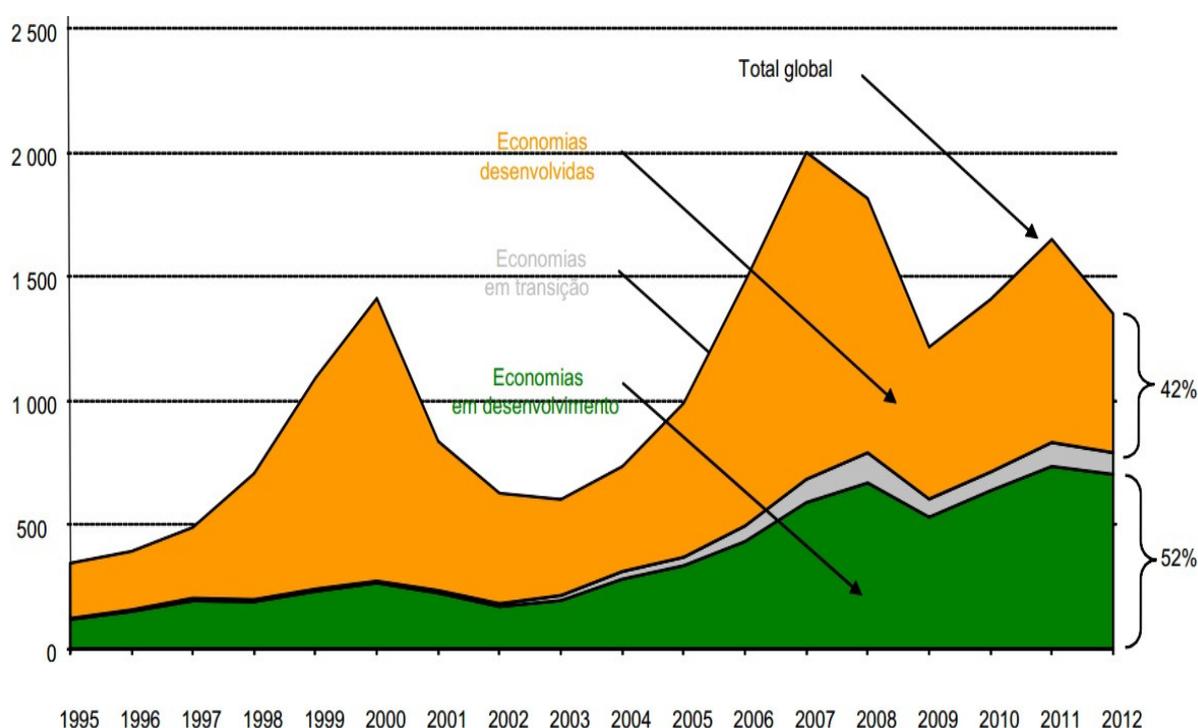
A explicação para o pouco crescimento dos IEDs nesses cinco anos tanto da União Europeia quanto dos Estados Unidos, está na baixa confiança dos investidores nos países da região, tendo em vista o contexto macroeconômico e industrial incerto e complexo, decorrente principalmente da crise financeira desencadeada na economia norte americana em 2007/2008 que gerou incertezas quanto ao retorno sobre os investimentos nessas economias.

Já as economias em desenvolvimento têm assegurado participações positivas, principalmente os países da América Latina e do Caribe que apresentaram taxa de crescimento em quatro dos cinco anos, ou seja, apenas em 2009 a taxa de crescimento se apresentou negativa em -40%, no entanto em 2008 o crescimento foi de 19%, em 2010 de 50%, 2011 a taxa de crescimento ficou em 33% e em 6% no ano de 2012. Esses dados

comprovam que as economias em desenvolvimento superaram as economias desenvolvidas no recebimento de IEDs, conforme ilustrado também no Gráfico 2⁴.

Na década de 1990, os fluxos para os países em desenvolvimento representavam apenas 17% dos fluxos internacionais. Em 2008 o cenário passa por modificações, registrando uma participação de 44% dessas economias nos fluxos mundiais de investimento. A UNCTAD registrou que os países em desenvolvimento já ocupavam, em 2012, 52% dos destinos, o que significa uma participação mais elevada do que a dos países desenvolvidos.

Gráfico 2: Fluxos internacionais de IEDs – 1995 a 2012 (bilhões de dólares)



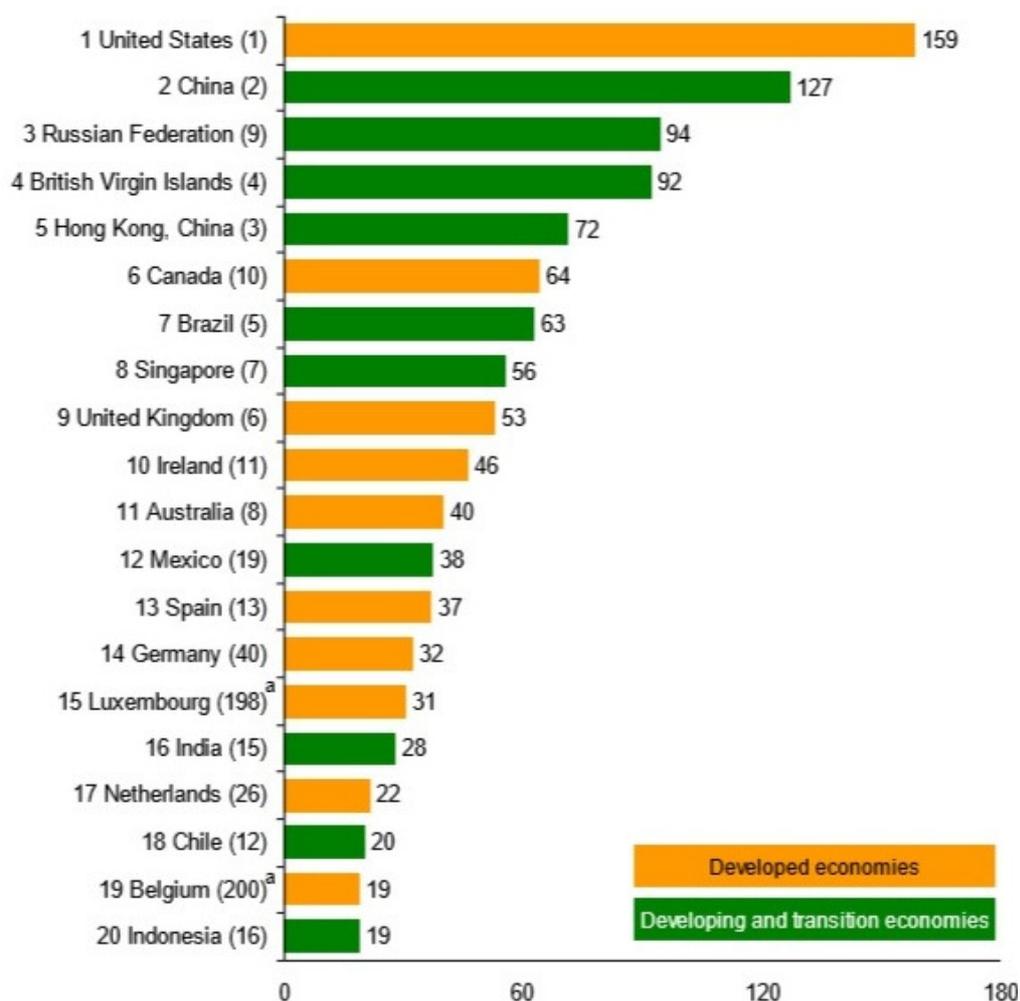
Fonte: UNCTAD, 2013.

Com relação ao ano de 2013, as estatísticas divulgadas no relatório disponibilizado em 28 de janeiro de 2014 pela UNCTAD, mostram que o Brasil apresentou uma queda de 3,9% em termos de fluxo de IED em relação a 2012, mas o mesmo documento também afirma que estes fluxos permaneceram significantes, em torno de US\$ 63 bilhões, conforme ilustra o Gráfico 3. A UNCTAD explica que, apesar da queda, o fluxo de IED destinado à América Latina e ao Caribe cresceu pelo quarto ano seguido e atingiram 18%, ou 294 bilhões de dólares. Em 2013 a América Central e o Caribe foram os principais destinatários apresentando uma elevação dos fluxos em aproximadamente 93% e 38%, respectivamente. Estes fluxos são

⁴ Os dados do Gráfico 2 estão atualizados de acordo com o relatório disponível pela UNCTAD até o momento da finalização do presente capítulo.

explicados principalmente pelos 18 bilhões de aquisição da cervejaria mexicana ModeloAnheuser-BuschInbev, que ocasionou a maior parte do aumento na América Central.

Gráfico 3: Principais destinos de IEDs em 2013



Fonte: UNCTAD (2012)

O relatório também enfatiza que em 2013 os fluxos para a América do Sul apresentaram queda de 6%, depois de três anos de forte crescimento sustentado dos preços das *commodities*, quais sejam 2010, 2011 e 2012, que estimula a aplicação de capitais nos setores relacionados tanto ao abastecimento da demanda doméstica como aos recursos naturais voltados às exportações. A consequência é a elevação dos lucros sobre o investimento, assim como também dos ganhos advindos das atividades de mineração (UNCTAD, 2013).

De maneira geral, o investimento estrangeiro direto atingiu níveis consideráveis para as economias em desenvolvimento desde o início da crise mundial em 2008. Em 2013, essas economias atingiram novo recorde de US\$ 759 bilhões, representando 52% dos fluxos globais. Considerando os aspectos regionais, destacam-se os fluxos recebidos pela América Latina e o Caribe que apresentaram recuperação a partir do último trimestre de 2009 e, a partir do ano de 2010 mantiveram uma tendência crescente (UNCTAD, 2013).

Este cenário é resultado de um conjunto de fatores que proporcionaram investimentos em maior escala nos países em desenvolvimento. Por exemplo, a situação local da América Latina é mais favorável e atraente aos investidores internacionais. Os preços elevados dos recursos naturais e o crescimento sustentado em vários anos nos mercados internos dos países da região são fatores que contribuem e oferecem grandes oportunidades de negócios para o desenvolvimento de serviços, tais como telecomunicação, comércio e de serviços financeiros (CEPAL, 2013).

Então, o dinamismo de algumas economias em desenvolvimento, como exemplo o crescimento da demanda interna no Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru, atraiu as empresas multinacionais e translatinas pela busca por mercados e, também, a elevação da terceirização das empresas multinacionais como resposta crise financeira desencadeada em 2008 (CEPAL, 2010).

Já com relação às economias desenvolvidas, temos que a situação macroeconômica desfavorável nos EUA e na União Europeia foi responsável pela queda nos fluxos globais e teve como consequência a diminuição acentuada de investimentos destinados a esses países. Atualmente, os fluxos para essas economias se mantiveram em queda, ou seja, cerca de 39% dos fluxos mundiais em dois anos consecutivos, 2012 e 2013 (UNCTAD, 2013).

No capítulo II apresentaremos os dados relativos aos fluxos de IEDs para o Brasil, destacando os setores que recebem os maiores montantes, assim como os países que mais investem na economia brasileira.

1.5 Determinantes do IED

De uma forma geral, vários podem ser os motivos que levam o investidor internacional a aplicar os seus ativos em determinado país. Antes de entrarmos na discussão acerca do destino setorial, é pertinente entender os fatores, que de uma maneira geral influenciam diretamente e indiretamente os fluxos de IEDs.

Os gestores do século XXI são conscientes do papel do Estado e, por isso, requisitam ação política com o objetivo de fazer a nação penetrar nos processos globais como agente operante no sistema (CERVO, 2012).

Cervo (2012, p. 43) explica que:

A política exterior brasileira, de forte caráter integracionista, passa por uma adaptação concreta: utiliza processos integracionistas, antes tidos por uma espécie de fim em si, como meios para estabelecer ou consolidar a rede de cooperação e poder ao sul, partindo da América do Sul e avançando para alianças com outras regiões com o fim de realizar desígnio de país globalista.

Deste modo, conclui-se que o Brasil tem intensificado suas estratégias de integração, participando ativamente dos processos de inserção internacional, seja através da participação ativa nos blocos econômicos, seja expandindo seus mercados a partir da instalação das empresas brasileiras no exterior ou aplicando incentivos de atração de investimentos estrangeiros para atuar internamente. Essas práticas em muito contribuem para assegurar as relações econômicas internacionais.

Sabe-se que, a atuação global de um país se fundamenta em dois aspectos, quais sejam, o político e o econômico. No caso brasileiro, existe hoje uma mudança de perspectiva, em que a ação política e econômica não está inserida exclusivamente na América do Sul, já que o lugar de atuação do Brasil é o mundo.

Gregory e Oliveira (2005) explicam que, mesmo que os principais receptores de IED sejam os países desenvolvidos, as políticas de ajuste macroeconômico, somadas às políticas de desregulamentação dos mercados, adotadas de forma considerável nas economias em desenvolvimento, têm contribuído para despertar o interesse dos países possuidores de capital, tendo em vista a ampliação dos negócios em prol destes destinos. Os autores explicam que, alguns fatores sustentam a elevação dos fluxos de IED para os países em desenvolvimento, que são: o sucesso de políticas de estabilização econômica, intensificação de políticas de atração de capitais, ênfase nas políticas de privatização e melhores expectativas de crescimento, além da busca de novos mercados.

Ainda de acordo com Gregory e Oliveira (2005), além dos fatores acima citados existem outros que também geram impactos significativos na tomada de decisão do investidor estrangeiro, que são:

- a) Recursos naturais: a disponibilidade desses recursos é um determinante crucial para algumas empresas, pois viabiliza a produção dos bens por elas ofertados. No caso brasileiro, a posição geográfica do país é um fator positivo, pois assegura uma elevada

reserva de recursos naturais, como, por exemplo, os minerais, inclusive os autores explicam que este requisito foi o principal determinante do IED até os primórdios da Segunda Guerra Mundial e que muito embora hoje existam um conjunto de fatores que somados determinam os fluxos de investimentos para os países, a disponibilidade desses recursos continua a ser um dos principais determinantes.

- b) Tamanho do mercado interno: na maioria das vezes também consiste numa variável de suma importância; porém, no geral, não tem impacto significativo na tomada de decisão final do investidor caso seja avaliada isoladamente, visto que os investidores são seletivos na hora da escolha de onde investir e observam o conjunto de requisitos favoráveis de determinado país, o que, de certa forma, complementam a existência de um mercado interno de grande potencial de consumo.
- c) Economia e ambiente regulatório estável: os investidores procuram ganhos em eficiência e, se o país mantém sua economia estabilizada com regras e procedimentos públicos transparentes, isto atrai o investidor. É importante esclarecer que alguns regulamentos, como por exemplo, aqueles que dizem respeito às práticas de gestão que não agridam o meio ambiente, não são considerados regulamentos impeditivos ao investidor, uma vez que existe uma crença de que estes investidores já devem obedecer padrões em seus países com relação ao uso eficiente dos recursos, utilizando-se de boas práticas de produção. Por outro lado, caso o país não adote qualquer lei de proteção ao meio ambiente ou até mesmo haja a adoção de leis menos rígidas, isto também tem efeito atrativo aos investidores, uma vez que os custos de produção são reduzidos, o que é objetivo comum a todas as empresas.
- d) Perspectivas de crescimento e de elevação da produtividade: as empresas transnacionais buscam ganhos em eficiência. Deste modo o interessante para elas é investir em economias que assegurem crescimento econômico e índices de produtividade elevados. O levantamento é realizado a partir de dados históricos e com realização de projeções.
- e) Liberdade para operar no mercado interno e externo: a liberdade de operações no mercado interno e no mercado mundial consiste num fator importante. A forma de operar está associada às estratégias empresariais aplicadas pelas empresas no local em que atuam. Deste modo, os países precisariam adotar um sistema legal que permita às empresas operar livremente, em que a empresa controle suas estratégias, do contrário a realização de investimentos poderia se tornar comprometida.

- f) Risco para ingresso dos capitais produtivos: os riscos advindos dos custos gerados pela distância existente entre o país de origem dos investimentos e do país receptor e os custos econômicos provenientes da instalação do empreendimento são fatores que influenciam diretamente na decisão do investidor, visto que tem impacto direto nos lucros da empresa.
- g) Proteção dos direitos de propriedade intelectual: é crucial que o país hospedeiro disponha de uma legislação que assegure punição às empresas internas ao comercializar ou fabricar produtos falsos, de modo que esta legislação garanta a solução de conflitos através do uso do sistema jurídico interno.
- h) Infraestrutura interna e capital humano: é fundamental que o país hospedeiro disponha de infraestrutura adequada, pois contribui para que a firma opere de maneira eficiente. Com relação ao capital humano, é essencial que haja mão de obra qualificada, de modo a operar com novas tecnologias disponibilizadas pelas firmas estrangeiras. No entanto, é importante que a mão de obra seja compatível com as necessidades da empresa, ou seja, as firmas possuem vários setores operacionais e necessitam de trabalhadores qualificados, com qualificação média ou até mesmo pouco qualificados, uma vez que as linhas de produção demandam níveis de qualificação diferenciados.
- i) Estabilidade Cambial: tendo em vista que o câmbio está diretamente relacionado com os lucros e dividendos que serão transferidos para a matriz, devido à conversão da moeda nacional para moeda do país de origem, a estabilidade cambial constitui variável importante e tem efeito sobre a decisão do investidor. A preocupação não é com o nível de dólar existente no momento da realização do investimento, mas como a paridade cambial será mantida ao longo do tempo.
- j) Ética e integridade nas relações de comércio: é importante que as políticas governamentais se mantenham ativas, de modo a eliminar práticas corruptas e ilícitas, visto que a concorrência seja realizada através de procedimentos transparentes, impondo limites aos monopólios e restrições comerciais.
- k) Eficiência e transparência burocrática: é importante que o governo mantenha relações favoráveis ao setor privado, ou seja, é fundamental que o governo assegure políticas que não prejudiquem o desenvolvimento das atividades das multinacionais.

Esses são alguns determinantes que geram efeitos na tomada de decisão do investidor estrangeiro em aplicar seus ativos em determinado país. É evidente que existem inúmeros investidores e que as multinacionais têm considerações diferenciadas quanto à realização ou

não de investimento em determinado país. Porém, Gregory e Oliveira (2005) explicam que a literatura técnica aponta alguns aspectos de destaque quanto aos fatores considerados decisivos ao investidor, que são: o tamanho do mercado interno, as possibilidades de crescimento deste mercado, o ambiente favorável a realização das atividades da empresa o que inclui a liberdade para operar neste mercado, a estabilidade das regras e transparências dos procedimentos burocráticos, ou seja, que não seja impeditivo a operacionalidade da empresa no mercado interno. A UNCTAD também destaca alguns determinantes, conforme mostra o Quadro 1:

Quadro 1: Determinantes do IED no País Receptor

DETERMINANTES DO PAÍS RECEPTOR	TIPO DE IED POR MOTIVO DAS ETNs - PRINCIPAL DETERMINANTE ECONÔMICO NOS PAÍSES RECEPTORES
1. Políticas de atração aos IEDs	1. A busca por mercado
a) Políticas Indiretas (inner-ring)	Tamanho de mercado e renda <i>per capita</i>
Estabilidade econômica, política e social	Crescimento do mercado
b) Políticas diretas (outer-ring)	Acesso a mercados globais e regionais
Regras relativas à entrada e às operações	Preferências específicas dos consumidores do país
Padrões de tratamento das filiais estrangeiras.	Estrutura de mercados
Políticas sobre o funcionamento e estrutura dos mercados (especialmente sobre a concorrência)	2. Busca por recursos / Ativos
Acordos internacionais sobre IED	Matéria prima
Políticas de privatização	Baixo custo da mão de obra não qualificada
Política comercial (barreiras tarifárias e não tarifárias) e política coerente de IED	Mão de obra qualificada
Política fiscal (tributária)	Ativos tecnológicos criados e outros ativos inovadores (por exemplo, nomes de marcas) inclusive incorporados em indivíduos, firmas e grupos
2. Determinantes econômicos	Infra estrutura física (portos, estradas, energia, telecomunicações)
3. Facilidades para as empresas	3. Busca de eficiência
Promoção de investimento (incluindo a construção de imagem, atividades geradoras e serviços que facilitam o IED)	Custo dos recursos e dos bens listados em 2, ajustados para a produtividade dos recursos de trabalho.
Incentivos aos IEDs	Outros custos dos insumos, transporte e custos com comunicações de/e para a economia hospedeira e custos com outros produtos intermediários
Custos sem complicações (relativos à corrupção, eficiência administrativa, etc.)	Participação de acordo de integração regional que propicia o estabelecimento de corporações regionais de redes.
Facilidades sociais do país receptor (ex. escolas bilíngues, qualidade de vida, etc.)	
Serviços pós-investimentos	

Fonte: UNCTAD, 1998, p. 91

Os determinantes expostos no Quadro acima tendem a influenciar as decisões do investidor internacional, tendo em vista que repercutem no retorno sobre os capitais investidos no interior das economias. Vale salientar que as políticas diretas consistem naquelas capazes de produzir facilidades para as empresas multinacionais, enquanto que as políticas indiretas, não são destinadas exclusivamente à atração dos IEDs, porém a sua aplicação tem efeitos sobre a decisão do investidor estrangeiro. Um exemplo típico de política indireta foi o Plano Real.

Alguns estudos específicos voltados aos determinantes dos IEDs em torno da internacionalização das empresas dos países em desenvolvimento destacam também a importância das seguintes variáveis como sendo cruciais a decisão do investidor internacional: suporte informacional e logístico, vantagens fiscais e jurídicas, instrumentos de financiamentos exclusivos, instrumentos de mitigação de riscos (incluindo riscos políticos) e acordos internacionais de comércio e investimento (UNCTAD, 2006).

Muitos são os fatores que determinam os IEDs e que as considerações sobre a decisão de investir dependem do ponto de vista e das políticas estratégicas das multinacionais, que são diferenciadas.

No entanto, torna-se evidente que os procedimentos burocráticos e a adoção de regras com baixo grau de complexidade, que sejam claras e estáveis são as variáveis fundamentais na criação de um ambiente atrativo ao investidor estrangeiro (GREGORY; OLIVEIRA, 2005).

Capítulo II: OS FLUXOS DE IED PARA O BRASIL

No capítulo 1 contextualizamos de uma forma geral os fluxos de capitais, destacando o papel da globalização econômica assim como da globalização produtiva e seus efeitos sobre os fluxos de capitais produtivos. Estudamos ainda aspectos importantes sobre os fluxos globais de IED e seus determinantes de uma forma geral, de modo a compreender as características de atuação das multinacionais, e partir para análises em torno dos fluxos produtivos para a economia brasileira.

A pesquisa trata de estudar fundamentalmente os fluxos para o Brasil associados às estratégias adotadas pelo país. Portanto, neste capítulo será realizado um estudo acerca dos fluxos de IED para a economia brasileira, tendo em vista compreender como se deu a atuação das multinacionais em destinar seus fluxos para o país em diferentes períodos.

2.1 Análise do IED para a economia brasileira

Conforme ressaltado anteriormente, o Brasil tem sido destaque entre os países em desenvolvimento no que diz respeito à atração de IED. A intensificação dos fluxos se deu principalmente da segunda metade da década de 1990 quando o Brasil adotou políticas de abertura comercial, desregulamentação da economia e privatização que culminou numa elevação contínua desses investimentos até os nossos dias.

Os projetos de inserção internacional brasileiro também têm contribuído significativamente para elevação destes fluxos, ou seja, o Brasil tem assegurado ampla participação no mercado internacional. A atuação nos blocos econômicos, por exemplo, pode contribuir favoravelmente para atração de IED.

Vários podem ser os motivos que levam a atrair os investidores internacionais, no entanto nesta seção serão ressaltados alguns fatores que podem explicar o destino destes fluxos para o país, porém o estudo do conjunto de estratégias nacionais de atração de IED no período proposto pela presente pesquisa será discutido no próximo capítulo.

Historicamente o Brasil tem sido um importante receptor de IED na América Latina. Especificamente após a Segunda Guerra até meados dos anos 1980, o Brasil se destacou no recebimento desses fluxos, porém por conta da crise da dívida externa no início da década de 1980, é notória a diminuição dos fluxos, uma vez que a crise atingiu negativamente o retorno

desses investimentos e por isso inviabiliza a aplicação dos investidores e leva à estagnação dos fluxos por um bom período.

Conforme ilustra o Gráfico 4, a década de 1980 ficou marcada pela diminuição nos fluxos de IED. É importante contextualizar que as relações econômicas entre os países são marcadas pela instabilidade, principalmente quando se trata de aplicações nos países em desenvolvimento.

Segundo Moraes (2003), a diminuição dos fluxos de IED para o Brasil na década de 1980 pode ser explicada por três causas principais, que são:

- a) A recessão brasileira e mundial;
- b) O baixo grau de investimentos em bens finais;
- c) A abertura comercial restrita da economia brasileira.

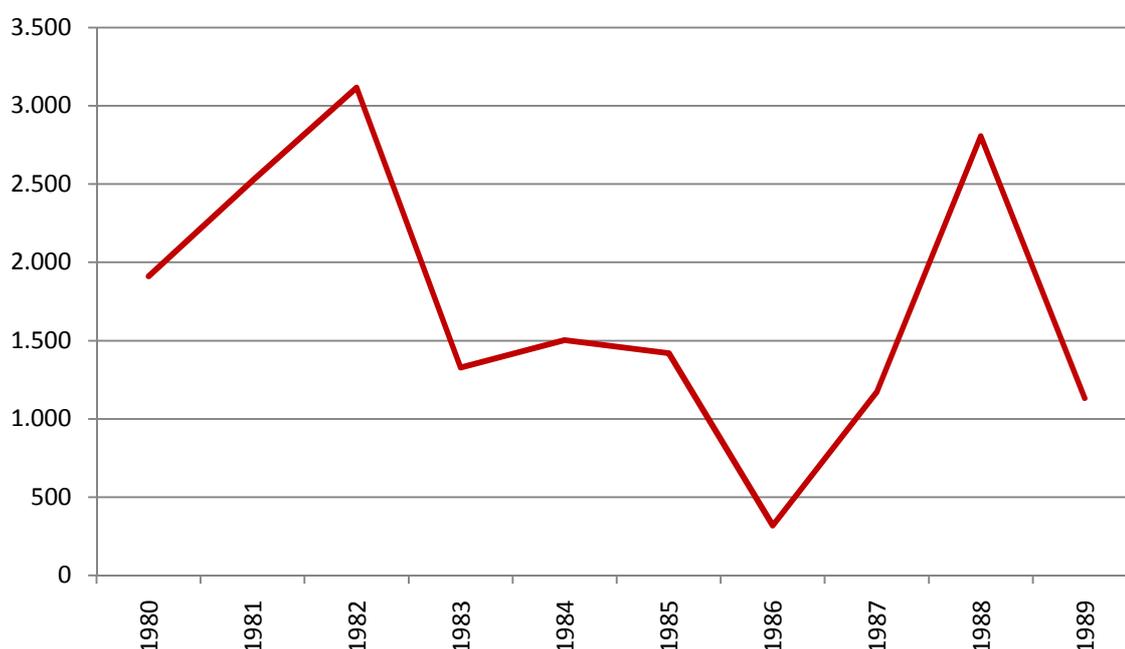
O conjunto de fatores conjunturais que caracterizam a estagnação observada na década de 1980 fez com que este período ficasse conhecido como a chamada década perdida, devido ao baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e às taxas de inflação elevadas.

Desde o final da década de 1980, a economia brasileira começou a aplicar medidas de liberalização comercial, o que explica a modesta elevação dos fluxos de IED no início da década. Porém, de uma maneira geral, temos fortes retrações dos fluxos neste período, devido aos fatores mencionados anteriormente.

As principais barreiras não-tarifárias foram eliminadas, além de adotar maior transparência à estrutura de proteção, diminuindo gradativamente o nível de proteção da indústria interna o que repercutiu na elevação dos fluxos em 1988, conforme mostra o Gráfico 4. No período de 1988 a 1990 foram reduzidas as tarifas médias de proteção de 41,2 % para 17,8%, eliminando os regimes especiais de importação e unificando os tributos de compras externas (AVERBUG, 1999).

O perfil do investidor externo está em função do risco que ele incorre ao investir seus capitais. Uma vez que a economia hospedeira é alvo de crises econômicas, o investidor tende a se retrair e evitar possíveis perdas. Este perfil é comum no cotidiano de qualquer categoria de investidor e, com maior intensidade quando tratamos do investidor externo.

Gráfico 4: Investimento Estrangeiro Direto no Brasil - Década de 80 – US\$ milhões



Fonte: Elaboração da autora, com dados Ipeadata

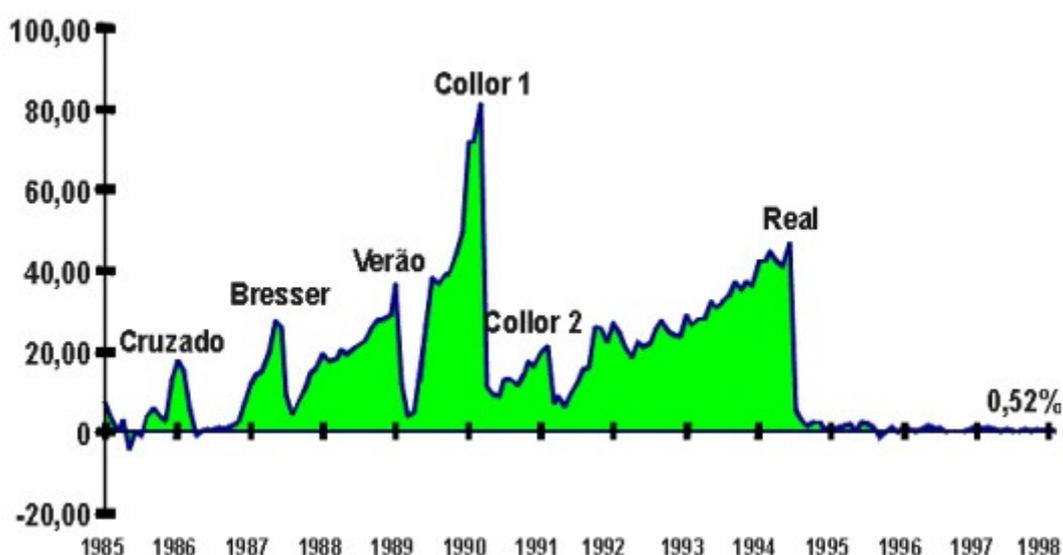
No início da década de 1990 temos novamente forte retração do IED para a economia brasileira, devido principalmente a instabilidade macroeconômica da época. Porém, percebemos o aumento significativo do montante de IED no país a partir de 1994. Este movimento de capitais foi resultado do conjunto de políticas liberalizantes que promoveu a abertura comercial ao mercado internacional e, também, a desregulamentação do mercado interno.

É importante destacar também que neste período houve um grande número de privatizações. Este processo deve-se principalmente à precariedade existente nos serviços de infraestrutura nas áreas de energia, telecomunicação, transportes e portos do país, devido à carência de investimentos internos nessas áreas. Diante deste cenário, o governo implementou o programa de privatização que favoreceu amplamente a entrada de investimentos estrangeiros, conforme será ilustrado mais adiante no Gráfico 6 (GREGORY; OLIVEIRA, 2005).

Outras políticas favoreceram a entrada de IED no país naquele período. Por exemplo, o Governo brasileiro renegocia a dívida externa, o que de certa forma contribui para a geração ambiente favorável aos investimentos, pois diminui o risco país e desperta a confiança dos investidores. Mesmo diante de políticas que repercutiram no aumento de IED

para o país, a situação interna com relação à inflação era preocupante. De 1990 a 1994 a economia registrava crescimento inflacionário e de modo a assegurar o equilíbrio macroeconômico e manter os fluxos de IED favoráveis, seria crucial adotar estratégias para frear a inflação. No Gráfico 5 é apresentado um histórico dos planos de estabilização inflacionária ao longo dos anos. É importante observar que partir de 1994, quando foi implantado o Plano Real, o objetivo de controle inflacionário foi alcançado e foi estabelecido um cenário econômico favorável no país, o que também contribuiu para uma perspectiva positiva para os investidores internacionais, conforme será ilustrado no Gráfico 6.

Gráfico 5: Inflação Anual no Brasil – Comparação dos planos de estabilização monetária



Fonte: Adaptado do Ministério da Fazenda – www.fazenda.gov.br

O presente estudo não tem como objetivo explicar os motivos que levaram as crises inflacionárias e nem dos planos elaborados de combate a inflação, mas de explicitar o impacto da instabilidade monetária interna sobre o processo de inserção internacional, especialmente relativo aos negócios internacionais, uma vez que o equilíbrio macroeconômico interno é fator crucial e tem efeitos significativos nas relações econômicas do Brasil com o resto do mundo. O Gráfico 5 mostra exatamente o comportamento da inflação no país destacando os planos desenvolvidos ao longo dos anos, especialmente na década de 1990.

A estabilização monetária advinda do sucesso do plano real, também colabora na elevação dos fluxos de IED. Houve uma forte intensificação desses fluxos para o país. Logo,

ao longo da década de 1990 é pertinente concluir que o conjunto de medidas adotadas pelo governo brasileiro, incluindo os planos de estabilização, foram formas que contribuíram para haver um ambiente favorável para atuação das empresas multinacionais no Brasil.

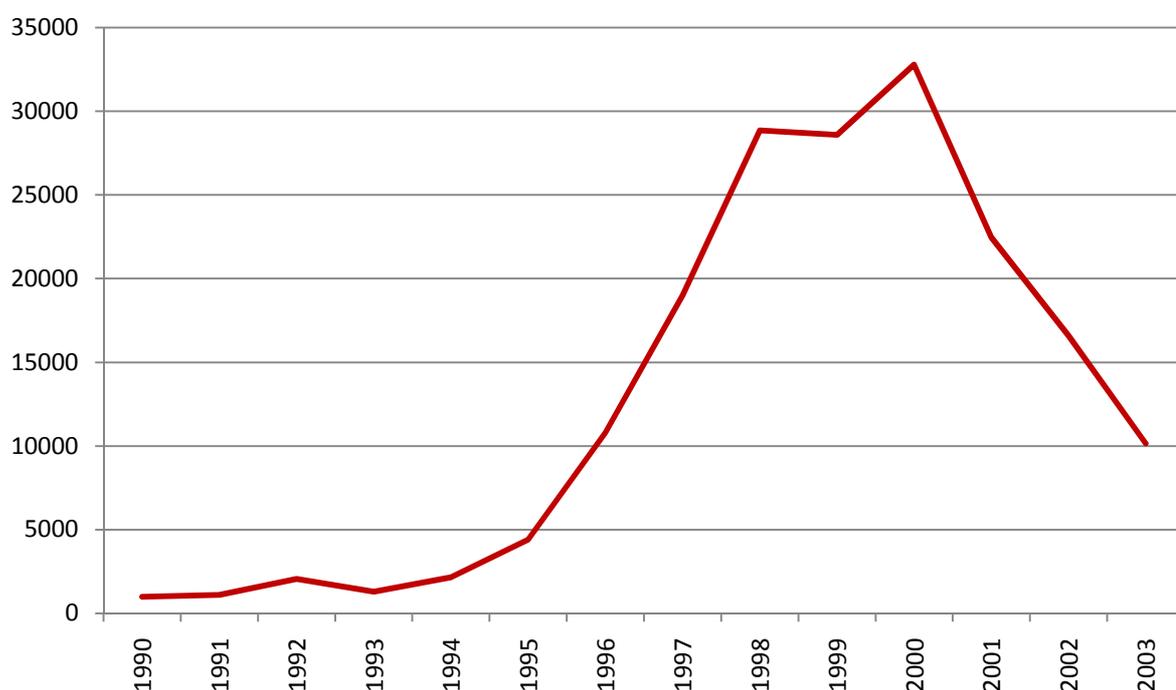
A inflação afastava da economia a confiança dos investidores estrangeiros em aplicar os seus ativos no Brasil, e o Plano Real trouxe a consolidação de um ambiente interno favorável à recepção de novos investimentos internacionais, que foi complementado pela adoção de estratégias liberalizantes, pela negociação da dívida externa e pelo programa de privatizações. Não se deve esquecer um fator relevante que foi o surgimento do Mercosul, que proporcionou ampliação do mercado interno e que teve efeitos significativos no processo de inserção econômica internacional do país, uma vez que estimulou o processo de trocas e intensificou as relações de mercado.

Ainda com relação ao Gráfico 6 é possível identificar uma forte queda dos fluxos de investimentos de 2001 até meados de 2003. Podemos atribuir à queda o fato de o Brasil ser uma economia em desenvolvimento com forte dependência dos capitais externos, que o torna vulnerável aos contratempos internacionais, sejam relativos às crises econômicas, à segurança internacional ou à política internacional, etc. Assim, a queda desses fluxos a partir de 2001, esteve atrelada à crise na segurança norte-americana advinda dos ataques terroristas, cujos efeitos se espalharam pela estrutura econômica e política mundial.

Anos depois, devido ao afrouxamento do crédito e da baixa dos juros nos EUA como políticas de incentivos ao consumo, de modo a superar os efeitos dos ataques, o mundo enfrentou a crise financeira desencadeada em 2008. É importante lembrar que após a ofensiva terrorista o governo americano se envolveu em duas grandes guerras, uma no Iraque e outra no Afeganistão e isto proporcionou um alto gasto com materiais bélicos.

Então, diante da crise, as operações de investimentos ficam comprometidas, uma vez que o retorno sobre as aplicações são incertos num ambiente econômico vulnerável, principalmente quando tratamos das economias em desenvolvimento, que no geral são consideradas frágeis diante dos acontecimentos internacionais, devido à dependência que possuem do capital externo.

Gráfico 6: Investimento Estrangeiro Direto no Brasil – 1990 a 2003 – US\$ milhões



Fonte: Elaboração da autora, com dados Ipeadata

O período que compreende de 2003 a 2013 é marcado por fortes fluxos de IED para o Brasil, conforme mostra a Tabela 3. Neste período o Brasil apresentou-se como economia em desenvolvimento de destaque no recebimento de IED e ocupou boas posições no ranking internacional, conforme visto no capítulo 1.

**Tabela 3: Fluxos de investimento estrangeiro direto para o Brasil 2003-2013
US\$ bilhões**

Anos	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	10,14	18,14	15,06	18,82	34,58	45,05	25,94	48,50	66,66	65,27	63,04
Países em desenvolvimento	197,45	284,61	341,42	432,86	591,16	668,75	532,58	648,20	724,84	729,44	778,37
% participação brasileira	5,1	6,4	4,4	4,3	5,8	6,7	4,9	7,5	9,2	9	8,2

Fonte: Elaboração da autora com dados da UNCTAD, 2013

A participação brasileira tem se elevado ao longo da década de 2000 com relação à captação de IED. Considerando os montantes de investidos remetidos aos países em desenvolvimento, o Brasil passou de uma participação de 5,1% em 2003 para 9,2% em 2011 e 9% em 2012. Em 2013 o percentual de participação do país apresentou queda com relação a 2011 e a 2012, e ficou em torno de 8,2%. Porém, ainda é considerada uma posição de destaque com relação às economias em desenvolvimento.

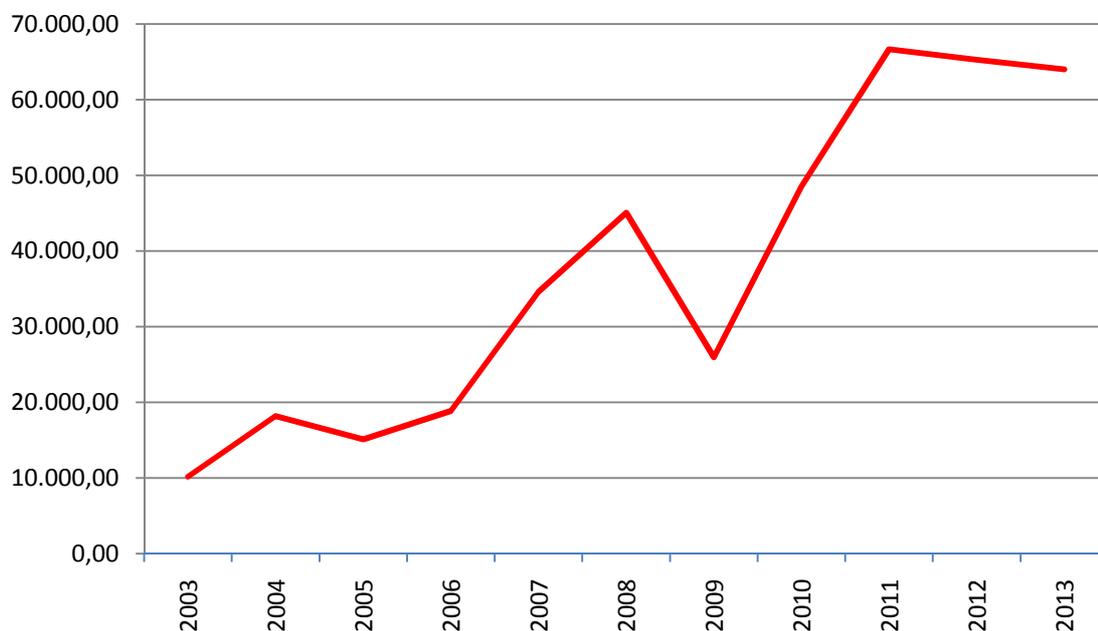
Os dados da Tabela 3 estão ilustrados no Gráfico 7, no qual é possível observar que o comportamento dos fluxos de IED para o Brasil ocorre de forma ascendente, porém com alguns movimentos de baixa, que podem ser atribuídos tanto aos acontecimentos externos, como por exemplo, no ano de 2001 com a crise de segurança internacional desencadeada nos EUA, como também às mudanças internas, quando em 2002 houve o período de eleições presidenciais no Brasil que culmina em um ambiente de risco para os investidores, pois eles se deparam com uma situação de risco quanto ao retorno sobre os investimentos, diante das turbulências internacionais e da incerteza acerca dos rumos das políticas econômicas internas, caso houvesse mudança de governo.

Em 2003 os fluxos começam a apresentar recuperação, mesmo que de forma moderada e avançam até meados de 2007 e no ano seguinte voltam a apresentar queda, isto porque a crise na segurança mundial refletiu no lado econômico e financeiro, e novamente a incerteza volta a cercar o investidor estrangeiro e o resultado é a contração dos fluxos, ou seja, os recursos voltam para as matrizes das empresas multinacionais.

A crise por sua vez, afirmou que as condições da economia internacional são o que dita o comportamento das contas externas, principalmente no caso dos países em desenvolvimento. Apesar deste cenário, no ano de 2010, o país assumiu a 7ª posição como destino de IED registrando um recebimento de US\$ 48 bilhões (UNCTAD, 2013).

Considerando o período pós-crise, entre 2009 e 2013 há uma grande elevação nos fluxos de investimentos para o país. A economia brasileira se manteve resistente frente aos efeitos daquela crise internacional, embora não imune aos efeitos mais graves possibilitados pela crise, ou seja, mostrou-se forte diante da crise externa, devido principalmente à estabilidade econômica interna decorrente de algumas políticas macroeconômicas implementadas naquele período que gerou perspectivas positivas sobre o crescimento econômico, e isto pode explicar em parte a elevação dos IEDs para o Brasil.

Gráfico 7: Evolução dos fluxos de IEDs para o Brasil de 2000 a 2013 –US\$ milhões



Fonte: Elaboração da autora com dados disponíveis em www.ipeadata.com.br

Assim, os anos compreendidos de 2003 a 2013 consistem no período em que a economia brasileira tem apresentado os maiores fluxos de IED na história, ou seja, considerando toda a análise realizada no capítulo anterior, a década de 2000 foi a que se manteve em maior destaque nas relações econômicas do Brasil com os demais países sob a ótica do recebimento de IED. Por isso, é relevante investigar o conjunto de estratégias aplicadas no decorrer dessa década e entender qualitativamente os fatores que tem contribuído para este comportamento.

2.2 O destino setorial dos IEDs para a economia brasileira

Os movimentos de capitais em escala global têm assegurado a integração dos processos produtivos em vários países, através da aplicação de estratégias internas, assim como por meio das estratégias de atuação das empresas multinacionais. A forma como este processo tem se intensificado ao longo dos anos tem refletido na atuação dos países emergentes no mercado internacional, ou seja, são economias que têm se destacado ao

representar maiores participações com relação à recepção destes investimentos ao longo do tempo.

Isto posto, é importante ressaltar que os fluxos de IED têm se intensificado nos países em desenvolvimento, uma vez que as firmas multinacionais buscam explorar os fatores produtivos que são mais baratos nessas economias, assim como conquistar novos mercados consumidores. Além disso, as empresas internacionais procuram obter através das economias vantagens competitivas, que são resultado da expansão e diversificação produtiva desses países. A economia brasileira ocupa posição de destaque quando o assunto se remete ao tamanho do mercado consumidor e ao fornecimento de vantagens competitivas associadas às novas estratégias de IED (RIBEIRO; SILVA, 2013).

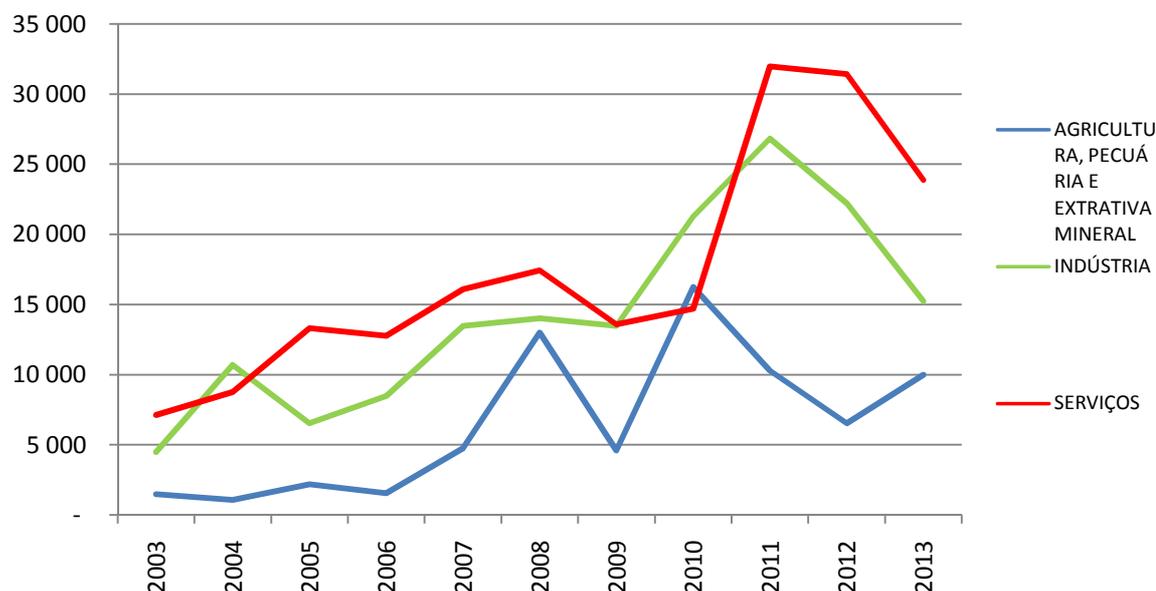
As características econômicas e institucionais dos mercados das economias em desenvolvimento têm sido fator de destaque para atuação das empresas multinacionais nesses mercados e com frequência, esses investimentos têm se concentrado em setores com alta disponibilidade de matérias-primas ou em setores que exigem mão de obra barata, ou seja, com pouco grau de especialização em determinada atividade.

Porém, é importante saber que isto está em função das estratégias empresariais, que na maioria das vezes estão focadas na redução dos custos produtivos. De forma geral, a estratégia de redução de custos tem acarretado parcela considerável dos IEDs globais para o setor primário e de manufatura básica (RIBEIRO; SILVA, 2013).

No caso brasileiro, diferentemente do que foi mencionado acima, o setor de destaque no recebimento de IED é o setor de serviços, acompanhado do setor industrial e agrícola respectivamente, conforme ilustrado no Gráfico 8 e nos dados da Tabela 4.

No acumulado de 2003 a 2013 o setor de serviços recebeu um total de US\$ 191 bilhões, com destaque para os serviços de telecomunicações, eletricidade, serviços financeiros e de comércio. Já a indústria registrou um acumulado de aproximadamente US\$ 157 bilhões, com destaque para os investimentos na indústria metalúrgica, de alimentos e produtos químicos. Na agricultura e no setor extrativo mineral o acumulado foi de aproximadamente US\$ 72 bilhões com destaque para os IEDs destinados à extração de petróleo e gás natural e à extração de minerais metálicos.

Gráfico 8: Distribuição de IED por setor - US\$ milhões



Fonte: Elaboração do autor, com dados disponíveis em www.ipeadata.gov.br

É possível observar no Gráfico 8 que, de 2011 a 2013, houve uma forte queda dos investimentos remetidos à indústria e ao setor de serviços, com exceção do setor agrícola, que também apresentou queda, porém de 2012 para 2013 houve uma pequena recuperação dos fluxos. As quedas podem ser explicadas pela situação desfavorável nos Estados Unidos e na União Europeia que definiu o cenário para redução em 18% dos fluxos de investimentos globais neste período. Assim, o ambiente econômico e político incerto geraram incerteza sobre os retornos desses investimentos em todo o mundo, uma vez que tínhamos um ambiente macroeconômico enfraquecido com quedas no produto interno bruto (PIB), na formação de capital, comércio e emprego e também fatores de riscos percebidos no ambiente político, relacionado à zona do euro que geram implicações sobre o IED (UNCTAD, 2013).

De maneira detalhada, a Tabela 4 mostra alguns setores específicos em ordem decrescente de classificação que recebem investimentos estrangeiros no Brasil, são setores pertencentes à indústria, ao setor de serviços e à agricultura. A Tabela 4 especifica também o total de empregos gerados, quantidade de projetos e quantidade de empresas atuantes no Brasil.

Tabela 4: Distribuição setorial do IED aplicado no Brasil (2003-2013)

Setores	Capex ² (US\$ milhões)	Capex/projeto (US\$ milhões)	Quantidade de projetos	Empregos gerados	Empregos/Projeto	Quantidade de Empresas
Metalurgia e Siderurgia	67.780,9	753,1	90	119,983	1,333	63
Comunicações	49.873,0	236,4	211	43,065	204	156
Mineração	45.860,5	428,6	107	118,307	1,106	60
Indústria Automotiva	36.164,9	296,4	122	97,069	795	50
Carvão, petróleo e gás natural	24.194,2	390,2	62	14,416	232	54
Alimentos e fumo	23.645,2	137,5	172	71.244	414	93
Energia renovável e alternativa	19.251,4	363,2	53	27,48	518	46
Química	7.485,0	45,9	163	17,141	105	112
Papel, gráfica e embalagens	6.117,3	165,3	37	8,854	239	21
Máquinas e equipamentos industriais	5.825,0	25,3	230	34,045	148	193
Transportes	5.094,0	78,4	65	13,231	203	50
Serviços Financeiros	4.850,6	25,7	189	14,341	75	147
Hotelaria e Turismo	3.857,9	62,2	62	22,061	355	38
Borracha	3.781,5	87,9	43	15,429	358	27
Autopeças	3.673,5	39,9	92	15,84	172	79
Setor imobiliário	3.273,0	79,8	41	40,512	988	30
Galpões e armazenamento	2.936,2	266,9	11	10,186	926	11
Software e serviços de TI	2.899,1	8,1	356	35,195	98	288
Construção civil	2.825,9	113	25	9,349	373	10
Plásticos	2.252,0	32,2	70	23,693	338	55
Bens de consumo eletrônicos	2.169,3	62	35	18,997	542	27
Farmacêutica	2.131,4	45,3	47	9,811	208	42
Bebidas	1.768,8	80,4	22	9,199	418	16
Produtos de madeira	1.741,7	217,7	8	1,248	156	6
Transportes não automotivos	1.687,6	41,2	41	32,904	802	32
Semicondutores	1.643,8	82,2	20	4,636	231	19
Componentes eletrônicos	1.601,0	29,6	54	15,906	294	44
Comércio e Serviços	1.550,0	5,9	264	18,024	68	230
Cerâmica e vidro	1.324,5	94,6	14	3,363	240	13
Motores e turbinas	1.216,4	43,4	28	6,056	216	17
Têxtil	1.159,7	14	83	16,188	195	65
Aeroespacial	1.082,7	49,2	22	2,586	117	20
Bens de consumo básico	993,0	14,2	70	9,454	135	57
Computadores e periféricos	959,1	19,6	49	22,349	456	37
Equipamentos médico-hospitalares	423,8	17,7	24	5,309	221	20
Lazer e entretenimento	274,2	27,4	10	1,553	155	6
Biotecnologia	117,7	19,6	6	291	48	6
Defesa e segurança	89,8	15	6	582	97	6
Saúde	19,7	4,9	4	259	64	4
Total	344.430,9	114,2	3,017	932,736	309	2,127

Fonte: Elaborado por Ribeiro e Silva (2013) com dados extraídos do FDI markets⁵.

⁵Refere-se ao monitor de investimento transfronteiriço vinculado ao Financial Times. É o banco de dados mais abrangente de investimentos, cobrindo todos os países e setores mundiais. Fornece acesso a monitoração em

De acordo com os dados da Tabela 4, é possível identificar que existe um expressivo fluxo de IED para o Brasil entre 2003 e 2013 aplicados nas atividades de exploração dos recursos naturais, a exemplo do setor de mineração com recebimentos em torno de US\$ 45,9 bilhões, carvão petróleo e gás com US\$ 29,2 bilhões. No entanto, outros setores pertencentes à indústria também se destacaram, como o setor de energias renováveis com US\$ 19,3 bilhões e alimentos e fumos com US\$ 24,2 bilhões.

O setor de comunicações também merece destaque com um fluxo expressivo de US\$ 49,9 bilhões, seguido pela mineração com US\$ 45,9 bilhões e da indústria automotiva US\$ 36,2 bilhões. Levando-se em consideração o total de empregos gerados, podemos destacar a indústria automotiva, mineração e metalurgia como os responsáveis por aproximadamente 40% dos empregos gerados pelos investimentos das empresas multinacionais no Brasil no decorrer da última década.

Pode-se observar que existe uma considerável concentração de IED nos setores de metalurgia, comunicações, mineração e de indústria automotiva, ou seja, 58% dos fluxos são destinados a estes setores. Conforme estudado anteriormente, vários podem ser os fatores que levam a esta concentração, porém a explicação para esta estatística pode estar em torno da própria estratégia de atuação das firmas, que buscam expandir continuamente os seus mercados através da aplicação de investimentos em vários países.

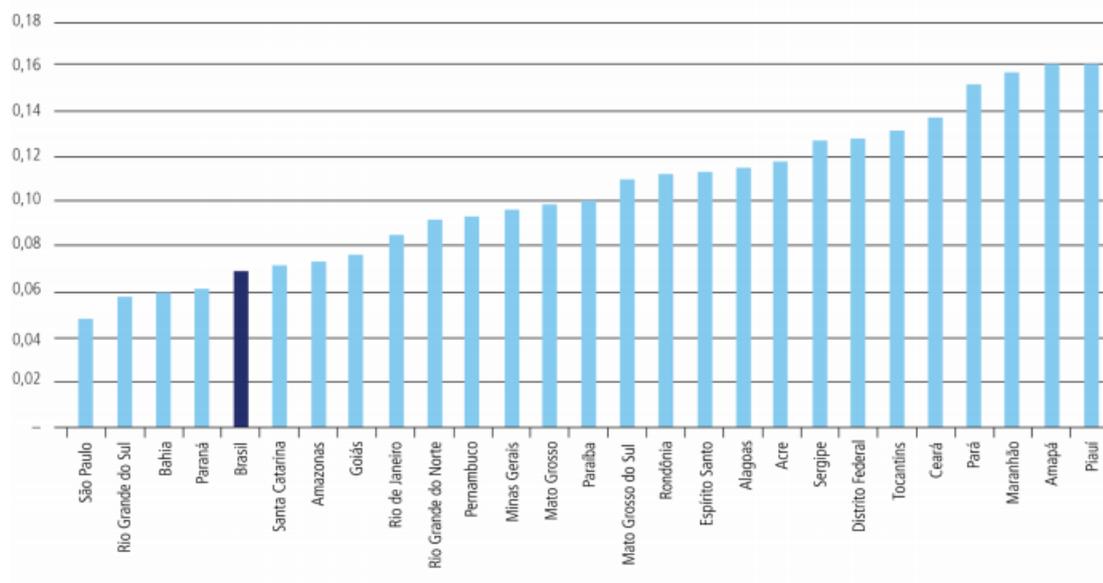
Riesenberger *et al* (2010, p. 14) explicam que as empresas multinacionais possuem diferentes estratégias de internacionalização, como: buscar oportunidades de crescimento com diversificação de mercados; obter maiores margens de lucros; adquirir novas ideias sobre produtos, serviços e formas de negociação; enfrentar a concorrência internacional; investir em um relacionamento potencialmente vantajoso com um parceiro estrangeiro; obter acesso a fatores de produção a um menor custo, entre outros. Estas são exemplos de formas estratégicas de atuação das próprias empresas, o que podem justificar em parte o porquê da opção de escolher atuar em alguns países e em setores específicos.

É importante saber que a diversidade de setores com relação à sofisticação tecnológica e o montante de fluxos de IED recebido pela economia brasileira revelam o quanto o parque industrial do Brasil é complexo. Sob a ótica regional esses investimentos se concentram em poucas unidades de federação, conforme ilustra o Gráfico 9, isto porque as empresas

tempo real acerca de projetos de investimentos de capital e criação de emprego, assim como de informações sobre as empresas que investem no exterior e seus respectivos perfis.

multinacionais estão interessadas em alcançar a eficiência competitiva, visando construir cadeias globais de valor.

Gráfico 9: Grau de concentração dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil por estado (2003-2012)



Fonte: Elaborado por Ribeiro e Silva (2013), com dados coletados no FDI Markets

O Gráfico 9 ilustra pesquisa registrada no boletim de economia e política internacional do IPEA no ano de 2013. O Gráfico apresenta o grau de concentração de IED considerando as unidades de federação brasileiras. Este é calculado através do desvio-padrão dos percentuais de cada setor por unidade de federação, o que confere ao leitor a medida de como o IED está distribuído.

É importante saber que quanto menor o desvio padrão a barra do gráfico será menor, assim o grau de dispersão setorial dos IEDs por estado será maior. Analisando o gráfico fica claro que o Estado de São Paulo apresenta o menor desvio. Posto isto, o estado recebeu os recursos de forma mais diversificada. O setor de comunicações foi o principal receptor 27% dos recursos recebidos. O contrário acontece com o estado do Piauí que concentrou a totalidade dos investimentos recebidos no setor de alimentos e fumo.

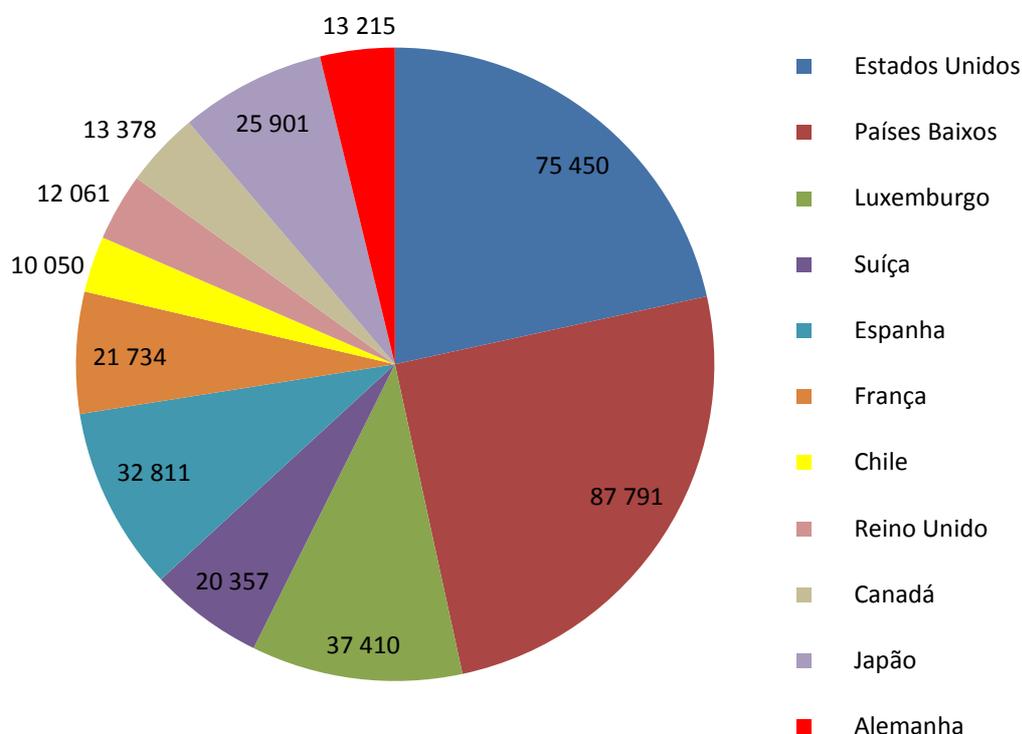
Diante do exposto, é possível afirmar que as empresas internacionais buscam novos mercados em outros países e levam em consideração vários fatores, conforme estudado anteriormente, a exemplo dos elementos econômicos e institucionais, tais como: capital humano, infraestrutura que assegure uma estrutura operacional adequada, qualidade da logística regional, grau de relação comercial com os grandes mercados mundiais, uma vez que

assegura o consumo daquilo que for produzido; regulação financeira e desenvolvimento do mercado de capitais.

É neste contexto que se explica a trajetória crescente dos fluxos para a economia brasileira e para o mundo, ou seja, a partir da adoção de novas estratégias que assegurem a integração econômica mundial (RIBEIRO; SILVA, 2013). Uma vez que contextualizamos os setores e estados que concentram os maiores e menores fluxos de investimentos, torna-se importante identificarmos os países que mais investem na economia brasileira, conforme ilustrado no Gráfico 10.

Não podemos deixar de salientar que muito embora o Gráfico 10 destaque os países que remeteram os maiores fluxos de investimentos para o Brasil no período considerado, existem outros países que remetem um montante de fluxos importantes quando consideramos os totais anuais de investimentos remetidos para o Brasil. É o caso dos fluxos advindos da China, Suécia, Argentina, Portugal, México, Coreia do Sul, etc.

Gráfico 10 – Fluxos de IED para o Brasil por país - acumulados de 2003 a 2014 – US\$ milhões



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados disponíveis no Banco Central do Brasil.

O Gráfico 10 apresenta o acumulado de investimentos estrangeiros aplicados na economia brasileira de 2003 a 2014, considerando o conjunto de países que mais investem por ordem de classificação. É possível identificar que os Estados Unidos são os que mais investem no país, com um acumulado de US\$ 75 bilhões, seguido pelos Países Baixos e por Luxemburgo. Na escala apresentada pelo Gráfico, os países que menos investiram foram: Reino Unido, Canadá, Japão e Alemanha, porém comparado a outros países, essas economias se destacam em remeter seus investimentos para o Brasil.

Considerando o total de países que transferem recursos para os diversos setores existentes na economia brasileira, fica claro que o Brasil é um país que assegura variáveis importantes de modo a atrair o investidor internacional e permitir uma maior integração econômica com diversos países. Anteriormente, estudamos vários fatores que explicam o que pode atrair estes investidores; no entanto, a análise foi realizada do ponto vista geral, com algumas suposições para o caso brasileiro.

No capítulo 3 será apresentado o conjunto de estratégias reais existentes no Brasil que contribuem significativamente para atração dos investidores internacionais. A análise será fundamental para compreendermos quais os reais motivos que levam o Brasil a ser tão atrativo sob a ótica do investidor internacional, assegurando assim a intensificação no grau de integração econômica com o mercado global e fazendo do país uma economia de destaque dentre os países em desenvolvimento.

A pesquisa se torna relevante no campo de estudo das Relações Internacionais, uma vez que a integração econômica eleva a importância tanto econômica quanto política de um país. Carr (2001) explica que a força econômica sempre foi instrumento de poder político e o resultado disso está em que o progresso da humanidade é consequência do desenvolvimento econômico, estando relacionado ou sendo instrumento da própria política. Ainda de acordo com Carr(2001) não se pode separar o econômico do político, sobretudo na arena internacional, uma vez que as tentativas de solucionar problemas no sistema internacional através da adoção de princípios econômicos divorciados da política não surtirão qualquer efeito expressivo.

O poder econômico, conforme destacado por Carr (2001), é importante e, juntamente com o poder político, surte efeitos na resolução de problemas existentes no sistema internacional. De fato, o poder econômico é crucial e como as forças das economias em desenvolvimento são limitadas a solução está em se integrar ao mercado mundial e dividir os

seus potenciais internos com as economias desenvolvidas que são detentoras de tecnologias e de capitais que dão origem as práticas de investimentos.

O poder econômico é importante e, atrelado à política concede bases fortes de atuação no sistema internacional. Levando-se em conta que a dependência tem efeitos positivos, mas também negativos à economia interna devido à atuação monopólica e aos interesses decorrentes das economias desenvolvidas, o fato é que esta é a realidade do sistema capitalista de produção. No sentido figurado, são jogos de interesses e que os países tendem a se adequar estrategicamente e assegurar as relações econômicas da forma que lhe é mais conveniente possível.

Capítulo III: ESTRATÉGIAS DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS PARA O BRASIL

Diante das pesquisas realizadas em torno do presente tema para a elaboração deste trabalho, constatamos que existem fatores que podem explicar o interesse dos investidores em manter seus ativos aplicados em determinados países, inclusive no Brasil. Vários podem ser estes determinantes e explicamos no decorrer dos capítulos anteriores alguns deles. Vale lembrar que existem tanto os determinantes diretos, ou seja, aqueles direcionados diretamente à atração desses capitais, assim como os determinantes indiretos que têm seus efeitos estendidos à atração dos investidores, a exemplo das políticas de estabilização econômica interna.

A proposta da presente pesquisa consiste em analisar as estratégias brasileiras aplicadas diretamente à atração dos investidores externos diretos, uma vez que o Brasil tem sido receptor de destaque nos últimos anos, o que tem elevado o grau de relacionamento econômico com vários países. Muito embora a literatura destaque alguns pontos negativos com relação à presença desses capitais na economia interna (conforme explicado anteriormente), existem aqueles que defendem a intensificação destes fluxos e atestam ser benéfico para o desenvolvimento da economia interna e intensificação das relações econômicas entre os países. Além disso, o processo de atração desses investimentos se torna uma exigência do próprio sistema capitalista de produção, diante do processo de globalização dos mercados que impõem às economias a busca pela diversificação das formas de atuação nos mercados internacionais.

Assim, diante do levantamento realizado, e considerando o foco da pesquisa, destacaremos os órgãos e as iniciativas federais que atuam de forma a assegurar a atração dos investidores estrangeiros para o Brasil: 1) a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil); 2) a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI), pertencente ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); 3) a Comissão de incentivo aos investimentos produtivos privados no país (Sala de Investimentos), pertencente à Casa Civil; e 4) o Departamento de Promoção Comercial de Investimentos (DPR), que atua pelo Ministério das Relações Exteriores.

Neste capítulo, discutiremos a atuação de cada um deles e destacaremos até que ponto sua atuação pode ser considerada uma estratégia deliberada de promoção de IED.

Torna-se relevante ressaltar também a importância das agências reguladoras no processo de recepção desses investimentos. No Brasil, temos a Associação Brasileira de Agência de Regulação (ABAR), fundada em 08 de abril de 1999. Consiste numa entidade privada, mas que não possui fins lucrativos e não constitui partido político. Foi gerada a partir de associação civil e busca a promoção do desenvolvimento do Brasil. O objetivo principal da ABAR é o de contribuir para a consolidação das atividades reguladoras em todo o país. Atualmente conta com 50 agências associadas, sendo 16 municipais, 27 estaduais e 7 federais e com parcerias que buscam o avanço no sistema regulatório no país (ABAR, 2014).

O presidente da ABAR Vinicius Benevides destacou que a redução da burocracia e a adoção de operações eficientes executadas por essas agências é uma imposição para que o Brasil seja um país atrativo aos investidores externos. Ele atesta que o ambiente regulatório do país consiste no terceiro fator mais importante na atração dos investimentos diretos; por isso a regulação desempenha papel importante na confiança dos investidores, dos governos, dos consumidores. Vinicius Benevides quando na participação do Seminário Regulação, Infraestrutura e o Futuro do País, explicou que:

A criação das agências reguladoras constituiu em mecanismo delimitador das fronteiras dos serviços públicos na fixação de normas para a definição de tarifas; estimular a competência dos prestadores de serviços; mediar os interesses desses agentes, dos usuários e consumidores, abrindo caminho para novos investimentos privados, nacionais e estrangeiros

As agências asseguram a atração dos investimentos, pois promovem o funcionamento correto dos serviços públicos e a utilização correta dos bens públicos, o controle tarifário. É notável que os investidores necessitem de um ambiente regulatório em que regras sejam postas de maneira clara e estável, e isto é garantido pelas agências reguladoras, destaca o presidente da agência (ABAR, 2014).

Diante do exposto, é possível identificar que as agências de regulação assumem papel relevante como determinante para atrair investidores externos, devido à confiança proporcionada por elas, a partir da geração de um ambiente regulatório estável. No entanto, não cabe à presente pesquisa estender esta discussão, sobretudo por que o papel das agências de regulação envolve análise detalhada em torno de áreas do Direito, o que não é o foco da presente pesquisa. Assim, analisar-se-ão as estratégias brasileiras sob a perspectiva dos órgãos nacionais que promovem o ingresso do IED no país.

3.1 A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos

A APEX-Brasil consiste numa entidade privada de interesse público que tem suas atividades voltadas para atração do IED em setores considerados estratégicos, assim como de promoção as exportações do país. A agência exerce suas atividades em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e com a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI). Na categoria de agência, a Apex-Brasil foi instituída pelo decreto nº 4.584, de 5 de fevereiro de 2003. No ano de 2007, a Agência iniciou atividades voltadas à atração de IED e a partir de 2008 adotou políticas de capacitação voltadas ao empresariado nacional, de modo a capacitá-lo para operar no mercado internacional, e, com isso, assegurar a confiança do investidor externo em aplicar seus ativos no Brasil. De acordo com o Estatuto da Apex-Brasil (2003), em seu capítulo segundo, que trata do objetivo, atuação e operação da entidade:

Art. 4º- O objetivo da Apex-Brasil é, em cooperação com o poder público, promover as exportações brasileiras e investimentos, assim como a internacionalização de empresas públicas e privadas brasileiras, por meio de pesquisa, da formação e capacitação, do desenvolvimento institucional, dentre outras ações, observada a política nacional de desenvolvimento, mormente no que tange aos setores da indústria, comércio, serviços e tecnologia, com ênfase no favorecimento às empresas de pequeno porte e na geração de empregos.

Faz parte do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da Apex-Brasil representantes das seguintes instituições: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério das Relações Exteriores, Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e pequenas empresas, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

A entidade desenvolve práticas para as empresas estrangeiras que mantêm interesse em negociar seus ativos no Brasil, especialmente os investidores que possuem projetos greenfield⁶ com propostas de negócios que tragam para o Brasil inovação tecnológica, ou seja, que consistam em novos modelos de negócios de modo a fortalecer as indústrias nacionais,

⁶Os projetos greenfield envolvem investimentos em fase inicial, ou seja, que se encontram no papel. Esta categoria de investimento consiste em aplicar os recursos na construção de estruturas que permita suporte para as operações da empresa, o que significa dizer que, ao invés recursos serem empregados em uma joint venture ou na posse de determinada firma já existente em determinado setor, o investidor projeta o seu próprio negócio.

possibilitando, assim, geração de emprego e melhorias nas exportações por meio da maior diversificação de produtos, assim como dos volumes de produção (INVESTIMENT GUIDE TO BRASIL, 2014).

A CEPAL (2013) explica que os IEDs incidem de maneira significativa na consolidação ou diversificação dos perfis produtivos e afirma que é particularidade do IED assegurar grande incidência sobre as economias hospedeiras. É neste contexto que a Apex-Brasil desenvolve práticas estratégicas, principalmente para os projetos de investimentos que tragam benefícios estruturais para o país, diversificando a produção e fortalecendo a indústria interna, ou seja, a concepção da agência é que esses investimentos proporcionam essas mudanças e que podem incidir positivamente na economia interna. Gonçalves (1999), também explica que o IED assume papel estratégico na economia receptora, pois proporciona reestruturação produtiva, tendo em vista o poder de modernização do aparelho produtivo que estes investimentos possuem, portanto esta concepção vai de encontro ao interesse da agência em promover os investimentos para o país.

O apoio da Apex-Brasil aos investidores internacionais está atrelado a dois objetivos: modernização estrutural das empresas nacionais e, benefícios às exportações, tendo em vista que com o emprego de tecnologia, produtos e serviços nacionais se tornarão competitivos no mercado externo também (APEX, 2014). Na concepção da agência o IED proporciona modernização estrutural na economia interna, por isso que é importante assegurar formas de atração de IED. A OCDE 2003 tem a mesma interpretação, quando explica que o IED colabora positivamente para o país, isto porque essas empresas possuem gerenciamento e tecnologias eficientes, ou seja, a OCDE enfatiza o porquê que esta categoria de investimento é “cortejada” pelos países em desenvolvimento, o que de certa forma explica os fundamentos dos objetivos da Apex-Brasil.

Conforme destaca Gilpin (2002), os países que recebem estes fluxos tendem a favorecer externalidades positivas, através da transferência tecnológica que lhe é proporcionada. Então, o autor deixa claro que os ganhos advindos dos IEDs estimulam a geração de estratégias para atraí-los e o país hospedeiro, no caso da pesquisa o Brasil, é motivado a elaborar políticas ou estratégias que promovam a realização desses investimentos. Podemos observar claramente que a Apex-Brasil em parceria com o Governo Federal está empenhada em realizar os procedimentos citados por Gilpin.

Por exemplo, a entidade conta com uma equipe de facilitação de tomada de decisão do investidor internacional e por intermédio desta equipe ocorre a realização do investimento,

uma vez que esta acompanha cada fase das etapas da decisão. Dito isto, é importante destacar que a Apex-Brasil atua como elo de relacionamento entre os agentes envolvidos nas pesquisas para realização dos investimentos, tais como: investidor, parceiros estratégicos, fornecedores e também as autoridades locais, isto porque a agência realiza ações diversificadas que possibilitam promoção comercial e valoriza os produtos e serviços produzidos no Brasil para o mercado externo. Deste modo, há uma coordenação contínua de esforços na atração desses investimentos para a economia brasileira, mais especificamente em setores considerados estratégicos, que garantam o desenvolvimento estrutural interno de modo a assegurar a competitividade das empresas nacionais (APEX, 2014).

A agência tem como missão permitir o desenvolvimento das empresas brasileiras a partir da adoção de práticas e estruturas empresariais que garantam competitividade no mercado internacional, ou seja, promover as empresas internas a internacionalização dos negócios e, também, atrair os investidores internacionais e com isso inserir o Brasil no mundo dos negócios de forma inovadora e competitiva a partir da adoção de práticas sustentáveis.

3.1.1 Serviços desenvolvidos pela Apex-Brasil

Com o objetivo de permitir que as empresas brasileiras alcancem competitividade dos seus produtos no mercado internacional através da internacionalização dos seus processos de produção, a Apex-Brasil desenvolve alguns serviços para colaborar com inserção externa dessas empresas. De uma maneira geral, a Apex-Brasil desenvolve os seguintes serviços:

- a) Inteligência de mercado: estudos de mercados e análises acerca das oportunidades advindas dos negócios internacionais, de modo que orientem tanto as empresas como a equipe de colaboradores envolvida em seus projetos. Este estudo vem a colaborar fortemente no sucesso do negócio durante a execução daquilo que foi planejado.
- b) Qualificação empresarial: desenvolvimento de políticas de qualificação empresarial, que são: capacitações, consultorias e assessorias, com a finalidade de fortalecer a competição e a cultura de exportação das empresas e consequentemente permitir que estas adquiram bases suficientes para enfrentar os desafios impostos pelo mercado internacional.

- c) Atração de investimentos: promoção de estratégias de atração de IED de modo a facilitar o ingresso desses investimentos no país. Estas estratégias, de acordo com informações disponíveis no portal Apex-Brasil, consistem em melhorar a imagem do país através de um mercado que se mantenha atrativo aos ativos provenientes do capital estrangeiro, o que de acordo com a agência promove o desenvolvimento e a competitividade do Brasil no mercado externo. É importante salientar que a adoção de práticas de atração desses investimentos vem justamente induzir as empresas estrangeiras a transferir para as empresas nacionais tecnologias que repercutam em inovação dos processos de produção das empresas nacionais. A Apex-Brasil atua de forma a ampliar os investimentos já realizados e também fornece apoio aos investidores ainda com projetos em andamento. A entidade busca influenciar a decisão dessas empresas internacionais fornecendo informações estratégicas, além de articular e acompanhar visitas das empresas aos estados hospedeiros dos IEDs. Posteriormente, serão estudados detalhadamente os serviços de atração dos investimentos realizados pela agência.
- d) Promoção de negócios e imagem: estratégias de atuação que têm como objetivo primordial a facilitação de acesso das empresas nacionais ao mercado mundial, ou seja, visa basicamente diversificar os destinos dos produtos brasileiros e com isso obter retorno sobre as percepções positivas do mercado internacional acerca dos produtos e serviços produzidos no Brasil. Esses serviços têm como consequência o contato direto entre empresários nacionais e internacionais o que beneficia a realização dos negócios e assegura a participação ativa e competitiva das empresas brasileiras nos mercados mundiais.
- e) Estratégia para internacionalização: estratégias empregadas para orientar empresas e parceiros internacionais na definição de formas de atuação, a partir do programa de internacionalização para mercados estratégicos, de modo a permitir a inserção e o avanço das empresas nacionais no processo de internacionalização da produção.

A Apex-Brasil desenvolve um conjunto de serviços de modo a colaborar com a inserção externa das empresas e atrair investimento para o país. Riesenberger (2009) explica que os gestores procuram assegurar a coordenação e a integração internacional, adotando não apenas planos específicos, mas programam uma ampla variedade de procedimentos compartilhados, conforme podemos conferir nos serviços desenvolvidos pela Apex-Brasil e

também nas estratégias desenvolvidas pela entidade que serão vistas mais adiante. Estes serviços envolvem tanto atividades voltadas para beneficiar as empresas brasileiras no mercado internacional, como também tem efeitos diretos sobre o ingresso de IED no país.

A seguir, veremos as estratégias desenvolvidas pela agência exclusivamente para atração de IED, através do Programa Nacional de Atração de Investimento Estrangeiro Direto e destacaremos os serviços específicos para esta categoria de investimento.

3.1.2 Estratégias da Apex-Brasil no processo de atração de Investimento Externo Direto

Conforme explicado anteriormente, a Apex-Brasil defende que atrair investimentos estrangeiros para o país consiste em fortalecer as empresas brasileiras através da elevação de sua competitividade frente ao mercado internacional. De acordo com a Apex-Brasil, o investidor externo contribui para ampliar a “network”⁷ das empresas e por esta razão promove melhorias contínuas nos processos de gestão, principalmente nos aspectos relacionados à governança (APEX, 2014).

A agência trabalha em duas frentes estratégicas: a capacitação das empresas para atração de IED e rodadas de negócios com os potenciais investidores (APEX, 2014). No que diz respeito à capacitação das empresas para atrair os investidores, o empresário passa pelo coaching⁸, de modo a produzir uma apresentação influenciadora aos interesses dos fundos de investimentos. Neste processo, a empresa deverá fornecer informações pertinentes e detalhadas através do sumário executivo. Após estes procedimentos, caso o investidor mantenha interesse em aplicar seus ativos na empresa, será apresentado o plano de negócio de forma a iniciar as negociações de aquisição. Assim, a Apex-Brasil entra no processo de negociação tanto na elaboração do sumário executivo, como também pode optar em participar da elaboração do plano de negócio.

⁷Termo utilizado na área de administração de empresas que significa rede de relacionamentos ou rede de contatos. Consiste numa rede de pessoas que tem conhecimento em torno de determinado profissional. Atualmente esta rede é tida como uma maneira eficiente de relações profissionais. A rede é utilizada com o objetivo de conhecer pessoas, firmar compromissos relacionais e assim facilitar a entrada no mercado de trabalho.

⁸Consiste num método que tem como objetivo desenvolver competências comportamentais, psicológicas e emocionais, com intuito de alcançar resultados anteriormente planejados. Coaching trata-se de um processo em que um grupo de pessoas compartilhamos seus conhecimentos e experiências de modo a colaborar para autoconfiança dos participantes, de quebrar entraves de limitação, com a finalidade das pessoas atingirem o seu potencial e alcançar suas metas.

Com relação às rodadas de negócios com os investidores, a Agência promove fóruns com a participação de fundos de investimento, criando um ambiente favorável para que as empresas se apresentem aos investidores. Os fóruns acontecem em parceria com a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP)⁹ e FINEP.¹⁰

Tanto a capacitação para a atração de investidores como as rodadas de negócios fazem parte do Programa Nacional de Atração de Investimento Estrangeiro Direto desenvolvido pela Apex-Brasil em parceria com o Banco Mundial, com o objetivo de capacitar os representantes dos estados Brasileiros para atuar estrategicamente na atração dos investidores internacionais. Através de informações contidas no portal da Apex-Brasil é possível identificar que o programa desenvolve alguns serviços para atração de IED, os quais serão descritos a seguir:

- a) **Elaboração de estratégias de atração de investimentos externos:** é executado o processo de divulgação de oportunidades que são expostas na realização de seminários, fóruns e rodadas de investimentos em diversos países, além da análise dos setores e locais atrativos a realização dos investimentos, assim como a identificação dos investidores com interesse em investir nas áreas e setores identificados. Também é desenvolvido o planejamento e execução das ações necessárias para atrair os investidores internacionais, contando com a melhoria do ambiente em que serão realizados os negócios, visando exatamente a atração dos IEDs.
- b) **Conhecimento dos setores e dos mercados:** este aspecto é crucial para os investidores, por isso são estudados o tamanho e as características dos mercados, contando com pesquisas sobre a distribuição geográfica da produção e do nível de demanda. A identificação dos concorrentes, sócios e fornecedores também são de suma importância no processo de tomada de decisão de onde investir.

⁹Entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo o desenvolvimento de investimentos de longo prazo no Brasil. A ABVCAP defende os interesses dos integrantes da indústria em conjunto com instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, buscando políticas públicas que favoreça a realização de investimentos no país. Tem como missão o desenvolvimento dos negócios levando-se em consideração o crescimento sustentável e integração entre os mercados

¹⁰Empresa pública que vem institucionalizar o Fundo de Estudos de Projetos e Programas. A Finep substituiu e ampliou o papel que era exercido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Tem como missão promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio de estímulo público a ciência, tecnologia e inovação das empresas, universidades, institutos de tecnologia.

- c) Estudos acerca da localização: são observados e divulgados pela agência aos investidores as seguintes características: disponibilidade de áreas e custos, incentivos locais e recursos financeiros, aspectos fiscais e tributários, regulamentação existente na localidade e as exigências dos órgãos de controle ambiental, informações sobre os recursos humanos, envolvendo a questão da disponibilidade, potencial e custos provenientes da mão de obra; informações acerca da logística utilizadas para os insumos e na distribuição da produção, além dos contatos existentes com autoridades e entidades locais.
- d) Sistematização de inteligência sobre o Brasil: a entidade informa aos investidores potenciais acerca da organização política, administrativa e jurídica interna, assim como divulga dados e projeções econômicos. Através dessa sistematização são divulgadas informações sobre a dinâmica populacional e o sistema educacional interno. Esses dados são importantes, tendo em vista que as empresas estrangeiras são intensivas no uso de tecnologia que exige mão de obra qualificada para lidar com os sistemas operacionais.
- e) Orientação acerca do ambiente legal e regulatório interno: são repassadas informações pertinentes de como deverão ser instaladas as empresas e as melhores alternativas a serem empregadas; informações sobre o sistema jurídico de contratação de trabalhadores, assim como divulga aos investidores os regulamentos e órgãos reguladores existentes no país.
- f) Orientação e acompanhamento na realização de visitas técnicas: existe uma ampla divulgação sobre as características socioeconômicas e culturais locais, que são de grande importância na hora do processo de tomada de decisão, pois tem efeitos diretos no desempenho organizacional e conseqüentemente no retorno sobre o investimento. Além disso, tem-se a organização de reuniões com autoridades, órgãos reguladores internos e com possíveis parcerias com investidores estrangeiros, como também a identificação dos fornecedores que são essenciais para que o investimento se concretize.

A Apex-Brasil mantém vários parceiros institucionais. São estabelecidas parcerias com órgãos nacionais e internacionais, com o setor público e privado, que assumem relações com o comércio exterior ou no processo de atração de IED.

São exemplos de parcerias institucionais mantidas pela Apex-Brasil: Presidência da República, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério de Planejamento, Secretaria de Indústria e Comércio do Distrito Federal, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), Federação das Indústrias do Estado do Paraná, entre outros. Também mantém parcerias com instituições de ensino e pesquisa, como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que constitui numa empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e entidades que representam o setor produtivo do país com parcerias em ações e projetos, como a Associação para promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTEX), Associação Brasileira de Empresas e Design (ABEDESING), Instituto Brasileiro de Cachaça (Ibrac), Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSEPRO), entre outros.

A agência ainda conta com parcerias institucionais relacionadas à cooperação técnica que configuram alianças estratégicas firmadas com organismos internacionais, como exemplo as parcerias com o Banco Mundial, com o International Trade Centre (ITC), com agências de promoção de exportações e de investimentos. As parcerias são promovidas através da participação da entidade em fóruns empresariais multilaterais de cooperação técnica internacional que contribuem para a formação das alianças estratégicas da Apex-Brasil com órgãos mundiais. Um exemplo recente desta prática é o World Congress Information Technology (WCIT) que será sediado em Brasília em 2016, pela primeira vez na América Latina, um dos principais eventos de tecnologia de informação (TI) do mundo.

O evento acontece a cada dois anos e reúne cerca de dois mil participantes, de vários países (cerca de 90 países) e é composto por autoridades governamentais, acadêmicos, mídia internacional e líderes empresariais, sob a organização da Apex-Brasil em parceria com a SOFTEX e com a Assepro, ou seja, é organizado um conjunto de ações que tem como objetivo o planejamento, organização e divulgação de evento nos âmbitos nacionais e internacionais, o que colabora positivamente com a imagem do país no exterior.

A agência está presente em vários países, possui centros de negócios nos principais mercados globais, tendo em vista apoiar as empresas brasileiras no exterior e também incentivar os ingressos de multinacionais no país. Os locais específicos em que a Apex-Brasil está presente atualmente são: África e Oriente Médio: Dubai e Luanda; América Central e Caribe: Havana; América: Bogotá e Miami; Ásia e Oceania: Pequim; Europa: Bruxelas e Moscou.

No Brasil a entidade possui sede localizada em Brasília-DF e distribui algumas unidades de atendimento, localizadas em alguns estados do país, que são: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM; Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB; Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC; Federação das Indústrias do Espírito Santo – FINDES; Federação das Indústrias do Estado de Goiás – FIEG.

De acordo com informações disponíveis no portal Apex-Brasil, a agência atualmente apoia aproximadamente 13 mil empresas de 81 setores da economia e os principais segmentos desses setores são: agronegócio, alimentos e bebidas, casa e construção, economia criativa e serviços; máquinas e equipamentos, moda e tecnologia.

A visão geral da Apex-Brasil com relação aos investimentos externos diretos está associada aos benefícios advindos desses investimentos para economia brasileira, tendo em vista o aporte de capital financeiro e a tecnologia que as empresas multinacionais possuem. Para a agência o ingresso desses capitais tem duas consequências benéficas para o país: a elevação competitividade através da inovação dos produtos e serviços gerados, tendo em vista o emprego da tecnologia nos setores que recebem estes capitais produtivos e a melhoria na qualidade das exportações o que de certa forma eleva também o montante de bens remetidos ao exterior.

A partir dessa percepção acerca desses capitais, a agência tem aplicado um conjunto de estratégias ativas que colaboram diretamente na atração de IED e tem assegurado parcerias importantes com instituições nacionais e internacionais, tendo em vista assegurar que os investidores mantenham ingressos de capitais produtivos para o Brasil. A agência tem intensificado a elaboração de projetos (denominados como especiais para a entidade) que consistem em estratégias importantes na atração de investimentos para o país. Como exemplo temos:

- a) Projeto copa denominado Brasil Beyond Football: ação de marketing de relacionamento que foi aplicada durante a copa do mundo que assegurava relação de confiança entre o empresário nacional e o empresário internacional. A agência trouxe empresários e investidores do mundo inteiro para assistir aos jogos, participar de rodadas de negócios, assim como palestras e algumas visitas a fábricas nacionais. Os eventos aconteceram em várias cidades do país, a exemplo: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife.

- b) Projeto carnaval denominado Brasil Business and Partnership: promove a visibilidade do carnaval brasileiro no mundo, de modo a atrair compradores e investidores estrangeiros para o país. A ação permite intensificar a relação entre os empresários brasileiros e estrangeiros, que participam de rodadas de negócios e visitam as indústrias locais e pontos de vendas localizados em vários estados brasileiros. As visitas acontecem antes, durante e depois do carnaval.
- c) Brasil Beyond Courage: a montaria profissional é um dos esportes mais importantes dos EUA e tendem a concentrar um grande número de pessoas, inclusive investidores. Já assistiram as provas da Professional Bull Riders (PBR) milhões de pessoas de 84 países em competições que aconteceram no EUA, Austrália, Brasil, México e Canadá. Deste modo, a Apex-Brasil lançou parceira com a PBR¹¹ e criou o projeto Brasil Beyond Courage que consiste numa ação de relacionamento entre empresas brasileiras potenciais compradores, investidores e formadores de opinião estrangeiros. A ação promove interação qualificada entre clientes e investidores, de modo a criar um ambiente adequado à realização de investimentos, em que a confiança e parcerias se tornam variáveis fundamentais na consolidação dos negócios entre Brasil e Estados Unidos.

As parcerias que a entidade mantém são fundamentais para o sucesso das estratégias que são aplicadas de modo a atrair os investidores. A instituição tem possibilitado a formação de ambiente favorável aos investidores internacionais, pois tem investido fortemente em projetos que mostram os benefícios em se investir no Brasil, divulgando uma boa imagem do país através de várias ferramentas estratégicas, entre elas: divulgação de relatórios importantes sobre a economia brasileira, formação de alianças estratégicas com instituições públicas e privadas nacionais e internacionais, investimentos em projetos que possibilitem contatos com investidores de vários países.

A partir dos serviços desenvolvidos pela Apex-Brasil, é possível afirmar que a agência dispõe de um amplo programa de atração de IED. Eles são responsáveis por divulgar informações relevantes acerca das inúmeras variáveis importantes. O programa vem a mostrar

¹¹A PBR é uma empresa dos Estados Unidos que promove competições de rodeio internacionalmente, com sede em Pueblo, Colorado. Fundada em 1992, a PBR conta com cowboys dos Estados Unidos, Canadá, Brasil, México e Austrália. No Brasil a PBR foi fundada em 2005 com sede na cidade de São José do Rio Preto-SP.

aos investidores externos as vantagens em investir ativos no Brasil, além de gerar informações de maneira transparente, tendo em vista proporcionar confiança aos investidores sobre o retorno que terão ao aplicar os seus capitais no país.

Todas as atividades que têm sido desenvolvidas têm suas consequências na tomada de decisão do investidor externo, a partir da confiança que é repassada a esses investidores. São estratégias que facilitam o contato e a disponibilidade de informações pertinentes acerca da economia brasileira e configuram em variáveis importantes, que facilitam as relações do Brasil com os demais países que mantêm interesse em aplicar seus ativos e expandir seus mercados.

3.2 Rede Nacional de Informações sobre o Investimento

A Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI) consiste num instrumento utilizado pelo Governo Federal para fornecer informações pertinentes acerca dos investimentos no setor produtivo da economia brasileira. Criada em 2003, na ocasião do Fórum Nacional de Secretaria do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (FONSEIC), a Rede é mantida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e com parcerias com as secretarias de estado, de indústria e comércio, assim como as federações de indústria e com órgãos que promovem a realização de investimentos.

De acordo com as informações contidas no portal da Rede, a gestão da RENAÍ é realizada pela Coordenação Geral de Investimentos, pertencente à Secretaria do Desenvolvimento da produção do MDIC. Através das parcerias mantidas, a RENAÍ disponibiliza informações aos investidores externos sobre as oportunidades de investimentos existentes no Brasil, ou seja, a Rede busca diminuir o grau de dificuldades do investidor estrangeiro em obter informações sobre os procedimentos e oportunidades de investimento.

A estratégia da RENAÍ em fornecer informações aos investidores é fundamental na consolidação dos investimentos. Conforme destaca a UNCTAD (2006) existem vários determinantes voltados para o processo de atração de IED, porém o suporte informacional consiste numa variável essencial na tomada de decisão do investidor externo, principalmente quando se trata de economias em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

De acordo com as informações disponibilizadas no portal da Rede, a RENAÍ possui alguns objetivos importantes, dos quais se destacam os seguintes:

- a) Contribuir no processo de tomada de decisão do investidor internacional, através da disponibilização de informações úteis acerca da economia brasileira, de modo a facilitar a realização dos investimentos no Brasil;
- b) Fornecer apoio às esferas federal e estadual, tendo em vista assegurar o desenvolvimento das atividades destinadas à promoção dos investimentos produtivos;
- c) Manter estratégias que facilitem a realização dos investimentos no país;

A RENAI busca desenvolver atividades importantes que contribuam para atingir os objetivos propostos pela Rede. Deste modo, são aplicadas atividades nas seguintes áreas: promoção, capacitação, facilitação e informação. Em cada uma das áreas citadas, a Rede atua de maneira específica de tal modo que atinja os objetivos estratégicos de atrair as multinacionais para o Brasil. Veja a seguir a forma como a RENAI atua em cada uma das áreas citadas:

- a) Com relação à promoção de investimentos produtivos, são realizados no exterior, seminários que divulgam as oportunidades de investimentos no país, nos quais são apresentadas as potencialidades do Brasil em setores específicos da economia, assim como as regiões do país que possuem condições estruturais para recepção desses investimentos.
- b) No que se refere à capacitação, são oferecidos regularmente e desenvolvidas com vários parceiros da Rede, atividades como: seminários, oficinas de trabalho e treinamentos utilizando-se da exposição de temas relevantes na área dos investimentos. Estas atividades são desenvolvidas levando-se em consideração a prioridade imposta pela equipe administradora da RENAI e o aprimoramento das estruturas estaduais existentes no país.
- c) A facilitação também consiste numa área estratégica para a Rede. a RENAI recebe continuamente solicitações advindas dos investidores internacionais. As demandas são trabalhadas juntamente com órgãos e entidades aptas a realização desta atividade, que podem ser tanto do setor público como do setor privado. Com relação ao setor privado podemos citar aqui o exemplo da Apex-Brasil, conforme estudo realizado anteriormente.
- d) A informação também é uma área importante de atuação da RENAI. A atuação é mantida por meio de divulgação de dados com relação aos setores potenciais para recebimento dos IEDs, programas de incentivos para atração dos investimentos e

oportunidades e projetos de investimentos, como por exemplo, a divulgação do “Relatório de anúncios de projetos de investimentos”, que expõe dados acerca dos projetos de investimentos que são anunciados no país.

3.2.1 Do apoio ao investidor

A Rede investe numa ampla divulgação das características inerentes à economia brasileira que tem impacto significativo na tomada de decisão do investidor internacional. Está claramente divulgado no portal da instituição o porquê é viável investir no Brasil. São divulgados periodicamente relatórios acerca dos benefícios e das qualidades atribuídas ao Brasil, destacando o quanto é vantajoso aplicar ativos na economia brasileira. Temos como exemplo os seguintes relatórios:

- a) Investment Guide to Brazil: consiste numa publicação que expõe o marco legal para o investidor externo e informações macroeconômicas, tais como: informações sobre a economia, os setores e o clima dos negócios desenvolvidos internamente. Este relatório conta com o apoio da Apex-Brasil, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério das Relações Exteriores.
- b) Brazilian Guideon Investment Opportunities: publicado em inglês, o documento tem por finalidade atrair recursos para os projetos de desenvolvimento do país. A pesquisa desenvolvida e publicada através deste relatório tem como objetivo apoiar a tomada de decisão por parte dos investidores externos, através da facilitação de interlocução entre os agentes do setor público e do setor privado.
- c) Guia legal para o investidor estrangeiro no Brasil: publicado em inglês e português pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Departamento de Promoção Comercial e Investimentos, o documento contém informações acerca do sistema jurídico no Brasil, assim como do regime cambial, formas de associação, sistema fiscal interno, legislação acerca das práticas antitruste, informações trabalhistas e ambientais, privatizações, contencioso civil e comercial e informações sobre o direito do consumidor no Brasil.

- d) Instrumentos de Apoio ao setor produtivo: documento desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e pela Secretaria do Desenvolvimento da Produção que divulga informações úteis acerca dos programas e atividades, desenvolvidas por parte do Governo ou por instituições privadas, que sejam do interesse dos investidores produtivos, indicando os responsáveis pelos programas com seus respectivos contatos.

A RENAI enfatiza que o Brasil é a principal economia da região da América do Sul, que possui um quadro de investimento seguro, amplo mercado interno, disponibilidade de mão de obra abundante, importantes projetos de infraestrutura, disponibilidade de energia, grande potencial agrícola, consiste na porta de entrada para operacionalizar na América Latina. Todas as informações estão disponíveis no portal da Rede e é de livre acesso para todos, inclusive para os investidores internacionais. Porém, para formalizar essas informações a RENAI busca parcerias com o setor público e privado, a fim de desenvolver programas, relatórios informativos que culminam em estratégias que consolidam a prática dos investimentos estrangeiros.

Gregory e Oliveira (2005) destacam a importância da disponibilização dos procedimentos burocráticos do país e a adoção de regras com baixo grau de complexidade na atração de IED. Os relatórios Investment Guide to Brazil e o Guia legal para o investidor estrangeiro no Brasil, ambos disponibilizados pelo RENAI, são exemplos de ferramentas atrativas ao investidor, uma vez que divulgam de forma clara e precisa o suporte jurídico de apoio ao IED no Brasil. Os autores destacam o quanto é importante manter regras claras e estáveis, pois possibilita a criação de um ambiente atrativo ao investidor internacional. A facilidade de acesso a essas ferramentas e a clareza de como são disponibilizadas facilitam a tomada de decisão desses investidores, é isto que os relatórios proporcionam.

A informação consiste num elemento crucial para colaborar com as práticas de atividades das instituições que atuam no segmento de promoção aos investimentos no Brasil e fornecer essas informações acerca da economia brasileira e seus potenciais de investimentos faz parte dos objetivos da RENAI. Dentre as informações disponibilizadas pela instituição, estão disponíveis alguns incentivos e apoio às práticas de investimentos, as quais serão discutidas a seguir:

3.2.2 Dos incentivos federais ao investidor

A RENAI, em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), desenvolve o Guia de Instrumentos de Apoio ao desenvolvimento Industrial. O lançamento oficial do Guia ocorreu em outubro de 2011 no âmbito do plano Brasil Maior¹². Consiste numa ferramenta de consulta que apoia o desenvolvimento da indústria, levando em consideração o perfil e a demanda da empresa. Este guia permite que o investidor informe a localização, o setor da atividade em que atua o porte da empresa, assim como o que a empresa busca efetivamente ao investir seus capitais produtivos. Todas as informações são divulgadas e detalhadas de acordo com as informações cedidas pelo investidor. O guia fornece informações pertinentes que influenciam diretamente a tomada de decisão do investidor internacional, uma vez que as informações cedidas orientam acerca da viabilidade em se investir em determinado negócio.

A RENAI também trabalha em divulgar os incentivos à inovação tecnológica concedidos pelo Governo Federal. Levando-se em consideração a competitividade existente nos mercados mundiais, existe uma exigência do Estado brasileiro, tanto do segmento produtivo como dos demais agentes envolvidos no sistema nacional, em lançar políticas de inovação capazes de assegurar ambiente favorável a desenvolver qualidade na produção, assim como redução dos custos produtivos e proporcionar inovação tecnológica aos produtos e serviços produzidos internamente, tendo em vista oferecer bens e serviços de qualidade a sociedade brasileira, como também ao mercado internacional.

Deste modo, o Governo Federal lançou apoio a essas demandas, utilizando-se de instrumentos legais que desse suporte a abertura de espaços para iniciativas que garantisse a competitividade da indústria interna e assim possibilitasse um ambiente dinâmico de relacionamento entre os agentes engajados no sistema de inovação nacional (MDIC, 2014).

Neste contexto é instituída através do decreto 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, a Secretaria de Inovação brasileira, que desenvolve a cooperação internacional em inovação implementando as seguintes estratégias de atuação:

¹²O plano foi instituído pelo Governo Federal. Estabelece política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior para o período que compreende de 2011 a 2014. Tem como objetivo principal estimular à inovação e a produção nacional de modo a promover a competitividade da indústria nos mercados nacionais e internacionais. O plano estabelece algumas medidas importantes que serão complementadas ao longo dos anos de 2011 a 2014. Entre essas medidas estão: desoneração dos investimentos e das exportações, aumento dos recursos para inovação, fortalecimento da defesa comercial, ampliação do financiamento ao investimento, etc.

- a) Processo de trocas de experiências em políticas públicas com outros países: as atividades são desenvolvidas com o envolvimento da organização de missões internacionais e com a participação de entidades parceiras, assim como o recebimento das delegações estrangeiras para realização de pesquisas, de modo a aprofundar o sistema de inovação de vários países, a partir da identificação de oportunidades e setores que detenham maior potencial para cooperação, culminando em realização de eventos e criação de Grupos de Trabalho que possibilite a geração de instrumentos viáveis e que sejam empregados pelos dois países no fomento à inovação do processo produtivo.
- b) Estratégias relacionadas ao estímulo à cooperação nas áreas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), entre as empresas brasileiras e as empresas internacionais: consiste na ação prioritária da Secretaria de Inovação (SI) que incentiva parceria entre empresas de dois países, de modo a fornecer propostas de cooperação em P&D. O objetivo é que novos produtos sejam desenvolvidos, assim como também novos processos operacionais ou serviços de aplicação industrial que possibilite à comercialização dos bens e serviços no mercado interno e/ou global. Além disso, as estratégias buscam assegurar que as empresas brasileiras tenham acesso à inovação tecnológica e competências complementares de parceiros internacionais, de modo a possibilitar a comercialização do novo produto ou serviço produzido internamente no mercado internacional.

As estratégias brasileiras de atração de IED desenvolvidas pela RENAI, Apex-Brasil e Governo Federal são plausíveis, principalmente investimentos que proporcionem inovação. Um dos exemplos dessa estratégia são os acordos de cooperação bilateral. São lançados editais que permitam chamadas de projetos por parte das empresas participantes. Atualmente a Secretaria de Inovação coordena programas dessa magnitude com dois países: Israel e França.

O Programa de Cooperação Tecnológica Brasil-Israel, foi assinado através de um memorando (MOU) no ano de 2007, acerca da cooperação bilateral entre Israel e Brasil em Pesquisa e Desenvolvimento Industrial do Setor Privado. O programa é executado pela Secretaria de Inovação, que pertence ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e pelo Centro Industrial Israelense de Pesquisa e Desenvolvimento (MATIMOP) que está vinculado ao Escritório do Chefe Cientista no Ministério de Comércio Industrial e Trabalho de Israel (OCS) (MDIC, 2014).

O programa lança editais periódicos e as empresas podem a qualquer momento submeter seus projetos que são avaliados de forma subsequente, ou seja, obedecendo a ordem de inscrição de cada projeto. Esse mecanismo permite que as empresas mantenham suas agendas de desenvolvimento com relação à elaboração de projetos em torno da tecnologia inovadora, de modo a permitir inovações que possibilitem retorno financeiro e tecnológico para ambos países, além de elevar o grau de inserção internacional.

A relação entre Brasil e França também merece destaque, devido às importantes parcerias que têm sido mantidas entre os dois países e que servem de exemplo típico da forma como o Brasil interage no sistema internacional. De acordo com as informações contidas no portal da embaixada da França no Brasil, o Brasil e França mantêm uma relação de parceria de longa duração, que tem ganhado ampla escala ao longo dos anos, a partir de parcerias estratégicas ambiciosas, ressalta o portal da embaixada. As relações mantidas tanto no âmbito comercial como nas relações de investimentos, são reflexos das políticas francesas de desenvolvimento que diante desta concepção, há interesse das empresas francesas em manter visão estratégica global de atuação, atuando inclusive no Brasil, pois atestam que o país possui mercado que possibilita o desenvolvimento.

A França é um dos países líderes em termos de remessas de investimentos para o Brasil, cerca de 500 empresas francesas atuam hoje na economia brasileira tanto no setor de serviços, a exemplo da Accor, grupo hoteleiro, e do Casino, que atua no setor varejista, e que desenvolvem parcerias com vários grupos brasileiros, inclusive com o grupo pão de açúcar, um dos mais conhecidos internamente (EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL, 2014).

Há, também, o desenvolvimento de uma ampla cooperação cultural, científica e técnica e o Brasil é o primeiro parceiro da economia francesa na América Latina. A França é o segundo parceiro mais importante do Brasil na área científica, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Esta cooperação está estruturada em torno de formações de parcerias de organismos de pesquisa entre os dois países, a exemplo do programa CAPES- COFECUB¹³ (EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL, 2014).

Vale ressaltar também as cooperações entre Brasil e a União Europeia (UE), da qual a França faz parte. Atualmente, a UE é o maior investidor no Brasil através da parceria

¹³De acordo com o portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Programa CAPES/COFECUB tem a finalidade de incentivar o intercâmbio científico e assegurar estímulo na formação e o aperfeiçoamento dos estudantes pós-graduandos e docentes, que estiverem devidamente vinculados a Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino Superior do país, assim como aos Programas de Pesquisa, através de projetos conjuntos de pesquisa, com o objetivo de formar de recursos humanos com alto nível de qualificação (CAPES, 2015).

estratégica UE-Brasil lançada em julho de 2007 sob a presidência portuguesa. Ainda de acordo com o portal da embaixada francesa no Brasil, esta cooperação tem o objetivo de desempenhar papel ativo nos problemas políticos, regionais, econômicos e sociais do mundo, assim como desenvolver cooperação regional na área de pesquisa e desenvolvimento. Além disso, em 2011 no Festival Europalia dedicado ao Brasil, foi realizada a quinta cúpula Brasil-UE em que foi assinado um novo plano de ação Brasil-UE (2012-2015).

A UE e o Mercosul por exemplo, empreenderam negociações em 1999, com o objetivo de prever a criação de uma área de livre comércio. O presidente da Espanha da EU anunciou em maio de 2010 a retomada de negociações na ocasião da cúpula UE-América Latina. As negociações tinham como objetivo o acordo “de região para região” como forma de um teste com vistas a manter a integração regional que a UE mantém interesse em promover.

Ainda com relação aos incentivos federais ao investidor, temos a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), criada pelo Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que consiste numa autarquia interligada ao MDIC, que visa promover o desenvolvimento socioeconômico através da atração e consolidação dos investimentos, com apoio direto a capacitação tecnológica, tendo em vista assegurar uma maior inserção internacional competitiva da região. Formada por três polos econômicos, quais sejam: comercial, produtivo e agropecuário, a Zona abrange os seguintes estados: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e algumas cidades do Amapá.

A SUFRAMA tem a missão de promover o desenvolvimento socioeconômico, através da atração e consolidação de investimentos, incentivando e apoiando a capacitação tecnológica, tendo em vista assegurar a inserção internacional competitiva (PORTAL SUFRAMA, 2015). Para tanto, são desenvolvidas as algumas ações por parte da superintendência, por exemplo:

- a) Potencialização do Polo Industrial de Manaus (PIM);
- b) Incrementar as atividades relativas à agropecuária, florestal e agroindústrias;
- c) Atração de investidores, tanto nacionais como estrangeiros, de modo a apoiar o empreendedorismo local;
- d) Promover investimentos e fortalecer a formação de capital intelectual e em ciência, tecnologia e inovação, tanto pelo setor público como pelo privado
- e) Identificar oportunidades de investimentos em infraestrutura e estimulá-los através do setor público e privado, etc.

Estes são alguns exemplos de ações desenvolvidas pela SUFRAMA. No entanto, às estratégias exclusivas a atração de investimentos constitui a missão institucional da empresa, atendendo a dimensão de perspectivas, as exigências e acesso dos mercados regionais, nacionais e internacionais, definindo cadeias e agrupamentos produtivos e fornecendo subsídios que favoreçam as políticas de desenvolvimento inerentes a região da Zona Franca de Manaus (PORTAL SUFRAMA, 2015). Assim, são desenvolvidas as seguintes estratégias:

- a) Desenvolver oportunidades de investimentos, através da divulgação de projetos viáveis (como exemplo as oportunidades de negócios no polo Industrial de Manaus). Os projetos são divulgados de forma intensiva, através de realização de missões internacionais, feiras¹⁴ e exposições, participação em eventos de negócios nacionais e internacionais, visitas a potenciais investidores, realizar seminários e encontros entre as empresas produtoras e fornecedoras, o que proporciona aproximar os empreendedores da região com empresas estrangeiras de modo a atrair investimentos externos e geração de negócios.
- b) Captar investimentos com a finalidade de atrair produtores de componentes destinados a ampliação da cadeia produtiva e com isso diversificar a linha de produtos destinadas a exportação.
- c) Participar de Programas de desenvolvimento no setor de turismo/ecoturismo e em programas, políticas e propostas destinadas a prática de gestão ambiental, e com isso estimular a atração de investimentos, dentre outras finalidades.
- d) Disponibilizar lotes de terra no Distrito Industrial, de modo a reforçar fatores de atração de investimentos nacionais e estrangeiros para a Zona Franca de Manaus.

Além dessas estratégias, a SUFRAMA desenvolve incentivos com base na concessão de políticas consistentes de incentivos fiscais e por isso mantém uma política tributária diferenciada que permita benefícios locacionais, a partir da redução de custos. Os incentivos provenientes da SUFRAMA são:

- a) Redução em até 88% do Imposto de Importação (I.I.). Este incide sobre os insumos destinados ao setor industrial.
- b) Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (I.P.I.);

¹⁴Em 2014 foi realizada no Brasil a VIII Feira Internacional da Amazônia (FIAM2015). No entanto, esta feira é realizada anualmente e a sua primeira vez no Brasil foi no ano de 2002. A feira é organizada pela SUFRAMA, SEBRAE-AM, Governo do Estado do Amazonas e o MDIC que realizam oficinas e Rodadas de Negócios no Brasil. No ano de 2014 a feira contou com a participação de sete países: Argentina, Venezuela, Chile, Peru, Colômbia, Suriname e Polônia.

- c) Redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, incluindo também os adicionais de empreendimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento regional, calculados com base no Lucro da Exploração até 2013; e
- d) Isenção da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins nas operações internas na Zona Franca de Manaus.

A RENAI, através das parcerias públicas e privadas, tem desenvolvido uma atuação importante no âmbito da atração de investimentos internacionais, ampliando as informações capazes de atrair, incentivar e apoiar o investidor externo. São estratégias que podem ter efeitos diretos sobre a tomada de decisão do investidor internacional. Tendo em vista que nos dias atuais o recurso à informação é de suma importância para o sucesso dos negócios, sejam para as empresas nacionais ou para as empresas internacionais, a RENAI tem desenvolvido estratégias de informações fundamentais para atração dos capitais produtivos estrangeiros.

3.3 Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados no País (Sala de Investimentos)

A Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados no País mais conhecida como Sala de Investimentos, foi instituída pelo decreto de 30 de agosto do ano de 2004, criada no âmbito da Casa Civil e possui algumas características importantes quanto aos procedimentos estratégicos de atração de IED. No entanto, antes de entrarmos na discussão acerca da Sala de Investimentos e de suas atribuições, é pertinente entendermos algumas considerações importantes sobre a Casa Civil.

A Casa Civil, conforme a Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003, possui algumas competências frente à Presidência da República, dentre elas: acompanhar de maneira imediata a Presidência da República no ato de desempenho das suas funções; coordenar e integrar as ações governamentais; verificar se as atividades desenvolvidas pela Presidência estão de acordo com a constituição, ou seja, se consistem em ações legais; avaliar e monitorar as ações provenientes do governo e no que diz respeito à gestão de órgãos e entidades pertencentes à administração pública do Governo Federal; assegurar a publicação e preservação dos atos realizados oficialmente.

Portanto, a Casa Civil é responsável por fiscalizar os procedimentos realizados por parte da Presidência da República, a partir da coordenação e integração das ações que são

desempenhadas pela esfera federal, analisando os méritos e compatibilidade das propostas fornecidas como diretrizes do governo (CASA CIVIL, 2005).

Diante dessas responsabilidades, ela desenvolve ações e programas condizentes com as suas funções, a exemplo a Comissão de Ética Pública com o objetivo de revisar as normas que conduz acerca da ética pública federal, elaborando e conduzindo o código de conduta das autoridades governamentais; a Comissão Nacional da Verdade que apura as violações aos direitos humanos considerados como graves; e o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG), que contribui para melhorias no sistema regulatório, através da coordenação das instituições participantes do processo de regulação desenvolvido pelo Governo Federal.

Diante deste contexto, temos que a Casa Civil consiste num importante órgão do Governo Federal, pois é fiscalizador e coordenador dos atos provenientes da própria Presidência da República.

Por este motivo, traz fortes contribuições quanto à fixação de estratégias de atração de IED para o Brasil, tendo como exemplo a criação da Sala de Investimentos. A Sala de Investimentos consiste num importante incentivo de IED, uma vez que tem como principal objetivo promover e incentivar o desenvolvimento de investimentos privados no Brasil. Observe a Figura 1:

Figura 1: Estrutura da Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados no País (Sala de Investimentos)



Fonte: MDIC, 2015.

A Sala é formada por representantes de vários órgãos e entidades do país, sendo a casa civil responsável por presidir a comissão. Os Ministérios que compõem a sala de investimentos são: Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério das Comunicações, Ministério dos Transportes, Ministério do Turismo. Além dos Ministérios a formação da sala também é composta por duas secretarias e dois bancos nacionais, quais sejam: Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República, Banco Central do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A Casa Civil, os Ministérios, secretarias e Bancos têm desenvolvido importante papel na atração desses investimentos internacionais, uma vez que a finalidade da criação da Sala de Investimentos consiste exatamente em promover a realização de investimentos, através de ações que atraiam, facilitem e informem investidores privados nacionais e estrangeiros no processo de realização de investimentos produtivos no país.

Esses incentivos são desenvolvidos principalmente para as áreas e setores tidos como estratégicos no país, ou seja, que se apliquem ao desenvolvimento econômico de forma sustentável, na promoção de novos padrões de crescimento fundamentados em investimentos de longo prazo que repercutam na inclusão social e justiça ambiental (CASA CIVIL, 2005).

Neste contexto, o Art. 2º do decreto de 30 de agosto de 2004 especifica as atribuições à comissão, conforme exposto a seguir (CASA CIVIL, 2004):

- a) Fornecer sistema de modo a permitir a resolução de entraves que possam impedir à realização de investimentos nacionais e estrangeiros diretos no país;
- b) Fomentar e incentivar o processamento de informações qualificadas acerca de temas que estimulem o interesse dos investidores internos e externos, proporcionando assim facilidades no processo de tomada de decisão;
- c) Estabelecimento de canais de comunicação e *locus* que sejam convenientes para recepcionar e repassar informações pertinentes aos potenciais investidores;
- d) Promover a otimização da inteligência nacional, a partir da realização de estudos e elaboração de projetos que permitam abordar temas que sejam estratégicos no processo de atração, promoção e manutenção de investimentos;

- e) Estímulo a realização de estudos de modo a estabelecer modelos alternativos, mecanismos e novas formas de atrair e incrementar a entrada de investimentos estrangeiros diretos;
- f) Coordenar as ações dos órgãos de Governo destinados a solucionar dificuldades inerentes aos investimentos privados, a fim de facilitar a entrada de investidores, reduzindo assim a burocracia;
- g) Em conjunto com os outros órgãos do Governo e entidades afins, compete à comissão promover as oportunidades de investimentos no Brasil, frente aos investidores internacionais.

O processo de informação é gerido pela Sala de Investimentos, através da supervisão e manutenção dos portais: Investe Brasil¹⁵, SIPRI (pertencente ao DPR) e do portal RENAI. Com relação à facilitação, esta é proporcionada pelo conjunto de ações promovidas pela comissão, incluindo o suporte informacional e as demais atribuições previstas no Art. 2º do decreto de 30 de agosto de 2004.

O conjunto de incentivos promovidos pelo Governo Federal, mediante as atribuições da Casa Civil, consistem numa importante variável de atuação estatal no âmbito de criação de estratégias favoráveis no processo de atração de IED, visto que o investidor estrangeiro visa primordialmente um ambiente confiável para aplicação dos seus ativos.

O apoio advindo da esfera pública pode ter impacto considerável sobre as perspectivas do investidor externo, isto porque a participação estatal na criação de um ambiente favorável aos investidores sejam eles nacionais ou internacionais é um fator importante e que tem efeitos no processo de tomada de decisão, principalmente dos investidores internacionais que avaliam minuciosamente todas as variáveis favoráveis antes de investir os seus capitais em determinado país. Além da Sala de Investimentos, temos também o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR) do Ministério das Relações Exteriores que também promove a atração de IED. As estratégias desenvolvidas pelo departamento serão discutidas a seguir.

¹⁵O portal investe Brasil pertence à Rede Petro-BC fundada no ano de 2003, que consiste numa instituição sem fins lucrativos que promove a realização de negócios na cadeia produtiva de petróleo, gás e energia na Bacia de Campos. O portal disponibiliza informações sobre opções de investimentos, apoio logístico e notícias atualizadas acerca da economia brasileira e pode ser acessado através do link: <http://www.investebrasil.eu/>. São instituidoras da Rede: Petrobras, SEBRAE, Associação Comercial e Industrial de Macaé. Além das instituições, a Rede conta com algumas parceiras, tais como: Banco do Brasil, Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFF Campos), SEBRAE, SENAC Rio, Universidade Federal Fluminense, Câmara de Dirigentes Lojistas de Macaé, etc (PORTAL REDEPETRO, 2015).

3.4 Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR)

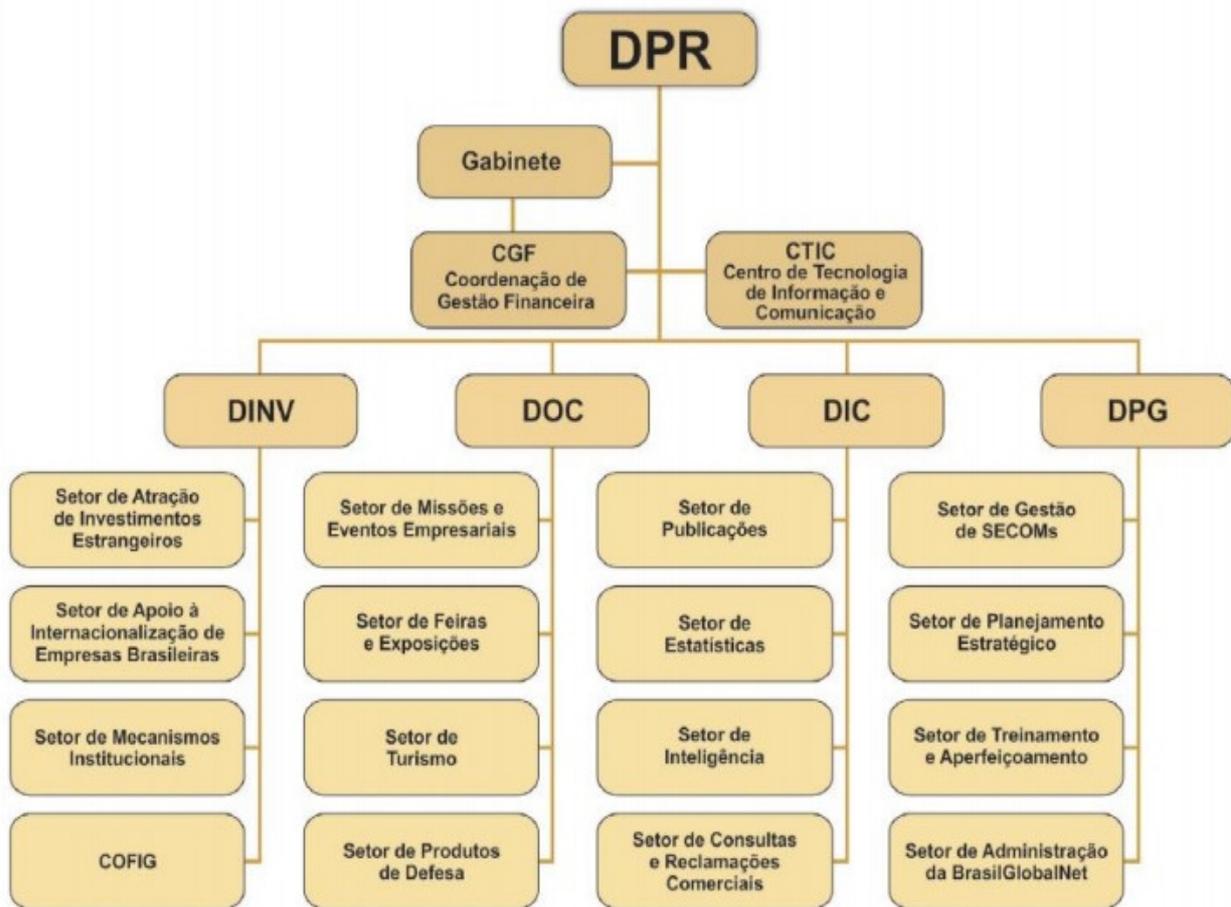
O Departamento de Promoção Comercial e Investimentos (DPR) consiste numa unidade pertencente ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) que atua em definir e implementar tanto políticas para promover as exportações brasileiras, como estratégias de atração de IED. A criação do departamento se deu no início dos anos 1970, com o objetivo de atender a necessidade nacional de políticas destinadas a estimular as exportações.

Em 2010 o departamento passou por um processo de modernização e foi incluído o termo “Investimentos” no nome associado ao DPR. A partir daquele ano, o departamento iniciou a elaboração de estratégias destinadas à atração de IED.

O DPR busca adaptar a oferta de exportações brasileiras às demandas existentes no exterior e busca estimular a atração de IED através, por exemplo, da realização de eventos que divulguem imagens do Brasil, assim como divulgar sua capacidade produtiva e tecnológica no exterior, com o objetivo de assegurar uma boa percepção internacional sobre o país.

É importante destacar que o DPR também conta com a rede de Setores de Promoção Comercial (SECOMs) instalados em 102 embaixadas e consulados do Brasil que além de assegurar o comércio e o turismo para o país, atrai o IED através das estratégias aplicadas que serão estudadas mais adiante. A Figura 2 mostra como estão divididas as atividades do DPR. O DPR conta com cinco unidades todas situadas em Brasília, são elas: Divisão de investimentos (DINV), Divisão de Inteligência Comercial (DIC), Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC), Divisão de Programas de Promoção Comercial (DPG) e a Coordenação de Gestão Financeira (CGF). Além dessas cinco unidades, o departamento conta com o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC).

Figura 2: Estrutura organizacional do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos



Fonte: Ministério das Relações Exteriores (MRE), 2015.

De acordo com o portal do Ministério das Relações Exteriores, no exterior o DPR conta com 102 Setores de Promoção Comercial (SECOMs), instalados em 78 países localizados nos cinco continentes, em postos considerados estratégicos pelo departamento.

Com relação aos setores responsáveis por aplicar estratégias específicas na atração de IED, há a Divisão de investimentos (DINV) que disponibiliza um setor específico na atração de IED e a Divisão de Programas de Promoção Comercial (DPG). Esta segunda divisão é responsável pela gestão dos SECOMs, o setor administrativo do BrasilGlobalNet, além de coordenar o Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI).

3.4.1 Sobre a Divisão de Investimentos (DINV) e Divisão de Programas de Promoção Comercial (DPG)

A Divisão de Investimentos DNIV, consiste na divisão em que está o setor específico destinado a atração de IED. As estratégias se dão através da promoção dos diálogos bilaterais sobre comércio e investimentos, da elaboração e da contratação de estudos sobre investimentos no Brasil e no exterior, e da organização e da coordenação de jornadas jurídico-empresariais, no Brasil e no exterior.

Através do portal BrasilGlobalNet, que tem sua administração na Divisão de Programas de Promoção Comercial (DPG), o DNIV divulga as oportunidades de negócios existentes no país, de modo a atrair os investidores estrangeiros. As divulgações são realizadas a partir de resultados de pesquisas de mercado realizadas por iniciativa do Ministério das Relações Exteriores e divulgadas no portal mencionado. Um exemplo típico desse tipo de divulgação é o relatório nomeado “Brasil” que consiste em uma publicação institucional editada em português e inglês que traz temas importantes acerca da economia brasileira e que são de interesse dos investidores externos, pois contém informações relevantes acerca do ambiente de negócios brasileiro.

Podemos citar também a publicação denominada *Guia Legal para o Investidor Estrangeiro no Brasil*, elaborada pelo Ministério das Relações Exteriores por intermédio do DPR, através da Divisão de Investimentos. O documento é publicado em inglês e português pelo portal BrasilGlobalNet e traz informações importantes sobre o sistema jurídico brasileiro, regime cambial, privatizações, legislação antitruste, entre outras informações relevantes.

Outro exemplo estratégico de atuação da DPR por meio das suas divisões é a existência do portal *Brasil Export* (Guia de Comércio Exterior e Investimento), supervisionado pelo DPG. Por meio desse portal, o Itamaraty divulga informações importantes sobre a economia, o comércio exterior do Brasil e sobre as oportunidades de investimentos existentes no Brasil.

É importante saber que a Divisão de Inteligência Comercial (DIC) também apoia o empresariado, por meio de atendimento e consultas comerciais e na elaboração das publicações aqui citadas, com o objetivo de identificar e criar oportunidades estratégicas de investimento, assim como integrar-se a outros países. Essas iniciativas são também consideradas pelo Itamaraty como instrumentos da política exterior brasileira.

O DPR promove participações de empresários brasileiros em seminários de investimentos, em feiras e exposições, de modo a permitir a divulgação da boa imagem do país mostrando a capacidade produtiva, tecnológica e com isso incentivando o turismo e

consequentemente despertando o interesse dos investidores externos em aplicar os ativos internamente.

Para tanto, é elaborado anualmente o documento *Brazilian Calendar of Exhibition and Fairs*, divulgado no portal do Ministério das Relações Exteriores trazendo ao empresariado nacional e internacional todas as informações acerca da participação brasileira nos eventos internacionais. Vale salientar que já está divulgado no portal do *Brasil Export* o calendário válido para o ano de 2015.

São várias as iniciativas provenientes do DPR para atração de IED. Outro exemplo claro e atual são as parcerias realizadas entre DPR com a Câmara de Comércio do Brasil-Estados Unidos (AMCHAM-BRASIL) que disponibiliza publicações da série *Howto do Business and Invest in Brazil* através do portal da BrasilGlobalNet.

Este projeto é desenvolvido pela AMCHAM-BRASIL e é realizado sob a perspectiva de atrair potenciais investidores estrangeiros para promover seus negócios no mercado brasileiro. Os documentos são publicados em inglês e em mandarim e abrangem vários temas sobre o Brasil, abordando os principais estados brasileiros.

A Divisão de Programas de Promoção Comercial (DPG) consiste numa das divisões do DPR que também desenvolve estratégias de atração de IED. A divisão assume as seguintes funções: elaborar o planejamento estratégico das atividades de promoção comercial; orientar e acompanhar a realização das atividades desenvolvidas pela rede de SECOMs nos postos instalados em 102 países; operar, monitorar, manter e desenvolver, em parceria com o Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC), os sistemas do portal BrasilGlobalNet; desenvolver e coordenar o treinamento dos seus usuários, além de elaborar programas de treinamento capazes de aperfeiçoar os técnicos que atuam nos setores de promoção comercial (BRASILGLOBALNET, 2015).

O DPG também é responsável por coordenar a rede de pontos focais do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI) que será abordado mais adiante.

Assim, esta divisão trabalha em articular estratégias com entidades públicas e privadas, de modo a manter atividades de promoção comercial e de investimentos de acordo com os interesses do país, inclusive realizando acordos de convênios e de cooperação.

Exemplos de parceiras estratégicas mantidas pelo DPR através das atividades desenvolvidas pelas divisões DNIV e DPG podem ser citadas. Com relação ao setor público

as parcerias com o MDIC, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com o Banco do Brasil, além dos diálogos realizados continuamente com a Apex-Brasil.

No setor privado as parcerias são mantidas com a Confederação Nacional da Indústria e as Federações Estaduais de Indústria, como também são realizadas parcerias com as Associações Setoriais e das Câmaras de Comércio bilaterais.

3.4.1.1 Setores de Promoção Comercial (SECOMs)

Os Setores de Promoção Comercial são supervisionados pelo DPR através da Divisão de Programas de Promoção Comercial (DPG) do Itamaraty, e prestam apoio aos empresários brasileiros e estrangeiros.

Os SECOMs estão localizados em 102 Embaixadas e Consulados em vários países, conforme ilustrado na Figura 3 e tem como objetivo fornecer assistência às empresas estrangeiras que mantenham interesse em investir no Brasil, assim como fornecem apoio as empresas que desejam importar produtos ou serviços produzidos no país.

Figura 3: Redes dos SECOMs no mundo



Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2011.

Os serviços oferecidos pela rede SECOM são vários, dentre eles: atração de investimentos estrangeiros diretos, identificação de projetos e obras públicas locais, organização e participação brasileira em feiras internacionais, elaboração de pesquisas de mercado, identificação de oportunidades de investimento externo direto, cooperação com câmaras de comércio.

Os SECOMs consistem numa importante ferramenta estratégica na atração de IED, pois coletam e divulgam informações de oportunidades de negócios de forma que atrai investimentos para o país a partir, por exemplo, do apoio concedido à participação das empresas em feiras, missões e eventos que acontecem no exterior.

A rede realiza estudos econômicos-comerciais e pesquisas de mercado, assim como analisa o grau de competitividade nos mercados e sua jurisdição. Para tanto, os SECOMs dispõem de técnicos capacitados que fornecem contato entre empresas nacionais e internacionais e disponibiliza informações acerca da economia brasileira e diagnósticos precisos sobre o ambiente de negócios desenvolvidos no país (BRASILGLOBALNET, 2015).

Logo, a divulgação dos produtos e serviços desenvolvidos no Brasil em eventos internacionais, a organização de viagens dos empresários e compradores de outros países em feiras e eventos empresariais que acontecem no Brasil e os contatos mantidos das entidades empresarias brasileiras com as empresas, agências e instituições públicas de outros países, como também instituições privadas, são formas estratégicas importantes desenvolvidas pelos SECOMs no processo de atração dos investimentos externos.

3.4.1.2 Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI)

Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), é a rede de operadores nacionais e estrangeiros desenvolvida pelo DPR do Ministério das Relações Exteriores. O SIPRI surgiu como uma estratégia federal para captação de investimentos estrangeiros ainda na década de 1990, porém tem aprimorado gradativamente suas atividades ao longo da década de 2000, tornando-se uma das mais importantes ferramentas de atração de IED.

O objetivo principal do SIPRI é atração de investimentos externos diretos para a economia brasileira, a partir da formação de parcerias entre as empresas nacionais e estrangeiras visando principalmente o emprego de tecnologias avançadas no país.

O Sistema funciona no Brasil e no exterior. No território nacional encontram-se as instituições nomeadas como pontos focais que desenvolvem atividades que venham a detectar as oportunidades de investimentos existentes no país, ou seja, atuam como “antenas” do SIPRI nos estados brasileiros, conforme ilustrado na Figura 4:

Figura 4: Pontos Focais do SIPRI no Brasil



Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2011.

Existem em operação no Brasil 54 pontos focais. Esses pontos ficam sob responsabilidade de identificar as oportunidades de investimentos que surgem no país e posteriormente divulgá-las. Os pontos estão localizados em diversas instituições do país e conforme listado no portal do Itamaraty são os seguintes: a Agência do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); os Centros Internacionais de Negócios das Federações das Indústrias dos Estados; as Agências de Desenvolvimento dos Estados; as Secretarias de Estado da Indústria e Comércio; as Associações Comerciais e Empresariais e nos Institutos e Bancos de Desenvolvimento dos Estados (MRE, 2015).

O processo de divulgação adotado pelo SIPRI funciona da seguinte forma:

- a) No Brasil: a empresa interessada em receber investimentos deve proceder com o cadastro no portal BrasilGlobalNet, informando do interesse em receber investimento estrangeiro direto. Os dados cadastrados são enviados automaticamente para um ponto focal do SIPRI, que identifica a oportunidade e

entra em contato com a empresa para aprimorar as informações prestadas. Posteriormente o SIPRI divulga as informações para potenciais investidores estrangeiros, através do portal BrasilGlobalNet e do Ministério das Relações Exteriores.

- b) No exterior: a empresa deverá realizar o cadastro no BrasilGlobalNet, informando do interesse em investir no Brasil. Os dados são transferidos automaticamente para o SECOM responsável, que entra em contato com a empresa interessada para ampliar as informações. Posteriormente, o SECOM repassa todas as informações sobre o endereço e contatos do ponto focal da área de interesse no Brasil. O investidor estrangeiro terá gratuitamente apoio do ponto focal indicado pelo SECOM, incluindo indicações de parcerias, escolha da localização do terreno para localização industrial, acompanhamento aos órgãos responsáveis por realizar o registro para abertura da empresa, indicação de empresas prestadoras dos serviços necessários para abertura do negócio.

O SIPRI proporciona apoio importante ao investidor estrangeiro, aplicando estratégias que podem culminar na realização de investimentos no Brasil. Atualmente, para que as empresas possam operar com eficiência o recurso informação é essencial, ou seja, as empresas precisam de informações transparentes e seguras para poder aplicar seus capitais em determinado país e por isso as atividades de captação e divulgação de informações desenvolvidas tanto pelo SIPRI como pelos SECOMs são fundamentais na realização dos negócios entre o Brasil e os demais países.

As estratégias de atração de IED desenvolvidas pela Sala de Investimentos da Casa Civil, assim como pelo DPR estão centradas na divulgação de informações pertinentes acerca do Brasil, sejam relativas à economia, às informações jurídicas e legais, às vantagens de mercado. A transparência na divulgação dessas informações também é de grande relevância. Os portais disponibilizados pelas duas instituições, como por exemplo, o portal BrasilGlobalNet do DPR e o portal da RENAI e Investe Brasil supervisionados pela Casa Civil, são de livre e fácil acessibilidade e através deles os investidores têm acesso a relatórios sobre o Brasil e várias informações que compõem a cadeia estratégica para atrair investidores.

A Sala de Investimentos, por exemplo, tem várias atribuições conforme o Art. 2º do decreto de 30 de agosto de 2004, porém constatamos que dentre as várias obrigações atribuídas à comissão, a facilitação à realização de IED por meio de fornecimento de sistemas,

fomento, incentivo no processamento de informações qualificadas e estabelecimento de canais de comunicação capazes de proporcionar informações aos investidores, estão entre as principais estratégias de apoio aos investidores estrangeiros.

O papel dos SECOMs e do SIPRI resume claramente a forma como o DPR apoia o investidor externo. Conforme explicações anteriores, vários são os fatores que influenciam a tomada de decisão do investidor internacional, mas o suporte informacional de apoio é fundamental para a consolidação futura dos projetos de investimentos. A transparência das informações fornecidas por instituições como o DPR, RENAI e a Sala de Investimentos, por exemplo, são de suma importância na formação de estratégias do Brasil no processo de inserção no mercado internacional através de IED.

É possível constatar similaridade entre as atividades desenvolvidas pelos órgãos estudados. A disponibilização de relatórios com informações políticas, econômicas, jurídicas acerca do Brasil, assim como a transparência na divulgação de informações através dos portais; a participação em feiras e exposições nacionais e internacionais; o apoio direto ao investidor de uma forma geral são estratégias de atração de IED similares desenvolvidas e aplicadas por órgãos distintos.

Existem casos em que as atividades são desenvolvidas através de parcerias entre as entidades, por exemplo, a RENAI e a Apex-Brasil trabalham em parceria na formulação dos relatórios sobre o Brasil. Diante disto, é notória a duplicidade de atividades exercidas pelos órgãos do governo e torna-se difícil entender se as atividades em conjunto contribuem mais eficazmente para o sucesso das estratégias, promovendo a facilitação e ampliação dos fluxos para o país ou se nos deparamos com a duplicidade de práticas a fim de atingir um objetivo em comum, o que tem como consequência desperdícios de recursos.

As estratégias de fato são importantes, porém seria fundamental constatar se a repetição de atividades consiste na falta de eficiência do governo na administração dos trabalhos desenvolvidos para atrair IED, ou seja, se existe deficiência na coordenação dessas atividades, de modo a identificar de maneira preliminar as possíveis falhas na administração dessas estratégias.

O Brasil é um país que possui muitos atrativos ao investidor estrangeiro. O mercado consumidor amplo, a diversidade cultural, a ampla disponibilidade de recursos naturais, o registro de um dos maiores PIB do mundo, são características favoráveis à atuação dos investidores internacionais. Além das características estruturais do país, temos a aplicação das

estratégias sistemáticas de favorecimento de IED, o que certamente influi na tomada de decisão desses investidores e contribui de forma favorável para esses ingressos. No entanto, seriam importantes atividades de coordenação voltadas a avaliar a eficiência dessas práticas, tendo em vista aperfeiçoar a atuação desses órgãos ou concentrar em uma única instituição as atividades em torno da atração de IED.

Não há dúvidas de que a atuação das quatro instituições consiste numa importante atuação do governo neste processo de incentivo à atração fluxos de IED. As estratégias empregadas são indispensáveis, uma vez que estamos diante de um processo de inserção econômica internacional contínua, em busca de ampliar o mercado interno e assegurar competição no mercado internacional.

O empenho dos quatro órgãos de fato é válido, todavia seria interessante diversificar as estratégias de atuação de cada entidade existente, estudar formas de atuação diferenciadas de atração do investidor externo. A existência de órgãos diversificados empenhados para um determinado objetivo é plausível, no entanto seria interessante estudar novos métodos e estruturar formas diferenciadas de atuação, o que demanda um maior empenho da esfera governamental.

Em caso de todas as possíveis práticas de atração de IED já estiverem sendo aplicadas, torna-se interessante estudar a possibilidade de estruturar todas as atividades em um único órgão, mais amplo e melhor estruturado, com um programa de coordenação efetivo em torno das atividades, que possibilitasse a inovação das práticas já existentes. Talvez um projeto deste porte despertasse ainda mais a confiança do investidor internacional em ampliar os fluxos para o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de globalização, especialmente no âmbito da globalização produtiva modificou intensamente as relações entre os mercados de vários países, inclusive do Brasil e impulsionou a redefinição na forma de atuação estatal no interior do país e no cenário econômico internacional. Houve uma corrida intensa das economias nacionais em modificar os padrões de relacionamento com os mercados internacionais. A liberalização dos mercados, a desregulamentação, as privatizações, a atuação estratégica do setor público e do setor privado foram responsáveis pela intensificação deste processo, inclusive na realização de IED no interior dos países.

A maior competitividade entre os mercados advinda da globalização produtiva, por exemplo, implica na adoção de formas estratégicas tanto por parte do Governo Federal como do setor privado, em atrair investidores externos para atuar nas economias em desenvolvimento, uma vez que estas detêm capitais e tecnologia capazes de assegurar mudanças estruturais significativas no interior das economias nacionais.

Por esta ótica, o Brasil tem desenvolvido estratégias para atrair os investidores internacionais com o objetivo de contribuir para que haja desenvolvimento estrutural das empresas internamente, contribuindo para melhorias no padrão de concorrência brasileiro no cenário internacional. Ou seja, podemos verificar nesta pesquisa a intensificação (em comparação a década de 1990, por exemplo) das estratégias brasileiras em proporcionar a inserção do Brasil no mercado internacional por intermédio da captação de investimentos externos diretos.

A pesquisa constatou que no período compreendido de 2003 a 2013 houve o surgimento de novas estratégias de atração de IED para a economia nacional, assim como aperfeiçoamento de formas de atração já existentes. Este contexto pode explicar o porquê das preferências dos investidores internacionais em aplicar seus ativos no Brasil, especialmente no período citado em que o país manteve-se como um dos principais destinos de IED dentre as economias em desenvolvimento.

As atividades da Apex-Brasil, por exemplo, eram desenvolvidas desde 1997 dentro da estrutura do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), mas em 2003 foi instituída pelo decreto nº 4.584 e passou a operar em parceria com o Governo Federal na promoção as exportações e, posteriormente no ano de 2007 houve o

aperfeiçoamento das suas atividades estratégicas, desta vez incluindo atividades de atração de IED. A agência promove o IED através de várias ferramentas, entre elas a divulgação de informações pertinentes sobre as vantagens de se investir no Brasil e do desenvolvimento de vários programas e projetos que mostram de forma transparente os vários perfis produtivos do país, ou seja, são estratégias que culminam no contato direto com os investidores e os incentiva em atuar no país. Além disso, a agência mantém centros de negócios em vários países, o que facilita ainda mais o contato com os investidores que podem ocasionar a prática de projetos de investimentos para o Brasil.

O DPR, assim como a Apex-Brasil, também passou pelo aperfeiçoamento das suas atividades, ou seja, o departamento foi criado na década de 1970 com a finalidade de promover as exportações brasileiras, porém diante da importância e intensificação dos IEDs para as economias em desenvolvimento, passou a desenvolver atividades de atração de IED. A partir de 2009 começou a adotar processos de modernização e intensificar a elaboração de estratégias de modo a colaborar com a realização desta categoria de investimento. Similarmente às atividades desenvolvidas pela Apex-Brasil, a Sala de Investimentos, a RENAI e o DPR também atuam na promoção dos investimentos através da divulgação das características produtivas do Brasil, de modo a assegurar a boa imagem do país no mercado internacional.

Para tanto, o departamento conta com os Setores de Promoção Comercial (SECOMs) instalados em 102 embaixadas e consulados do Brasil e com o Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI), ambos utilizados como forma estratégica de atração de IED, pois atuam em identificar oportunidades de investimentos e divulgá-las para os investidores, além de fornecer apoio ao investidor no processo de tomada de decisão.

Além dos sistemas de informações, o departamento também conta com importantes parcerias, a exemplo da parceria com Câmara de Comércio do Brasil-Estados Unidos (AMCHAM-BRASIL) que disponibiliza importantes publicações sobre investimentos no Brasil e que podem ser facilmente acessadas através do portal BrasilGlobalNet, cuja administração também é realizada pelo DPR.

A Apex-Brasil e a RENAI foram criadas em 2003 e a Sala de Investimentos da Casa Civil em 2004. Com relação ao DPR, após o processo de modernização das formas de atuação do departamento com o objetivo de atrair IED, passou a utilizar o termo “investimento” a partir do ano de 2010. Ou seja, a partir daqueles anos o governo passou a contar com uma

vasta rede de divulgação acerca de vários aspectos sobre as vantagens de se investir no setor produtivo brasileiro que permitem a promoção, facilitação e informação aos investidores internacionais.

Outra forma de atuação estratégica adotada no Brasil consiste na implantação da Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados no País ou Sala de Investimentos. A Sala atua fundamentalmente na supervisão e manutenção dos portais Investe Brasil, SIPRI e do portal RENAI e por isso conta com o apoio de alguns ministérios, secretarias e bancos nacionais. Deste modo, podemos concluir que a Sala atua primordialmente no processo de divulgação de informações e facilitação na realização de investimentos, através do estabelecimento de canais de comunicação, incentivos no processamento de informações qualificadas, realização de projetos que contemplem temas estratégicos no processo de atração de IED.

A comissão desenvolve serviços que promovem e incentivam a realização de investimento privado na economia nacional. Então, a Sala de Investimentos também assume papel importante na atração de IED, assim como as demais entidades aqui explicitadas, pois fornece condições favoráveis a realização desses investimentos, por meio de suporte informacional que facilitam a tomada de decisão do investidor.

Neste contexto, torna-se importante salientar que o DPR do Ministério das Relações Exteriores, a RENAI do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e a Sala de Investimentos da Casa Civil, podem atuar sob orientação da Casa Civil e que por este motivo constituem em três estratégias diretamente relacionadas às diretrizes provenientes da Presidência da República.

É importante salientar também que levando-se em consideração a criação da Apex-Brasil e da RENAI, no ano de 2003 e da Sala de Investimentos em 2004, fica notória adoção de estratégia deliberada da Casa Civil em criar mecanismos diferenciados para a promoção e atração de IED para o Brasil, sem contar com a reformulação que houve no DPR no ano de 2010 que incluiu a palavra “investimento” no nome oficial do departamento e que a partir daquele momento modernizou as estratégias em torno da atração de IED. Das quatro iniciativas apresentadas nesta pesquisa, apenas a Apex-Brasil funciona com relativa autonomia em relação a Presidência da República, mas que ainda assim, pode ser influenciada pela Presidência através dos representantes do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e do Ministério das Relações Exteriores, pois ambos ministérios têm assento no Conselho Deliberativo da Apex-Brasil.

Muito embora as formas de atuação dos órgãos públicos e privados consistam em ações estratégicas que desenvolvem atividades similares, principalmente relacionadas aos serviços de suporte informacional, o que difere é a estrutura de como as informações são disponibilizadas. As quatro formas de atração de IED consistem num todo organizado em prol da consolidação desses investimentos, trata-se de um esforço conjunto entre o setor público e o setor privado. A ideia é que o investidor internacional tenha facilidade de acesso a todas as informações favoráveis a realização de investimentos e, é interessante que estas informações sejam disponibilizadas sob formas diversificadas e através de canais de comunicação diferenciados.

Mesmo assim, seria pertinente que o governo estudasse formas de atuação estratégica diversificada, ou seja, além da disponibilização de órgãos com estruturas de divulgação de informações diferenciadas, seria fundamental verificar até que ponto é válido a repetição de atividades, de modo a constatar se este esforço conjunto não implica em ineficiência dos trabalhos em desenvolver políticas de atuação semelhantes. Talvez seja válido investigar a viabilidade de unificação dessas atividades, através da estruturação de único órgão destinado à atração de IED. A criação de uma entidade de maior porte, com melhores estruturas que garantisse serviços com um maior grau de eficiência poderia até mesmo elevar os fluxos, uma vez que tem efeitos sobre a confiança do investidor.

Conforme ressaltado pela UNCTAD (1998), os determinantes dos IEDs no país hospedeiro são de categorias: políticas, econômicas e de facilidades para atuação das empresas. Nos capítulos 1 e 2 estudamos como os aspectos políticos do país influenciaram a consolidação dos investimentos estrangeiros na segunda metade da década de 1990, com as privatizações, desregulamentação e liberalização da economia, assim como os planos de estabilização interna que criaram ambiente favorável a realização dos investimentos.

No capítulo 3 estudamos fundamentalmente as estratégias de atuação do Brasil na atração desses investimentos, ou seja, o país através dessas estratégias busca disponibilizar informações aos investidores sobre a economia interna, assim como facilitar a realização de investimento estrangeiro.

Ainda de acordo com a UNCTAD (1998) e com Gregory e Oliveira (2005), levando-se em consideração o aspecto econômico, o investidor externo busca por mercado (tamanho do mercado, crescimento do mercado, etc.); busca por recursos (matéria-prima, custo de mão de obra, infraestrutura do país) e busca por eficiência (custos dos recursos, tais como: transportes, comunicações, insumos, etc.). As estratégias desenvolvidas internamente estão

amplamente associadas em divulgar informações deste porte, por exemplo, aspectos relacionados à infraestrutura interna, à diversificação e tamanho do mercado brasileiro, aspectos relacionados à mão de obra e à localização, à disponibilidade dos recursos naturais. São fatores que têm efeitos diretos na tomada de decisão do investidor internacional.

Além disso, Gregory e Oliveira (2005) destacam a importância do ambiente regulatório estável e para isso as entidades estudadas na presente pesquisa divulgam de forma transparente através de relatórios disponibilizados nos portais, a estrutura legal interna de apoio ao investidor. Os autores consideram importantes informações deste porte, pois o investidor busca ganhos em eficiência e se a economia nacional busca economia estabilizada através da adoção de regras e procedimentos públicos transparentes, isto colabora no incentivo ao investidor internacional.

A liberdade de operar no mercado interno e externo também é salientada por Gregory e Oliveira (2005) como sendo importante na atração de investimentos. Podemos exemplificar com os casos da SUFRAMA e das informações de incentivos ao investidor disponibilizadas pelo RENAI que deixam claros os procedimentos internos e a facilitação concedida ao investidor em operar no mercado interno, tanto questões relacionadas a infraestrutura logística, como legais e também de localização dessas empresas.

Além da divulgação sobre a economia do país, constatamos que as estratégias são desenvolvidas de modo a facilitar a atuação das empresas, ou seja, as informações, programas e projetos desenvolvidos pela Apex-Brasil, RENAI, DPR e Sala de Investimentos acerca da estrutura da economia interna, dos perfis produtivos (como exemplo as informações disponibilizadas pela SUFRAMA acerca da estrutura da Zona Franca de Manaus), consistem em formas estratégicas indispensáveis para a realização de IED, pois conforme salientam os autores, a facilidade criada em favorecimento da atuação das empresas, como por exemplo, construção da boa imagem do país, incentivos de IED, atividades geradoras e serviços que facilitem o IED, consistem em determinantes fundamentais a realização desta categoria de investimento.

Os investidores, de uma forma geral, no processo de escolha de onde investir buscam informações que possa auxiliar na tomada de decisões. A transparência das informações sobre a economia interna também é importante, pois o crescimento e o desenvolvimento do ambiente econômico é o que assegura o retorno sobre os capitais que porventura venham a ser aplicados.

Estas atividades têm sido desenvolvidas pelas entidades aqui estudadas. Como possibilidade de futuras pesquisas, talvez fosse conveniente saber até que ponto há duplicidade de objetivos nos trabalhos desenvolvidos pela Apex-Brasil, pela RENAI, pela Sala de Investimentos e pelo DPR. Também seria importante investigar a contribuição dos trabalhos desenvolvidos pelos órgãos nacionais que fomentam o IED na tomada de decisão dos investidores estrangeiros que porventura decidiram investir no Brasil. Diante disto, o presente trabalho deixa a sua contribuição para a realização de futuras pesquisas em torno do tema.

Diante de todo contexto apresentado, podemos concluir que o Governo Federal no período que compreende de 2003 a 2013, desenvolveu um trabalho deliberado na construção da boa imagem do país para o exterior que não existia com essa mesma ênfase antes de 2003. E promoveu estratégias importantes de atração de investimentos estrangeiros através do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério das Relações Exteriores e da Casa Civil, além de ter criado a Apex-Brasil em 2003.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Fábio de Nadrade. Governança global sobre florestas: **o caso do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil** (PPG7) - 1992-2006. 2007. 250 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- AVERBUG, André. **Abertura e Integração Comercial Brasileira na Década de 90**. Livro Economia brasileira nos anos 90, BNDES, p. 43-82, 1999. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Paginas/livro_anos90.html> Acesso em: 26 de dezembro de 2014.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (Apex-Brasil). Disponível em: <<http://www3.apexbrasil.com.br/quem-somos>>. Acesso em: 14 de nov. de 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIA DE REGULAÇÃO (ABAR). Disponível em: <<http://www.abar.org.br/historico.html>> acesso em: 20 de novembro de 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRIVATE EQUITY E VENTURE CAPITAL. Disponível em: <<http://www.abvcap.com.br/associacao/quem-somos.aspx?c=pt-br>>. Acesso em: 10 de out. de 2014.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE DESIGN. Disponível em: <<http://www.abedesign.org.br/Pt/sobre-nos/nossa-historia>>. Acesso em: 20 de nov. de 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <www.bacen.gov.br> Acesso em: 20 de outubro de 2014.
- BATISTA, P. **Globalização financeira e regimes cambiais**. Revista de Economia Política, n. 2, p.20-21,1998.
- BARBOSA, Anahi de Castro. **Atração de investimento estrangeiro direto no Brasil 2003-2010**. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-graduação em relações internacionais. Universidade Estadual da Paraíba, Paraíba, PB, 2012.
- BERTELLA, Mário Augusto; LIMA, Gilberto Tadeu. Investimento Direto Externo, Acumulação de Capital Produtivo e Distribuição de Renda: **Uma Abordagem Pós-Keynesiana**. Revista Economia Política, n. 2. <Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v25n2/a06v25n2.pdf>>. Acesso em: 06 de jan. 2015.
- BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. **Globalização e Desnacionalização das Empresas Brasileiras:1990 a 1999**. Instituto Brasileiro de mercado de capitais. 2004.
- BNDES. As Grandes Empresas nos Anos 90: respostas estratégicas a um cenário de mudanças. 1999. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro/eco90_11.pdf>. Acesso em: 06 de jan. d

BRASILGLOBALNET. Disponível em:
<<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ABrazilTradeNet/P/institucional.aspx>> Acesso em: 03 de janeiro de 2015.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939: uma introdução ao estudo das Relações Internacionais.** Brasília: Ed. UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CARMINATI, João Guilherme de Oliveira; FERNANDES, Elaine Aparecida. **O impacto do investimento estrangeiro no crescimento da economia brasileira.** Revista planejamento e políticas públicas, IPEA, n. 41, 2013. Disponível em:
<<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/249/311>>. Acesso em: 20 de jun. de 2014.

CARNEIRO, Ricardo. **Globalização e Integração regional.** Cadernos do desenvolvimento, vol. 3, São Paulo, 2008.

CASA CIVIL Presidência da República. Disponível em:
<http://www.casacivil.gov.br/camaras/comissoes/sala_invest>. Acesso em: 25 de dez. de 2014.

CASA CIVIL. Decreto de 30 de agosto de 2004. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Dnn/Dnn10271.htm>. Acesso em: 19 de jan. de 2015.

CAPES. **Apoio Financeiro a Projetos e Instituições: apoio no exterior.** Disponível em:
<<http://cartadeservicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 09 de janeiro de 2015.

CERVO, Luiz Armando. **O Brasil na atual ordem mundial.** Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais.v. 1, n. 2, p. 37-59. 2012.

CEPAL. **O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e no Caribe em 2012.** 2013.

CEPAL. *La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe em 2013.* 2014.

COACHING e carreiras. Disponível em: <<http://www.ibccoaching.com.br/tudo-sobre-coaching/coaching-carreira/>>. Acesso em: 20 de set. de 2014.

CUNHA, José Roberto de Araújo. **Determinantes da atratividade de investimentos estrangeiros diretos no Brasil.** 2012. 164 f. Tese (Doutorado em administração) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHUDNOVSKY, D. **Transnational corporations and industrialization. United Nations Library on TNCs,** 11. Londres: Routledge, 1993.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** 1º Ed. São Paulo: Xamã, 1996.

EMBAIXADA DA FRANÇA NO BRASIL. 2014. Disponível em: <<http://www.ambafrance-br.org/O-Brasil-e-a-Franca>>. Acesso em: 02 de dez. 2014.

ESTATUTUTO DA APEX-BRASIL. 2003. Disponível em: <http://www2.apexbrasil.com.br/media/ckeditor/Estatuto_Social_2011_01112012154216.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2015.

FARIAS, Carla Goreth Araújo da Silva; GOMES, Jorge de Oliveira *et al.* Investimento Estrangeiro Direto na Paraíba: **uma análise das políticas de sustentabilidade na empresa GIASA**. Artigo apresentado no V Encontro de Administradores. Bananeiras. 2013.

FARIAS, Carla Goreth Araújo da Silva; GOMES, Jorge de Oliveira *et al.* Globalização e Investimento Estrangeiro Direto na Paraíba: **sustentabilidade na empresa GIASA**. Artigo apresentado no Congresso Nacional de Educação Ambiental (CNEA) e no Encontro Nordeste de biogeografia (ENBio). João Pessoa. 2013.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DAS EMPRESAS BRASILEIRAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. Disponível em: <<http://assespro.org.br/institucional/missao-valores/o-que-e-a-assespro/>>. Acesso: 10 de dez. de 2014.

FURTADO, Celso. **Os desafios da globalização**. Artigo publicado na Folha de São Paulo, p. 3, 1996. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/desafiosglob2.html>> Acesso em: 10 de dezembro de 2013.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

GREGORY, Denise; OLIVEIRA, Maria Fatima Berardinelli Arraes. **O desenvolvimento de ambiente favorável no Brasil para a atração de investimento estrangeiro direto**. 2005.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, A. **A legitimidade na Governança Global**. In: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito-CONPEDI, Anais, 20 p. Manaus: 2006

GONÇALVES, Reinaldo. **Impacto do investimento estrangeiro direto sobre a renda, emprego, finanças públicas e balanço de pagamentos**. Textos para discussão CEPAL-IPEA, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização produtiva, investimento externo direto e empresas transnacionais no Brasil: uma perspectiva histórica. **Reunião da Associação Brasileira de Pesquisa em História Econômica**, São Paulo, dezembro de 1996, p. 3-4. Disponível em: <www.reggen.org.br> Acesso em: 09 de maio de 2014.

HELD, D; MCGREW, A., GOLDBLATT, D. and PERRATON, J. (1999), **Global transformations: Politics, Economics and Culture**, Polity Press, Cambridge, 1999.

HASTREITER, Michele Alessandra. Investimentos Estrangeiros Diretos no Brasil: **um panorama do cenário normativo nacional e internacional**. I congresso internacional de

direito econômico, socioambiental e democracia: novas tendências da tecnologia digital, Paraná, outubro de 2012. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/universitas?dd99=pdf&dd1=7504> Acesso em: 20 de novembro de 2014.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. 1998. Report on the Survey of Implementation of Methodological Standards for Direct Investment. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/sta/di/bckg.htm>>. Acesso: 12 de mai. 2013.

INVESTIMENT GUIDE TO BRASIL. Disponível em: <<http://www2.apexbrasil.com.br/media/ckeditor/investmentguidetobrasil2014.pdf>>. Acesso em: 28 de nov. de 2014.

LIMA, Marcelo de Oliveira Waldvogel. A posição do Brasil na governança econômica global: **um estudo da conformidade entre o posicionamento do governo brasileiro e o consenso expresso nos comunicados oficiais do G20 e do FMI (2006-2012)**. 2013. 74 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Programa de Pós-graduação em relações internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

MAIA, J de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. Ed Atlas, São Paulo. 2010.

MELLO, Valérie de Campos. **Globalização, regionalismo e ordem internacional**. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 42, Brasília, 1999.

MDIC. **Comissão de Incentivo aos Investimentos Produtivos Privados no País**. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1272892919.pdf>>. Acesso em: 11 de jan. de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). 2011. Disponível em: <<http://investimentos.desenvolvimento.gov.br/public/arquivo/arq1307381937.pdf>> Acesso em: 04 de janeiro de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/index.php?lang=pt-br>> Acesso em: 02 de janeiro de 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br//portalmdic/sitio/>>. Acesso em: 15 de dez. de 2014.

MORAES, O. J. Investimento direto estrangeiro no Brasil. São Paulo: Aduaneiras, 2003. 174 p.

NETWORKING. Disponível em: <<http://marketingfuturo.com/networking-em-administracao/>>. Acesso em: 15 de set. de 2014.

NORTH, Douglass C. Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1993.

OCDE. **Linhas e diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais**. 2003. Disponível em: <<http://www.oecd.org/bookshop/>> Acesso em: 04 de abr. de 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Brasil tem queda de 3,9% em investimentos estrangeiros diretos em 2013**. ONUBR. 2014. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/brasil-tem-queda-de-39-em-investimentos-estrangeiros-diretos-em-2013/>> Acesso em: 29 de janeiro de 2014.

PORTAL REDEPETRO. Disponível em: <http://redepetro-bc.com.br/instituicoes.aspx>. Acesso em: 11 de jan. de 2015.

PORTAL SUFRAMA. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/suframa_linhas_estrategicas_atra_investimentos.cfm>. Acesso em: 09 de jan. de 2014.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Política Internacional**. Ministério das Relações Exteriores. Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais. 2012. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1004-Manual_do_Candidato_-_Política_Internacional.pdf>

KHANNA, Parag. **O segundo Mundo: impérios e a influência na nova ordem global**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

KEOHANNE, Robert O, NYE, Jr. Joseph S. "Introduction". IN: NYE, Joseph S. e DONAUHE, John D. (ed). *Governance in a Globalizing World*. Washington, DC: **Brooking Press**, 2000. p. 1-44.

REDE NACIONAL DE INFORMAÇÕES (RENAI). Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/conteudo/index/item/22>>. Acesso em: 10 de dez. de 2014.

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; SILVA, Edilson Benedito da. Investimento Estrangeiro Direto no Brasil no período de 2003 -2012: **aspectos regionais e setoriais**. Boletim de política internacional do IPEA, n° 13, p. 29-46, 2013.

RIESENBERGER. John R. *et al.* **Negócios Internacionais: estratégias, gestão e novas realidades**. 1° Ed. São Paulo: Pearson, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Globalizations**. Artigo publicado na revista *Theory, Culture & Society*, p. 393-399, 2008. Disponível em: <<http://tcs.sagepub.com/cgi/content/abstract/23/2-3/393>> Acesso em: 20 de janeiro de 2014.

SANTOS, Leandro Bruno. **A geografia dos investimentos diretos estrangeiros e do comércio internacional do BRIC**. Artigo publicado no Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 29, n.2, 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/bgg/article/view/9025>> acesso em: 18 de outubro de 2014.

SANCHEZ, Michelle Ratton; AMARAL, Alberto do. Regulamentação Internacional dos Investimentos: **Algumas lições para o Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

SILVA, Luciana Acioly da. **Tendências dos Fluxos Globais de Investimento Direto Externo**. Texto para Discussão IPEA, 1192, Brasília, 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_incentivos.cfm> Acesso em: 03 de dez. de 2014.

THOMPSON, G. 2000. Economic Globalization? In: HELD, D. (ed.). *A Globalizing World? Culture, Economics, Politics*. London: Routledge.

UNCTAD. World Investment Report 1998: **Trends and Determinants**. 1998. Disponível em: <http://unctad.org/en/Docs/wir1998_en.pdf>. Acesso em: 20 mai de 2014.

UNCTAD. Trade and Development Report 2001. **Global Trends and Prospects, Financial Architecture**. Genève: UNCTAD, 2001. Chapter II.

UNCTAD. World investment report 2006. **FDI from developing and transition economies: implications for development**. Geneva: ONU, 2006.

UNCTAD. Global Investment Trends Monitor 2012. **Global FDI Recovery Derails**. Geneva: ONU, 2013.

UNCTAD. Global FDI rose by: Developed economies are trapped in a historically low share. **Global Investment Trends Monitor**. N° 15, 2014.

UNCTAD - **United Nations Conference on Trade And Development** <http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>, fev/2013.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – **World Investment Report (2011)**. Disponível em <http://unctad.org/en/docs/wir2011_embargoed_en.pdf>. Acesso: 20 de abr. de 2014.